Diário de Lisboa

Janeiro 1977
Sexta-feira

Ano 56.º
N.º 19 246
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

QUOTIZAÇÕES DISCUTIDAS EM S. BENTO

Governo desafia Sindicatos

O Governo decidiu aprovar na sua última reunião um diploma «no qual expressamente se determina que apenas as associações sindicais podem proceder à cobrança das quotas sindicais dos trabalhadores seus sindicalizados» refere o extenso comunicado do Conselho de Ministros, tornado público a noite passada, e onde são analisadas, nomeadamente, actuações de órgãos de Informação, tomadas resoluções sobre o «Caso República» (apenas os trabalhadores não terão direito a indemnizações), processos de saneamento de ex-governantes fascistas e resoluções sobre actuações ligadas à Reforma Agrária.

Relativamente à quotização sindical, que se adivinha como ataque directo a uma conquista dos trabalhadores, expressa, geralmente, nos próprios contratos colectivos de trabalho, e visando tudo o indica enfraquecer o movimento sindical, o Governo considera que «com a aprovação desse decreto-lei, são, de vez, afastadas as dúvidas que algumas entidades vinham levantando no sentido de tal cobrança ser possível por parte das entidades patronais».

O «DL» contactou esta manha (página 9) várias organizações sindicais que manifestaram vivo repúdio pela «manobra» que é entendida por meios bem informados como tentativa de satisfazer as garantias exigidas pelos americanos quanto à concessão de empréstimos, manifestando diz-se contra «influência negativa» dos sindicatos na «recuperação económica».

Ainda sobre o movimento sindical o Governo deliberou na mesma reunião, após ouvir o ministro do Trabalho, aprovar uma proposta de lei, a enviar à Assembleia da República para ratificação, relativa à convenção n.º 87 da O. I. T., sobre a liberdade de associação e protecção do direito sindical e que é interpretada por correntes sindicalistas como primeiro passo no sentido de abrir caminho à criação de sindicatos paralelos e, consequente, divisão dos trabalhadores.

Acerca da Reforma Agrária o comunicado do Conselho de Ministros considera «a necessidade, de acordo com a Constituição e com a vontade do Governo, de ouvir sempre as partes interessadas em qualquer acção concreta, em particular os trabalhadores rurais, os proprietários, os antigos proprietários, os rendeiros e outros agricultores e os «reservatórios» e de que «nalgumas actuações, em particular no que diz respeito às marcações e entregas de reservas, a resolução das situações deve começar com consulta às partes interessadas, a cargo dos organismos locais do Ministério da Agricultura e Pescas».

Depois de salientar que agirá «como árbitro, e como centro de decisão em última instância, cada vez que das consultas não resultar acordo», o Conselho de Ministros resolveu «mandatar» os governadores civis dos distritos das zonas da Reforma Agrária «para assegurar localmente a coordenação das acções conjuntas dos Ministérios da Administração Interna e da Agricultura e Pescas» e «confirmar» que, constitucionalmente, compete-lhes «a execução, pelos meios legais ao seu alcance, das decisões resultantes do acordo das partes interessadas, ou das decisões governamentais, tomadas na ausência de acordo».

Outra nota saliente do comunicado do Governo diz respeito ao debate que no Conselho de Ministros se efectuou sobre «a

Continua na pág. 20

Manifestantes de guarda ao tribunal, Polícia de guarda aos manifestantes

O QUE SEIXAS DIZIA NO TARRAFAL

"Vocês vêm para aqui para morrer ou para enlouquecer"

«Após a chegada do réu, a situação agravou-se» — foi a opinião ontem unanimemente manifestada pelos antifascistas ex-presos do campo de concentração do Tarrafal, que depuseram como declarantes na segunda audiência do julgamento do «pide» Seixas que decorre no 3.º Tribunal Militar de Lisboa.

Eles próprios, com a dr.ª Alcina Bastos, requereram ao Tribunal que fossem ouvidos sobre o que sabiam do início da carreira do «pide» Seixas, que se apresentou no Tarrafal afirmando: «Os presos não têm direitos, só deveres. Vêm para aqui para morrer ou para enlouquecer».

João Faria Borda, antigo marinheiro, preso político por se ter revoltado contra o regime salazarista, (16 anos de Tarrafal), foi categórico quando prestou declarações: «Todas as atitudes do Seixas eram para liquidar os que se manteriam dignos até ao fim. Liquidar os que, uma vez vindos para a liberdade, continuariam a lutar pelo nosso povo». Por isso Borda foi impedido de receber auxílio da família, acusado de ser apoiado pelo Socorro Vermelho Internacional, ameaçado de lhe «arrancarem o coração pelas costas».

A «frigideira», pequena cela de cimento armado, sem janelas, exposta ao calor tórrido do sol tropical durante o dia e ao frio da noite, era um dos «castigos» preferidos pelo Seixas. Para ali mandava os presos que queria «liquidar». Chegaram a estar, segundo o testemunho de uma das antigas vítimas, dez presos na cela minúscula (2 passos de largura e três de comprimento). «Os declarantes lembraram também outra inovação trazida pelo Seixas e pela sua equipa de «especialistas» a «brigada brava». João Faria Borda

Continua na pág. 20

NA PÁG. 3

JOSÉ AUGUSTO FRANÇA EVOCA ALEXANDER CALDER

NA PÁG. 5

MAIS DEPOIMENTOS SOBRE SENTENÇA DO EX-"PIDE"

NA PÁG. 9

A C.I.P. QUE AGRADEÇA

NAS PÁGINAS CENTRAIS

FERNANDO ANTÓNIO ALMEIDA ENTREVISTA CHRISTIAN PALLOIX

Petardo na P.J. foi posto por "amigos" do "comandante" Pinto

Como anteontem noticiámos a Polícia Judiciária, com o apoio da P. S. P., deteve em S. João do Estoril, cinco indivíduos que se sabe estarem relacionados com a rede bombista e a tentativa de assalto ao Banco de Portugal do Porto, para o qual deveriam utilizar carrinhas (pretensamente) militares, como tal camufladas, e posteriormente queimadas. Estas diligências vêm na sequência da prisão do «comandante» Pinto e de «Jorge Jardim» (nome de guerra», também no Estoril.

Presos no dia 18, e de trânsito pelos calabouços da Judiciária para seguirem para o Porto, terão sido elementos ligados ao «comandante» Pinto que colocaram o petardo junto do portão da Polícia Judiciária.

Recorda-se também que dois dos elementos presos declararam nas inquirições que muitas das suas acções (estamos a lembrar-nos do petardo que rebentou durante a visita do Presidente da República ao Porto) visavam responsabilizar a Esquerda.

Recorde-se também que, no próprio dia em que rebentou o petardo frente à Polícia Judiciária, estavam nas instalações elementos sindicalistas de Beja, o que seria de imediato aproveitado por certa Imprensa fascista e direitista para fazer a ligação do petardo à Esquerda.

Assim, se os amigos do «comandante» Pinto, por um lado, provocavam a Polícia Judiciária, por outro, queriam responsabilizar a Esquerda. Finalmente, estranha-se que elementos da Polícia Judiciária tivessem negado, em declarações ao «Diário de Lisboa», que os cinco indivíduos detidos tivessem qualquer relação com a rede bombista, e horas depois essa informação seja dada pela mesma Polícia Judiciária à Anop.

20 PÁGINAS

Os Nabos 1976

Sete-Ponto-Sete elegeu os «nabos» do ano que findou e que se distinguiram em vários sectores e diferentes actividades. Leia amanhã o suplemento «D.L.» e veja se também lhe coube o nabo.

Nacional

Política de A a Z

ANTES QUE SEJA TARDE

Na sequência do comunicado do Conselho de Ministros, da Imprensa falemos. O Governo parece ter compreendido — finalmente! — que a perigosa complacência relativamente a diários e semanários que veiculam a campanha da «direita» contra as instituições democráticas, contra as tarefas árduas e os sacrifícios que nos esperam, e, também, contra a esperança que nos inspira e determina, não poderá merecer neutralidade. Ele, Governo, não pode demitir-se da sua função de defensor da «ordem democrática», não pode aceitar que continuem repartidas responsabilidades que urge concentrar e utilizar com clareza e democraticamente na defesa de *esta* Constituição, no prosseguimento de *esta* Revolução a «Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974».

O comunicado do Conselho de Ministros, no que a este capítulo se refere, aponta para a necessidade de tomar medidas não só de saneamento moral e político de uma Imprensa que é a voz da «direita», que é a voz da reacção, que é uma arma importante controlada pelos que conspiram para o «regresso» e para a «desforra», ou campo de manobra de elementos corrompidos, de puros aventureiros e... aventureiras.

Alianças sem base, cumplicidades tortuosas, deram lugar a um grande equívoco: o de confundir o ataque ao «gonçalvismo» (o que ainda não se sabe o que é) com a defesa de uma verdadeira democracia, como se a democracia pudesse alicerçar-se na coincidência negativa de ressentimentos (acaso justificados) e de ódios inconfessáveis. Assim e para nosso mal dispondo de uma liberdade suicidária e de meios de financiamento nem sempre normais e nacionais, uma Imprensa apostada na intoxicação da opinião pública, na desestabilização, na intriga, na calúnia, na subversão, lança-se ao ataque das forças democráticas, dos democratas, do «País novo» que queremos construir.

Há dias um semanário para atacar o Primeiro-Ministro recorria a um estratagema pérfido. Aceitava o desafio, ou o pseudodesafio de um leitor, e abria as suas colunas a uma teoria de calúnias e de facadas. Não se tratava de uma crítica. Áspera que fosse, mas como crítica perfeitamente legítima. Tratava-se de um ataque vesgo ao serviço da reacção, da «direita», do fascismo.

Pena é que o Governo se tenha atrasado na avaliação deste perigo público. Que só tenha compreendido que ataques a Vasco Gonçalves e a Otelo Saraiva de Carvalho, a Melo Antunes e a Charais, eram, apenas, o prelúdio de uma orquestração mais vasta da raiva e do ódio, quando, após uma primeira fase dita «anticomunista» ou «antigonçalvista», a reacção se desmascarou nos diários e nos semanários, em Lisboa, no Porto, e do Minho ao Algarve, e nos Açores e na Madeira, como voz da «direita», como apologia do «regresso» e da «desforra».

A OFENSIVA VELHA E OS ALVOS NOVOS

Com o pretexto de que circulam rumores de uma remodelação governamental, o que efectivamente nem sempre é desejável, mas é sempre possível, os jornais vão lançando hipóteses que não se apresentam como informações inocentes ou como suposições de impecável candura. Adiantam-se hipóteses para desorientar a opinião pública, lançam-se nomes para criar dificuldades, desconfianças, suspeições. Os alvos da «direita» vão variando. Agora é a vez de Manuel Alegre que, por declarações que tem feito de conteúdo antifascista, por intenções que tem revelado de limpar a Imprensa do espectrismo reaccionário, pela decisão do caso do assalto do P. S. D.-P. P. D. ao jornal «O Século», deixou, num ápice, de ser um «grande poeta» para passar a ser um «pequeno tirano».

No fundo desta questão, o que no actual tempo parece avultar, é o desejo de alguns socialistas e de muitos reaccionários de ver, na Secretaria de Estado da Comunicação, outra personalidade política. Quem?

O segredo corre por aí. Mas o jogo de alguns socialistas e de muitos reaccionários é dar curso aos seus desejos como se, na realidade, se tratasse de hipóteses de trabalho plausíveis.

AINDA A OFENSIVA VELHA E OS ALVOS NOVOS

Com Sousa Gomes, com Manuela Silva, com Armando Bacelar, outro dos alvos a atingir neste Governo, é o tenente-coronel Costa Brás. Existem, como os leitores sabem, alvos técnicos e alvos políticos. Se Sousa Gomes, Manuela Silva, Armando Bacelar, dados como membros do Governo que deverão ser substituídos, são alvos técnicos, o ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás é um alvo político. E recente. Desse ordeiro militar, geralmente reconhecido como inteligente, sereno, trabalhador, organizador e responsável, fez-se um conspirador a vigiar desde que, coerente consigo e consciente das suas responsabilidades, Costa Brás afastou de um comando delicado um suspeito de «bombismo» activo ou passivo, prático ou teórico. Ruiu Tróia. Ruiu o prestígio do «homem-de-Estado», e surgiu, dos bastidores para a ribalta, a figura maquiavélica de um aspirante ao «poder» e aos «poderes».

Intrigar Costa Brás com a equipa civil do Governo socialista; convertê-lo no inspirado instrumento de uma visão «peruana» das responsabilidades militares na institucionalização da democracia, revela, apenas, que os que pretendem, a todo o custo, levar o Presidente da República a uma intervenção na vida política nacional, apostam, efectivamente, noutro militar que não o tenente-coronel Costa Brás.

A «operação Costa Brás» oculta intencionalmente outra operação. O tenente-coronel Costa Brás é um alvo de diversão. Pretende-se provocar uma intervenção do general Ramalho Eanes contra o Governo socialista, mas com outras conotações políticas e pessoais.

Estamos atentos.

SEGUNDO "O JORNAL"

Crise interna do P.S.D./P.P.D. põe Sá Carneiro em perigo

Um informador do P.S.D./P.P.D., contactado esta manhã pelo «D. L.» disse ser ainda «cedo» para comentar a informação hoje divulgada pelo semanário «O Jornal» segundo a qual «a situação interna no P.S.D. parece ter tendência a deteriorar-se, falando-se já no interior do partido na necessidade de poder vir a ser encarada uma eventual substituição de Sá Carneiro». Segundo aquele informador, a notícia do semanário lisboeta estava a ser examinada, não sendo de excluir que o partido se pronuncie «mais para a tarde».

De acordo com as informações de «O Jornal», na origem da «crise» em torno de Sá Carneiro encontrar-se-iam as «sucessivas derrotas políticas do partido e a perda de peso, quer nos meios civis quer nos militares, da figura do seu presidente». A substituição eventual de Sá Carneiro, «não seria, no entanto, realizada a curto prazo, embora as «preocupações de muitos dirigentes do P. S. D.» apontem para o «irrealismo» das teses defendidas por Sá Carneiro, por exemplo, junto do Presidente da República. Diz ainda a mesma fonte que «a nível externo Sá Carneiro começa a perder os parcos apoios de que dispunha, quer nos Estados Unidos quer na Alemanha Federal, parecendo restar-lhe apenas um aceno de simpatia de alguns sectores do Governo francês».

Uma das mais curiosas revelações de «O Jornal» passa pela alusão a «sugestões que a Embaixada dos E.U.A. dirigiu a dirigentes do P.S.D. no sentido de não ir para a frente a ideia de um voto contrário ao Governo socialista» o que, a confirmar-se, mostra bem o tipo de actuação que vem sendo desenvolvida por diplomatas americanos em Portugal, em clara ingerência nos assuntos internos do nosso país.

SÁ CARNEIRO EM ESPANHA

Para uma visita de seis dias a Espanha, parte no próximo dia 11 para Madrid o presidente do Partido Social-Democrata Português, Francisco Sá Carneiro — confirmou a ANOP junto daquele partido.

Sá Carneiro, que será acompanhado por Francisco Pinto Balsemão, da Comissão Nacional do Partido, e por Barbosa de Melo, presidente do Grupo Parlamentar do P.S., contactará em Espnha «com diversas entidades ligadas quer ao regime quer à oposição democrática».

CONGRESSO DOS PRESIDENTES

Realiza-se nos próximos dias 29 e 30 deste mês, na cidade do Porto, o Congresso dos 115 presidentes das câmaras municipais do Partido Social-Democrata, eleitos no passado dia 12 de Dezembro.

De entre as presidências municipais ganhas por aquele partido contam-se as de Bragança, Caldas da Rainha, Chaves, Lamego, Leiria, Penafiel, Viana do Castelo e Vila Real.

MÁRIO SOARES E AS DECLARAÇÕES DE EANES

"Só poderiam ter sido feitas num tom irónico"

Interrogado ontem acerca das declarações do Presidente da República à entrada do Conselho da Revolução, a propósito da possível formação de um Governo militar, manobra que a direita preparava ao mesmo tempo que atribuía tal projecto às forças democráticas, Mário Soares declarou que «desconhecida a tentativa de substituição do Governo» e que as palavras de Ramalho Eanes «só poderiam ter sido feitas num tom irónico.»

Tudo começou há uns tempos com o início de ataques aos conselheiros da Revolução Melo Antunes, Vitor Alves, Vitor Crespo etc. e veladas insinuações a um designado grupo «meloantunista» que estaria a preparar a formação de um Governo «suprapartidário» com militares. Os jornais reaccionários foram desenvolvendo a manobra acabando por nela incluir também o nome do tenente-coronel Costa Brás que seria o Primeiro-Ministro do tal Governo.

Estava realmente a passar-se uma manobra deste tipo só que os seus autores eram justamente os que a atribuiam ao chamado grupo «meloantunista» e a Costa Brás. O ponto mais alto da manobra surge com os desenfreados ataques aos conselheiros da Revolução Vitor Crespo e Vitor Alves só porque estes no uso de um direito legítimo e numa situação perfeitamente enquadrada nas normas constitucionais, receberam uma delegação sindical.

A notícia do tal Governo não tardou a saltar para a manchete dos jornais de direita e na última quarta-feira, à entrada para o Conselho da Revolução, o assunto foi posto ao general Ramalho Eanes que, muito naturalmente, e com uma ironia de que toda a gente se apercebeu, disse que só tinha pensado em tal Governo depois de ler a notícia. Mas a Imprensa direitista, não percebeu (ou não quis perceber) a ironia e permitiu-se dar às palavras claras do Presidente da República uma interpretação inversa, isto é, deu a entender que Ramalho Eanes admitia tal projecto o que nada autorizava a concluir.

Na reunião de ontem do Conselho de Ministros aquelas especulações, consideradas desestabilizadoras foram objecto de uma resolução no sentido de serem propostas à Assembleia da República medidas que ponham cobro à actuação de tal tipo de Imprensa.

Entretanto o tenente-coronel Costa Brás, um militar ligado nesta vaga especulativa, considerou as notícias veiculadas por esses jornais como «atoardas» e «elementos altamente desestabilizadores» acrescentando que «a opinião pública fica confundida e são inclassificáveis os intuitos de forças políticas ou pessoas que accionam essas atoardas». Costa Brás declararia ainda não haver alternativa democrática e constitucional para o actual Governo «com uma ou outra alteração pontual que, porventura o sr. Primeiro-Ministro julgue ser necessária — o que é de considerar em qualquer país e em qualquer momento».

Tornou-se assim bem clara a razão de súbita onda de ataques a alguns conselheiros da Revolução e a algumas figuras militares.

Agora também ministro da Indústria e Tecnologia

Sousa Gomes toma hoje posse

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, confere posse às 18 e 30, no Palácio de Belém, ao eng.º Sousa Gomes, ministro do Plano e da Coordenação Económica, no cargo de ministro da Indústria e Tecnologia, que ficou vago em consequência do pedido de exoneração do eng.º Walter Rosa por motivos oportunamente divulgados.

Acentuado agravamento do défice da balança comercial

O défice da balança comercial portuguesa atingiu no final de Novembro último o montante de cerca de 60 milhões de escudos (mais precisamente 59 819 milhões de escudos), segundo apurou a Anop junto do Instituto Nacional de Estatística.

Esta verba traduz um agravamento, em relação ao mês anterior, de 6803 milhões de escudos. Mas este agravamento é ainda mais nítido se tivermos em conta que, em relação a igual período de 1975 (Janeiro a Novembro), o saldo negativo da balanço comercial aumentou de mais de 13 milhões de escudos, já que nos primeiros onze meses de 1975 aquele défice se cifrava em 46 788 milhões de escudos.

Estes números revelam que nem o VI Governo nem o Governo actual têm sido capazes de fazer melhor política naquele domínio do que aquela que criticavam no Verão de 1975, antes pelo contrário.

Se esta tendência se mantiver em Dezembro, como é muito provável, o défice no final de 1976 da balança comercial portuguesa deverá cifrar-se na casa dos 70 milhões de escudos.

Eleições em Alvarenga e Lodares definitivamente no dia 16

Está definitivamente marcada para o próximo dia 16 a repetição das eleições nas freguesias de Alvarenga e Lodares, no concelho de Lousada, distrito do Porto. Fracassaram, desta forma, as manobras da direita no sentido de precipitarem a repetição do acto eleitoral já para o próximo domingo, impedindo a esquerda de utilizar este período para novo esclarecimento da população. A marcação definitiva da data foi assente anteontem, no decurso de uma reunião em que os mandatários das listas da Frente Povo Unido denunciaram a manobra para precipitar o acto eleitoral.

Nova reunião foi, entretanto, marcada para amanhã com o objectivo de discutir a substituição da mesa da Assembleia de Voto, dada a gravidade das irregularidades registadas em Alvarenga na votação havida em 12 de Dezembro. Prevê-se também que continue a ser examinada a escolha de um local para o funcionamento da assembleia de voto, continuando o Povo Unido a insistir na montagem de um pavilhão pref a bricado que, depois do acto eleitoral, serviria como sala de aulas.

Entretanto, para a nova campanha eleitoral, a Povo Unido marcou já sessões de esclarecimento que decorrerão, em Lodares, amanhã e no próximo dia 13, na escola primária, a primeira com início às 20 horas e a segunda às 20.30; e em Alvarenga, depois de amanhã, dia 9, pelas 16 horas, ao ar livre. A lista «Independentes de Lodares» organiza por sua vez uma sessão no dia 9, pelas 14 horas, em Lodares, ao ar livre, e o P.S. no dia 7, às 21 horas, na mesma freguesia.

post-scriptum

Construção de ceifeiras debulhadoras

Muito polémica tem levantado ultimamente a hipótese de montagem e posterior fabrico de ceifeiras debulhadoras em Portugal. Este projecto, é, em nossa opinião técnica e economicamente inviável por diversas razões: a ceifeira debulhadora, embora apresentando à vista um aspecto rudimentar, é na realidade uma máquina altamente sofisticada, que é durante a curta campanha das ceifas, submetida a um esforço invulgar, o que obriga a matérias-primas de 1.ª qualidade e a uma tecnologia bastante avançada.

Portugal não tem de momento condições para fazer face a estas exigências.

O país necessita no mínino de três modelos de ceifeiras debulhadoras para fazer face às necessidades. Um modelo até 3 metros de barra de corte para o norte, um modelo de 3,6 metros para a zona centro e outro modelo a partir de 4,20 metros para as grandes herdades colectivas de produção do Alentejo.

Segundo opinião dos maiores fabricantes mundiais, só com séries mínimas de 1500 unidades por modelo o fabrico é tecnicamente perfeito e economicamente rendível. Como o consumo anual do país é de 300 unidades de todos os modelos, daqui ressalta a inviabilidade no aspecto quantitativo.

A hipótese de exportação de excedentes está fora de causa, dado que a produção a nível mundial tem sofrido nos últimos anos enorme recessão não só pela saturação do mercado, mas também pelo fabrico de máquinas tecnicamente mais perfeitas e de maior potência com reflexo no aumento substancial da capacidade de colheita.

A montagem já para a campanha de 1977 de 250 ceifeiras debulhadoras à semelhança do que tem sucedido noutros sectores, não trará quaisquer vantagens económicas podendo redundar um autêntico colapso económico dado a marca prevista para montagem em Portugal não ter implantação a nível mundial, dado ser uma marca recente, com baixa produção anual e sem qualquer inovação técnica nos últimos anos.

Esta marca começou por fabricar anualmente alguns milhares de unidades estando actualmente sob intervenção estatal com uma produção em 1976 de cerca de 1000 unidades, ocupando o 6.º lugar em vendas no país de origem com 528 unidades vendidas um total de 5630. As vendas em Portugal à semelhança do sucedido no país de origem sofreram uma quebra de 50 por cento nos últimos dois anos. Esta quebra de produção em vendas deve-se à falta de inovações técnicas. No parque nacional esta marca ocupa o 4.º lugar.

O que acabamos de escrever, não passa de um alerta às entidades responsáveis directamente ligadas ao projecto, especialmente o Ministério da Indústria e Tecnologia.

Não estamos nem nunca estivemos por princípio contra o fabrico ou montagem de qualquer máquina agrícola no nosso País e pensamos que nenhum português honesto poderá estar desde que seja dado público conhecimento da viabilidade técico-económica dos vários projectos e salvaguardados os postos de trabalho dos largos milhares de trabalhadores ligados ao ramo através de uma reconversão programada. Até lá...

A. Pissarreira
LISBOA

Terceira idade dos pobres e remediados

Todos os Governos posteriores ao 25 de Abril têm dito e redito que vão dar alguns benefícios à terceira idade. Desde o tempo do fascismo salazarista, os pobres e remediados da terceira idade têm sido sempre marginalizados. A Primeira República, apesar das inúmeras dificuldades que atravessou, deu ao povo muitas regalias, sobretudo aos funcionários públicos, das quais uma das mais importantes foi a reforma aos 36 anos de serviço. Veio o odioso salazarismo, o inimigo n.º 1 do funcionalismo público, que além de tirar importantes regalias, passou a reforma para os 40 anos de serviço. A mais alta, em tempo, de toda a Europa.

(...) Chorei de alegria com a Revolução de Abril, pois sou antifascista desde o 28 de Maio, tinha então 13 anos e era estudante no Liceu José Falcão (grande lutador pela democracia) em Coimbra (os salazaristas mudaram o nome do liceu para D. João III, um dos mais estúpidos reis que nós tivemos), quando assisti à chegada à tão conhecida Rua Larga (arrasada pelo salazarismo contra a vontade de toda a população, que o ditador detestava por ser republicana) do general Gomes da Costa, num carro descapotável, e de pé o vi ser abraçado pelos monárquicos e por tudo quanto havia de mais reaça na cidade. Os estudantes e civis que enchiam a célebre rua, olhavam com tristeza o espectáculo.

Sou socialista e gostava que o nosso País para lá caminhasse (não por mim, que já fiz sessenta e tal, mas pelos jovens, para não serem escravos dos senhores do capital, como nós fomos), mas com um Primeiro-Ministro a dizer que não vai haver mais nacionalizações, não posso aceitar em tal coisa.

A propósito: poder-se-á honestamente falar em socialismo, deixando entregue à iniciativa privada (curioso eufemismo para designar o espírito de ganhuça desbragada) sectores básicos para a vida e bem-estar do povo, como a medicina, por exemplo, onde a deontologia dos senhores doutores é permissiva ao ponto de os deixar levar 1500 escudos por uma consulta relâmpago, de 10 minutos? Não vai haver mais nacionalizações?!

Há indivíduos (eu conheço alguns) a receber muitos milhares de contos de rendimentos por mês. Não vai haver mais nacionalizações? Então como acabar com a exploração do homem pelo homem? Não acredito no vosso socialismo, senhores governantes. São tudo palavras. É tudo demagogia.

Luís Dias Augusto Júlio
Algueirão

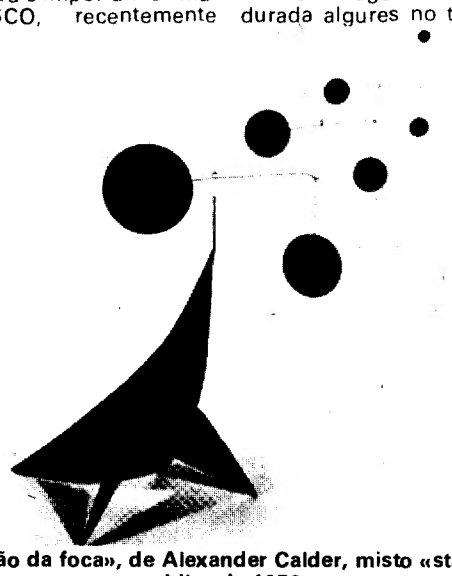
Folhetim Artístico — José-Augusto França

CALDER, UMA HISTÓRIA

De Calder, que há pouco faleceu, tenho uma história para contar. Não dele propriamente, que conheci há anos, no Brasil, bem e habitualmente bebido, numa exposição de guaches que toda a crítica apreciava, mais por causa dele que delas, valha a verdade, não lhes valendo certamente a qualidade que os seus signos gestuais não tinham; mas da sua obra. Ou também não exactamente dela — mas de nós. Ou de um entre nós todos, em Paris.

Por voltas de 1961 eu fazia crítica de arte para a revista «Art d'Aujourd'hui» e percorria regularmente as galerias parisienses duas tardes por semana — uma para a margem esquerda, Rua de Seine e arrabaldes, outra para a margem direita, por voltas do Faulbourg de Saint-Honoré. Havia então muito mais exposições do que agora, numa vida artística de diferente definiçao que entao subia até ao auge, ou à explosão; e as galerias eram passos obrigatórios da informação, com apresentações de pintores-pintores, que ainda o eram e aos quais só um ou outro «marchand» se atrevia a opor, para além duma ainda tímida arte pop, qualquer rara contestação antipictórica — falando-se, como dum inaudito escândalo, do «happening» quase «body art» (como ainda então se não dizia), do recentemente falecido Klein e das fantasias novo-realistas do Restany. Uma galeria era uma galeria e um «marchand» um «marchand», com seus comércios, naturalmente, mas com uma consciência suficiente da mercadoria bem exposta, em programas modestos ou ricos que tinham utilidade informativa. E era visitando-as que o crítico se fazia uma ideia do andamento externo das coisas de arte. O resto só poderiam ser visitas de «atelier», e eram-no, certamente, em descobertas de boa vontade ou boa amizade. A menos que se participasse em jogo de grupo fechado, num novo sistema que mal se anunciava mas iria, ao longo dos anos 60, modificar radicalmente as perspectivas da criação e o panorama do «facto artístico» ocidental.

...Estamos, porém, em 1961, há mais de quinze anos — e Calder era então um astro vivo, cujas propostas no domínio da escultura cinética tinham ainda descendência atenta, marcando como marcavam uma situação nova e importantíssima. A UNESCO, recentemente inaugurada dera-lhe posição representativa a par de um Miró e de um Arp — família a que ele mais ou menos surrealistamente pertencia, com laivos dum dadaismo congenitalmente boémio, um dum anarquismo bem bebido, em festa e maravilha.



«A exibição da foca», de Alexander Calder, misto «stabile»-«mobile» de 1950

Festa e maravilha: aí estamos no ponto e na história que ao princípio deste folhetim eu queria contar e agora abrevio nos limites do seu tamanho.

A galeria Maeght está instalada num palacete burguês à beira do Parque Monceau, tudo quanto há de mais residencial na Paris das finanças do fim de Oitocentos. Uma porta discreta, nada de loja, uma escadinha interior, uma antecâmara com secretariado — e a sala de exposições, grande como um salão de boa sociedade. Exposições na boa tradição parisiense, de Braque a Miró, de Tal Coat e Tapiès e a Calder. E de Calder se tratava no dia de que falo.

«Stabiles» e «Mobiles» enchiam a sala, dispostos como um jardim de grandes árvores e pequenos, animados arbustos, pretos uns, pretos, vermelhos, azuis amarelos os outros, na sua folhagem metálica, pendurada algures no tecto e balanceando ao acaso dos gestos e do vento que não soprava no discreto interior. Eu passeava por entre eles, ou sentava-me num maple, que talvez lá houvesse, não me lembro se tirando uma ou outra nota rabiscada nas costas do catálogo, ou não, que os números da série «Derrière le Miroin» são preciosidades bibliográficas que não se rabiscam assim. Não havia mais ninguém na galeria naquele meio de tarde. Se não quando...

Aqui a história que quero contar.

Um sujeito entra, quase cinquenta anos, severos e visivelmente atarefado, de pasta pesada na mão. Uma pasta antiga, não estas «attaché-cases» que ainda se não usavam, vindas da América e dos filmes OSS, e hoje na panóplia de qualquer jovem pires que pela Baixa lisboeta venda coisas ou sabonetes. Não: uma pasta séria, de pessoa que trabalhava, como o seu aspecto indicava, no trajo burguês e na seriedade das posturas. Entra o sujeito, poisa a pasta cuidadosamente a um canto da sala, verifica se ficou bem acautelada, olha o relógio no pulso — e começa a brincar...

Exactamente: a brincar, passando entre as peças estáveis, ou sob os seus arcos de ferro, espreitando por eles, recuando e avançando, como se um bando invisível de gente com ele jogasse. E, depois, tocando numa folhagem de «mobile», fazendo mexer uma ramada de ferro, com as mãos, com os ombros, com a cabeça, baixando-se de súbito e levantando-se mais além, fingindo tropeçar, saltando ligeiramente numa pirueta, quase um passo de bailado, detendo as folhinhas abaladas com dois dedos delicados e despedindo depois um piparote que lhes repunha o movimento, sorrindo muito sério e procurando outro raminho à espera do seu gesto, e de braços no ar e mãos ágeis continuando a passear pelos mesmos sítios, como um prestidigitador ou um funâmbulo obrigado a manter o teor encantado da floresta de coisas...

De repente, o sujeito parou, olhou de novo o relógio dos seus deveres profissionais, viu a hora que passara naqueles minutos, e deteve-se, sem mais um olhar. Caminhou então com a devida seriedade para a pasta que pousara, pegou nela, consertou as pregas do fato, a linha da gravata escura — e partiu.

Sujeito lúdico! O seu tempo de brincar passara, bem empregado naquela exposição que possivelmente já visitara e certamente voltaria a visitar, em dias anteriores ou seguintes. A sua vida quotidiana dera-se um intervalo necessário e feliz.

... Nesta história verdadeira está tudo quanto sei de Calder e muito do que sei de estética.

PATRICIA HEARTS "RECUPERADA"

FILHA PRÓDIGA VOLTA À "JET SOCIETY"

DOMINIQUE DHOMBRES

Quem é Patrícia Hearst? Pode fazer-se tal pergunta depois da entrevista que a neta de William Randolph Hearst, herdeira do império de imprensa de «Citizen Kane» concedeu, no dia 16 de Dezembro, a uma cadeia de televisão americana... Miss Hearst, que roubou um banco depois de ter — contra sua vontade, segundo afirma — adoptado o modo de vida dos membros do estranho «exército de libertação simbiótico» que a haviam raptado a 4 de Fevereiro de 1974, declarou aos jornalistas que aqueles dos seus raptores que haviam sido mortos em Los Angeles pela polícia, a 17 de Maio de 1975, «tinham tido aquilo que mereciam».

Refugiada nos profundos divãs familiares, «recuperada» pela «jet society» californiana, renega hoje o pequeno grupo de salteadores iluminados que a havia arrancado às delícias da vida estudantil de Berkeley (Califórnia). Ela proclamara, durante a sua formidável fuga (o F.B.I. pusera três mil agentes à sua procura), que o noivo, bom rapaz «conformista» com quem vivia num apartamento perto da Universidade, era um «pig» (porco), assim como os pais.

O REGRESSO

Estes contribuiram com mais de 2 milhões de dólares em alimentos para os «pobres» (essencialmente «Chicanos» da Califórnia) para salvar a filha, segundo as exigências feitas pelo «exército simbiótico». Hoje defendem-na de outra ameaça, a da justiça americana que no dia 24 de Setembro de 1976 condenou «Patty» Hearst a sete anos de prisão por assalto a um banco e porte de armas proibidas. Foi libertada a 19 de Novembro de 1976, depois de o pai, Randolph Hearst, ter pago uma caução de um milhao e meio de dólares.

William Orrick, juiz federal, decidiu que Miss Hearst deveria ficar entregue à guarda da família, e lhe telefonaria duas vezes por semana a fim de comunicar o que fazia.

Patrícia Hearst será de novo julgada em Abril de 1977 por ter participado no tiroteio de 17 de Maio de 1974, durante o qual o seu amante William Wolfo, militante revolucionário (que não era filho de milionários) foi morto. «Ninguém se amou tanto como nós», afirmava ela então. «Morri neste incêndio mas renasço das suas cinzas». Renegando definitivamente a família, declarava aos jornais: «Não viverei o resto da minha vida com os Hearst.»

Miss Hearst voltou agora a esse berço tão desprezado, após ter deliciado os pequenos jornais «Underground» dos Estados Unidos, encantados por poder publicar em primeira página as declarações subversivas de uma herdeira. Uma herdeira sobre a qual sempre planou, é certo, a longínqua protecção de um milionário (em dólares): o seu próprio pai.

Miss Hearst regressou a casa. Os seus companheiros foram mortos ou fugiram. O «exército simbiótico» de libertação já não interessa a ninguém, a não ser talvez a alguns sociólogos da Universidade da Califórnia, desejosos de compreender as razões que puderam levar essa jovem «bem» a juntar-se a um grupo — pouco vulgar, é certo — de marginais.

O próprio movimento, cujo símbolo era uma cobra com sete cabeças (que representariam a autogestão, a produção cooperativa, o trabalho e a responsabilidade colectivos, a criatividade, a unidade, a fé e a determinaçao) esta morto e bem morto. Só restam as sombras dos seus mortos, as saudades (ou os remorsos) dos vivos, e essa encantadora cena, descrita pelos jornalistas, de Miss Hearst percorrendo com seu pai o jardim familiar, abandonado, o que lembra de um modo estranho o último parágrafo do **Santuário** de William Faulkner.

(Le Monde)

Nacional

P.S.P. divulga conselhos para segurança dos cidadãos

O Comando-Geral da PSP num comunicado à população indica alguns conselhos práticos que, segundo aquele comando, podem ajudar a reduzir os riscos que a delinquência faz pesar sobre a segurança dos portugueses. É o seguinte o teor do comunicado hoje divulgado por aquela corporação:

«É dever da Polícia proteger-vos. Ela entrega-se totalmente à sua missão, tendo capturado inúmeros marginais que foram entregues à justiça.

Mas você pode e deve contribuir para reduzir os riscos que a audácia dos malfeitores faz pesar sobre a sua segurança.

Assim, cuide da segurança da sua casa; Não abra a porta a qualquer pessoa; A quem se lhe dirija, intitulando-se funcionário de um organismo ou serviço, exija o cartão profissional; Mantenha a porta de sua casa fechada à chave. Mande instalar um «visor» ou «ralo» na porta de entrada, bem como um fecho de segurança.

Nunca assine papéis em branco ou sem lhes compreender perfeitamente o significado. Quando duvidar, peça explicações aos vizinhos ou pessoas da sua confiança.

Quando sair, nunca deixe a chave sob o tapete de entrada, num vaso de flores ou pendurada num prego. Guarde-a consigo ou entregue-a a um vizinho. Feche cuidadosamente as janelas e montras do rés-do-chão. As janelas abertas são uma tentação para os ladrões.

Ao deslocar-se na rua, seja prudente, afaste-se da berma do passeio. Para evitar que lhe sejam tirados por sacão volumes que transporte na mão, siga pelo centro do passeio, afaste-se o mais possível da faixa de rodagem. Evite deslocar-se sozinha ao cair da noite. Evite utilizar itinerários obstruídos e de ruas desertas.

Quando vai depositar as suas economias (pensão ou outros proventos) não conte o dinheiro na rua, no banco ou no local de recepção sem se precaver. Sé e portador de uma grande quantia, distribua-a pelos bolsos e carteiras, seja discreto e faça-se acompanhar, sempre que possível, por uma pessoa de confiança.

No capitulo **«preocupações** *com o seu automóvel* a P.S.P. recomenda:

Nunca deixe as chaves do seu carro na ignição quando o abandona.

Documentos à vista são fontes de sarilhos e um «convite» para os larápios. Atenção às janelas dos carros. Feche sempre os vidros do seu veículo. Estacione bem o seu automóvel, ainda que por pouco tempo! Não impeça o trânsito dos peões! Evite acidentes! Diga aos seus filhos: «Atenção aos estranhos que te convidem para passeios ou mesmo para te conduzirem a casa ou à escola!»

Salvaguarde-se e nunca hesite em dirigir se aos agentes da polícia para lhes pedir conselhos, auxílio e protecção ou comunicar-lhes o que julgue ser de interesse nacional!

A P.S.P. conta com a sua colaboração.»

NO C.C.T. DOS JORNALISTAS

Comissão Negociadora não deve ignorar Assembleia do Sindicato

Os jornalistas aprovaram ontem em assembleia geral do seu Sindicato várias normas processuais relacionadas com as negociações do Contrato Colectivo de Trabalho da classe, iniciadas em Agosto passado.

De acordo com as decisões tomadas, a Comissão Negociadora do Contrato (CNC) deve «solicitar a colaboração de uma assembleia geral se necessitar de linhas de orientação para negociar e sempre que tenha de modificar as posições de fundo da proposta inicial».

Por outro lado, e uma vez que a maioria dos presentes, depois de ter derrotado uma proposta da Direcção, considerou que as negociações do «CCT» estavam relacionadas com a própria reestruturação do sector estatizado da Imprensa, a Direcção do Sindicato deverá estabelecer contactos com os outros dois maiores sindicatos do sector (Trabalhadores na Imprensa e Gráficos), de modo a, nos termos de uma moção aprovada «formar a breve prazo uma frente unida de trabalhadores englobando sindicatos, comissões de trabalhadores, delegados sindicais e conselhos de redacção».

A assembleia elegeu o jornalista Acácio Barradas para fazer parte da representação do Sindicato dos Jornalistas no Congresso de Todos os Sindicatos.

Já fora da ordem dos trabalhos, os jornalistas aprovaram por unanimidade um protesto contra o «brutal assassínio pela polícia política brasileira de três conhecidos antifascistas, entre os quais o jornalista e escritor Pedro Pomar».

C.R. declara inconstitucional um decreto-lei

Um decreto-lei governamental foi considerado inconstitucional pelo Conselho da Revolução, segundo resolução daquele órgão tomada após consulta à Comissão Constitucional e ontem divulgada no «Diário da República».

O diploma governamental em questão diz respeito à proibição do envio de publicações ao domicílio sem que tenham previamente sido pedidas, prevendo ainda sanções para as violações que se registassem.

Segundo a ANOP, a inconstitucionalidade do diploma reside na aplicação de penas e não na proibição do envio de publicações ao domicílio, uma vez que o artigo 167.º da Constituição diz que é da exclusiva responsabilidade da Assembleia da República legislar sobre a definição de crimes e penas.

Jornalistas portugueses afastados da B.B.C.

Prossegue em Londres o julgamento do caso interposto pelo jornalista António Cartaxo, demitido da BBC com a alegação de violação da ética profissional. O advogado do jornalista, lord Gilfford, reafirmou ontem a sua convicção de que a BBC cometera um erro ao demitir aquele profissional.

Na próxima semana iniciar-se-á o julgamento do processo de outro membro da secção portuguesa da BBC, Jorge Ribeiro, que tem também por advogado lord Gillford, membro trabalhista da Câmara dos Lordes.

Contra a demissão destes dois jornalistas pronunciaram-se já o Sindicato Britânico dos Jornalistas, Sindicato dos Profissionais de Rádio e Associação Nacional dos Estudantes.

Medeiros Ferreira visita Jugoslávia e Suíça

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, visitará oficialmente a Suíça nos dias 13 e 14 do corrente mês, segundo foi ontem oficialmente anunciado em Lisboa.

A visita efectua-se a convite do chefe do Departamento Político Federal Suíço, Pierre Graber, englobando a realização de conversações sobre temas de política internacional de interesse para os dois países. Serão ainda focadas as relações bilaterais luso-suiças.

Antes desta deslocação à Suiça, Medeiros Ferreira escalará a Jugoslávia, pelo que a sua partida de Lisboa se efectua já no próximo dia 10.

Centenário de Falla

É hoje inaugurada, às 18 horas, nas galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian (piso 01), a exposição comemorativa do centenário do compositor espanhol Manuel de Falla. Trata-se de uma exposição documental e fotográfica, que tem o patrocínio da Embaixada de Espanha e daquela Fundação.

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

Teatro da Cornucópia

O treino do campeão antes da corrida
de Michel Deutsch

SÓ ATÉ 22

Todas as noites às 21.45
Domingos, às 18 e às 21.45 horas
M. 18 anos

2 SALAS
2 ESPECTÁCULOS

os cómicos

APRESENTAM

«Do Teatro ao Cais Sodré»

de JOSÉ DANIEL RODRIGUES DA COSTA

Encenação de FERNANDO HEITOR

HOJE, às 21.45
AMANHÃ e DOMINGO às 18 horas

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO

QUOTIZAÇÃO

Face à incorrecta interpretação que algumas entidades patronais fazem do Decreto-Lei 841-B/76, às quais devem os trabalhadores, organizadamente, nos seus locais de trabalho, dar a resposta imediata por forma a evitar esta tentativa de destruição das suas organizações de classe, sugerimos a todos os trabalhadores em cujas empresas, as respectivas entidades patronais se tenham recusado a proceder aos descontos e remessa das quotizações sindicais, o seguinte abaixo-assinado a apresentar à entidade patronal com cópia ao Sindicato:

À
Administração da (Empresa)

Os trabalhadores abaixo-assinados vêm declarar para os devidos e legais efeitos, e para cumprimento do art.º 57.º da Constituição consagrado pelo Decreto-Lei n.º 841-B/76 do Governo Constitucional, que deve ser feito o desconto das quotas sindicais nos seus salários, com a remessa das mesmas aos Sindicatos designados à frente dos seus nomes, em conformidade com a prática seguida por esta empresa desde a entrada em vigor da Constituição (25 Abril 1976).

Data...

NOME	SINDICATO

Lisboa, 4.1.1977

A DIRECÇÃO

VENDEDORES

Somos uma grande empresa. Estamos a formar uma rede de vendas. Precisamos de jovens de ambos os sexos que tenham.

1 — Mais de 18 anos
2 — Honestos
3 — Força de vontade
4 — Queiram ser bem pagos em regime de comissão

Se está nestas condições, escreva enviando o seu «curriculum vitae» ao anúncio n.º 1886.

PUB

ONIÁGUAS

Empresa de Águas Minero-Medicinais de Mação, SARL

Convoco a Assembleia Geral Ordinária desta empresa para reunir na sua sede sita na Travessa do Abarracamento de Peniche, n.º 18 r/c em Lisboa, no dia 22 de Janeiro de 1977, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

a) Discutir e aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1975;
b) Eleger os corpos gerentes e a Mesa da Assembleia Geral.

Não havendo «quorum» a Assembleia realizar-se-á uma hora depois com qualquer número de accionistas.

Lisboa, 2 de Janeiro de 1977

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

a) **José Manuel Rosário Paulino**
(segue reconhecimento)

ANTIFASCISTAS INDIGNADOS COMENTAM SENTENÇA DO EX-"PIDE"

FARA LOPES CARDOSO

"Julgamento dos 'pides' atinge limites da farsa"

Prosseguimos hoje os depoimentos de destacadas figuras políticas nacionais, de antifascistas de vários quadrantes sobre a leve pena, a pena irrisória com que o 1.º Tribunal Militar sentenciou a três anos e meio de prisão o «pide» António Domingues que assassinou, pela noite, emboscado, com dois tiros, sendo um à queima-roupa, o escultor militante comunista José Dias Coelho.

O movimento de repúdio à sentença ganha dimensões nacionais. Disso se fazendo eco, afirma uma nota do PCP: «A decisão do 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa está a provocar uma grande e justa indignação num largo quadro de forças políticas, unindo num protesto comum todos os que querem verdadeiramente defender a democracia». E alerta: «Outros seriam os intentos das forças reaccionárias que, ao instigarem e apoiarem todos os factores de inquietação, procurem desacreditar o regime democrático, minar a confiança do nosso povo e desanimar o seu espírito combativo e a sua disposição para a luta».

Em última consequência, «a condenação do agente da PIDE assassino do militante comunista José Dias Coelho à pena simbólica de três anos e meio de prisão (...) constitui uma ofensa aos sentimentos democráticos do Povo Português, ao conteúdo da Constituição da República e ao espírito da Revolução de Abril».

Também os delegados sindicais dos trabalhadores de Escritório da Margueira e Rocha (Lisnave), apelando para a unidade «contra este grave desafio aos portugueses» manifestam a sua indignação «pelas decisões recentes dos tribunais quanto aos julgamentos dos «pides», que já se encontram em gozo de liberdade, que certamente irão aplicar contra a liberdade do Povo, particularmente o julgamento do assassino do antifascista Dias Coelho, morto em circunstâncias que todo o Povo conhece e cujo autor do crime mereceu como castigo a condenação de três anos e nove meses de prisão».

A FSP considera que pena tão leve para um «pide» assassino significa «uma absolvição virtual do passado criminoso dessa organização sinistra que foi a PIDE».

«O arremedo de justiça a que se assiste não tem sequer, a grandeza da generosidade. Tem apenas, a dimensão mesquinha da cobardia». Palavras de Lopes Cardoso no seu depoimento.

A indignação prossegue e, para além do reconhecimento da excessiva benevolência em relação aos crimes da Pide, uma certeza se levanta: urge acelerar a promulgação e a entrada em vigor da lei, aprovada na Assembleia da República, que agrava o regime de incriminação dos «pides».

VITOR CRESPO

«Tenho a impressão de que tem havido uma excessiva benevolência nos julgamentos dos «pides», tanto pelos crimes concretos que cometeram como pela organização de que faziam parte. O caso do Dias Coelho é um exemplo do que afirmo, já que se trata dum crime verdadeiramente nefando.»

MÁRIO RUIVO

«Acabo de tomar conhecimento, com preocupação e não digo surpresa por se situar numa tendência que se agrava dia a dia, sem resposta adequada, que o «pide» António Domingues, assassino de José Dias Coelho, militante antifascista e amigo querido, foi condenado a uma pena, com benefício de atenuantes, que lhe permitirá, dentro de 10 meses, voltar à liberdade. Ironia da palavra «liberdade» para quem contribuiu para reprimir como membro do instrumento repressivo que assegurou meio século de privação das liberdades, de ditadura e de terror ao povo português. Embora o julgamento do regime fascista se tenha traduzido na profunda adesão do povo português aos princípios hoje consignados na Constituição e de apoio às novas instituições democráticas resultantes do 25 de Abril, estas não têm sido capazes, em parte pela ausência de um diálogo construtivo entre as forças antifascistas que combateram unidas para derrubar o salazarismo-caetanismo, de uma acção coerente para consolidar as novas liberdades e as conquistas da Revolução. O que se está a passar com o julgamento dos «pides» pelo uso de um formalismo legal e de uma aberração suicida do Estado de Direito, pode servir para justificar a libertação de assassinos e contribuir, assim, para assassinar, se não forem tomadas as medidas adequadas à própria democracia em Portugal. É vital, através do movimento e esclarecimento da opinião pública promover acções de mobilização, das forças democráticas, tanto militares como civis, e em todos os sectores que têm a maioria na Assembleia da República, para que, de uma vez para sempre, se ponha a justiça ao serviço da República e se ponha cobro à conspiração disfarçada e, até, declarada, que está em curso.»

LOPES CARDOSO

«O que se tem passado com o julgamento dos ex-agentes da PIDE/DGS atinge os limites da farsa.

Se se entender que a generosidade da Revolução deve ir até ao esquecimento dos crimes cometidos pelos que foram os agentes directos da repressão fascista, tenha-se a coragem dessa generosidade. Amnistiem-se os ex-agentes, não se continue a insultar a memória dos que foram as suas vítimas.

O arremedo de justiça a que se assiste não tem, sequer, a grandeza da generosidade. Tem, apenas, a dimensão mesquinha da cobardia.»

CARLOS BRITO

«A sentença, na mesma linha de outras proferidas sobre os pides, é um verdadeiro escândalo e uma grave ofensa arremessada à consciência de todos os antifascistas.

O assassino de José Dias Coelho, a não ser reparada pelo Supremo Tribunal Militar esta injusta decisão, ficaria praticamente impune. Temos esperanças que isto não acontecerá.

Temos esperança que como resposta a todas as tibiezas e a todas as cumplicidades para com os «pides», se erguerá um poderoso movimento dos democratas, dos antifascistas das diferentes correntes ideológicas, exigindo drásticas medidas para que os «pides» sejam punidos com a justiça e a severidade próprias de uma democracia que derrubou um regime fascista de quase meio século.

A lei aprovada pela Assembleia da República na sessão de 30 de Dezembro, que agrava o regime da incriminação dos «pides», foi um passo positivo mas torna-se, de toda a evidência, necessário e urgente acelerar a promulgação e a entrada em vigor dessa lei.»

RUY LUÍS GOMES

«Considero esta sentença em si um escândalo que não pode deixar de motivar o protesto mais veemente de todos os antifascistas que foram submetidos às atrocidades da PIDE.

«Penso que é também escandaloso que a PIDE/DGS não esteja a ser julgada enquanto organização, bem como julgo escandalosas as sentenças já proferidas pelos tribunais, que ou libertam os «pides» ou dão penas levíssimas para os crimes que cometeram.»

U.R.A.P. pede suspensão de julgamentos dos ex-"pides"

. A União de Resistentes Antifascistas Portugueses — U. R. A. P. endereçou ao Presidente da República o seguinte telegrama:

. «União de Resistentes Antifascistas Portugueses indignada com modo como estão a decorrer os julgamentos dos indivíduos que pertenceram à ex-P. I. D. E./D. G. S. solicitam V.ª Ex.ª qualidade Presidente da República promulgação imediata diploma da Assembleia da República alteração Dec. Lei 349/76 e na qualidade presidente Conselho Revolução suspensão imediata julgamento Tribunais Militares até publicação mesmo diploma».

. Assinam: Alcina Bastos, João Faria Borda, Ramón de la Féria e Luíza Irene Dias Amado.

O irmão de Dias Coelho (de frente) ouve os primeiros comentários à saída de Santa Clara

Já não é só apreensão

MÁRIO DIONISIO

. Apreensão? Não é já apreensão o que se sente. Nem mesmo espanto. Mas amarga revolta, desilusão definitiva, indignação.

O que está a passar-se com essa subumanidade odiosa de que os dirigentes do regime anterior, em nome da «liberdade do indivíduo» e da «civilização ocidental», despudorada e rancorosamente se serviram para privarem um povo inteiro, durante quarenta e oito anos, de toda a liberdade e do estatuto de qualquer civilização, chegou agora, na democracia de que tanto falamos e, ainda por cima, a caminho do socialismo, àquele ponto que excede as previsões mais pessimistas sobre a vontade fazer-se justiça e de assumir-se o mínimo de uma atitude antifascista, que é o respeito pela dignidade humana. Nenhuma pessoa bem formada, conservadora que seja, ficará indiferente perante o arrojo e o desprezo impune de passar-se a esponja sobre aquilo que vitimou até ao fundo gerações e gerações de portugueses e, portanto, muito concretamente e bem prioritariamente, sobre os actos dos que, organizada e metodicamente, com requintes dificilmente classificáveis, perseguiram, torturaram, levaram ao aniquilamento moral e, não raro, até à morte, aqueles que abnegadamente tudo sacrificaram à luta sem tréguas contra a política do ódio, do obscurantismo e da miséria à corrupção de uma pátria.

Mas é preciso saber-se o que significa *abnegação*, o que significa *sacrifício* (de tudo), o que significa *luta* (sem tréguas). E, também, **uma *pátria***

. O reino da infâmia foi longo de mais, é bem verdade. O tempo, sobretudo com a ajuda de um meticuloso aparelho de repressão permanentemente actuante, de rua em rua, de emprego em emprego, de andar em andar, ajuda a esquecer muita coisa ou facilita que habilmente se promova a esse esquecimento. Alguns dos que só bastante tarde descobriram que o tristemente célebre Estado novo tinha de acabar não conheceram decerto a sua realidade mais sangrenta ou não acharam porventura necessário informar-se exaustivamente dessa mesma realidade subjacente à famosa «ordem nas ruas», que existia muito antes de terem nascido ou de terem tomado enfim consciência dela. Ou não dispõem da imaginação bastante para poderem compreender por dentro aquilo que não sentiram na carne própria ou na de amigos próximos. E assim se explica, por exemplo, talvez o facto notavelmente surpreendente de tanto se falar há algum tempo já de reconciliação de «todos» os portugueses, quando feridas, que não são simples arranhões e não são só feridas, são chagas, continuam abertas e nada se faz para sará-las, se alimente o sonho pelo menos infantil de fazer sentar à mesma mesa o que denunciou e o que foi denunciado, se resolva que os «pides» só por o terem sido não merecem qualquer tratamento especial e que, mesmo quando faziam perder o pão a tanta gente honesta, mesquinhamente a espiavam, lhe invadiam a casa a qualquer hora da noite, a encerravam, mesmo sem culpa formada, em masmorras de que nem sempre voltavam ou mesmo quando desfechavam tiros à queima-roupa num preso bem seguro não era no fundo para lhes causar nenhum mal maior.

O que prova que, para a filosofia política e a «clarificação» das situações fazem alguma falta certas coisas comezinhas, como ter esperado um amigo que nunca mais se viu e só muito tempo depois se soube ter-se «suicidado» em qualquer Aljube, ter sido pisado pelos cavalos da GNR numa manifestação de rua ou ficar com a cabeça aberta pelo simples facto de acompanhar ao aeroporto o Mário Soares quando este foi subitamente deportado para S. Tomé...

A ignorância tem destas ingenuidades. Mas não só a ignorância. E não há táctica política nenhuma, por mais estimáveis e sinceros que sejam os seus objectivos finais, que possa consentir ou fechar os olhos ou lavrar de passagem um desacordo formal perante acontecimentos que põem em causa as linhas mestras da própria Revolução sem que perigosamente se identifique com aquilo mesmo que mais declara combater.

Conheci Dias Coelho há muitos anos. Com ele trabalhei. Era um dos mais jovens componentes de um vasto grupo de artistas que, lutando com as maiores dificuldades, conseguia realizar exposições de artes plásticas para um público imenso que a «política do espírito» do Estado novo mantinha afastado da cultura e cuja acção era aliás tão incómoda para o poder constituído que um ministro em pessoa não resistiu a assaltar uma delas com um bando de «pides», companheiros amistosos de certos ministros de então, para apreender muitos dos quadros expostos.

Era um jovem saudável, muito activo, de olhos leais e simpatia contagiante, com quem se contava para tudo. Um verdadeiro amigo. Um belo dia desapareceu das nossas exposições e nunca mais o vi, embora muitas vezes tivesse notícias indirectas da sua actividade «criminosa».

Qual foi o seu crime? Sacrificar tudo da sua vida pessoal particular, a sua carreira de escultor que se anunciava auspiciosa, o triunfo relativamente fácil a que muitos reduzem o seu ideal de vida para, nos árduos trilhos da clandestinidade, lutar por todos nós. Não interessa a linha por que optou) ou haverá a quem isso afinal tenha interessado?). Interessa, sim, saber que tudo deu por todos nós, pelo povo espezinhado e desprezado, pela cultura amordaçada e pela arte que cultivava, pelo destino do seu país. E que tão ardente e exemplarmente o fez que a matilha ao serviço da «liberdade do indivíduo» e da «civilização cristã» o farejava de perto e tanto o odiava que, quando conseguiu deitar-lhe a mão às 8 horas da noite de 19 de Dezembro de 1961, nem se deu ao trabalho de levá-lo para as longas torturas habituais e o matou logo ali, em plena rua, como nem se faz a um cão. Porque quando chegou ao hospital estava praticamente morto com 38 anos de idade.

Quinze anos passados, quando a liberdade voltou a este país, o fascismo acabou e o povo espera, todos nós esperamos, desde o 25 de Abril e a grande jornada do 1.º de Maio de 74, que o reinado do puro arbítrio seja substituído definitivamente pelo reinado da justiça, sem a qual não há nem haverá transformação possível de uma sociedade corrompida por meio século de infâmia, quando se espera que os grandes mártires da liberdade autêntica sejam apontados como exemplo redentor e os «construtores de ruínas» recebam o castigo que indiscutivelmente merecem, que acontece ao homem que matou Dias Coelho nas mais selváticas circunstâncias, que o alvejou e, nele, a um país inteiro que desesperadamente ansiava pela sua libertação? Esse homem, se assim se pode chamar, o objecto, como dolorosamente sabemos, de um condenação amável, beneficia de honrosas atenuantes ser pessoa bem comportada, ter pertencido à PIDE, irá passar mais dez meses na cadeia, em regime decerto assaz diferente do que ele infringia à gente honesta que perseguia e torturava nos seus tempos de glória.

Há as leis, é verdade, as muito sábias interpretações jurídicas com mais ou menos fraseologia latina, a razão dos tribunais. Mas não é disso que se trata. Toda a gente sabe perfeitamente que não é disso que se trata.

E aguarda-se o que se seguirá. De qualquer modo, não conheço, nos últimos tempos, maior ofensa (ultrage? provocação?) a todos os que tudo deram para que a sua terra conhecesse (mas na prática) a liberdade, a dignidade e a justiça.

A perto de três anos do 25 de Abril, já não é só apreensão que casos escandalosos como este suscitam. É mais grave do que isso. Mas receio que indignação ainda diga pouco.

PUB

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

ASSEMBLEIA GERAL

SESSÃO ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 3, alínea a) do art. 22.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral — **em 2.ª Sessão Ordinária — para o dia 12 de Janeiro de 1977, às 20,30 horas,** no Pavilhão dos Desportos em Lisboa.

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Apreciação e votação do Estatuto e Regulamento do S. A. M. S. — Serviços de Assistência Médico-Social e respectivo orçamento para o ano de 1977.

2 — Apreciação e votação do orçamento para o ano de 1977.

Lxa, 28/12/76.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
a) Alberto Martinho Gonçalves

NOTA — Para ingresso na sala da Assembleia Geral é obrigatório a apresentação do cartão de sócio efectivo do Sindicato ou desde que exiba outro documento identificativo, credencial passada pelo Sindicato. Não serão atendidos casos de abonação por outros sócios.
— Todos os sócios devem preencher e assinar a folha de presenças à entrada.

PUB

E P A L

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DA VEDAÇÃO DO RECINTO DA ESTAÇÃO DE SOBREELEVAÇÃO DA VERDELHA

Faz-se público que, no dia 8 de Fevereiro de 1977 pelas 15 horas, na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

Para ser admitido a concurso é necessário prestar a caução provisória de Escudos 10 000$00 (dez mil escudos), nos termos do Programa de Concurso.

Os concorrentes deverão ser titulares de alvará de empreiteiro de Obras Públicas da I sub-categoria, I categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo, na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, 24, até às 17 horas do dia 7 de Fevereiro de 1977.

O Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e o Projecto estão patentes todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa Pública das Águas de Lisboa, onde poderão ser examinados e obtidas cópias daquelas peças.

Lisboa, 3 de Janeiro de 1977

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA
O Presidente da Comissão de Fiscalização
João Bau

PUB

UNIÃO DOS SINDICATOS DE SANTARÉM

PLENÁRIO DISTRITAL DE DIRIGENTES, DELEGADOS SINDICAIS E COMISSÕES DE TRABALHADORES

SÁBADO — 8 JANEIRO — 15 HORAS
CASA DO CAMPINO — SANTARÉM

Estarão presentes os Grupos Parlamentares do Partido Comunista Português e do Partido Socialista assim como a Comissão eleita no Encontro Nacional de 6 Nov. 76.

Os temas a discutir são os seguintes:
— Encontro sobre Legislação do Trabalho
— Redução da Laboração nas Empresas
— Controlo Operário

CONVOCAM:
Sindicato dos Metalúrgicos, Op. Agrícolas, Rodoviários, Comércio e Serviços, Papel e Celulose, Madeiras, T. I. Alimentar, Curtumes, C. Civil e Panificação.
Delegações: Têxteis, I. Hoteleira, Electricistas, Gráficos e Serviço Doméstico.

União Sindical de Torres Novas.

Nacional

Arroz mantém preços de venda ao público

Os preços máximos de margens de comercialização do arroz branqueado foram estabelecidos pela Secretaria de Estado do Comércio Interno completando-se assim o despacho conjunto que define os preços do arroz a pagar à produção revogando-se a portaria n.º 655/75, de 8 de Novembro.

Assim, os preços máximos de venda pela indústria sobre meio de transporte, à porta da fábrica, para vendas no continente e sobre cais de desembarque nas regiões autónomas de arroz branqueado são as seguintes: Tipo comercial — preço de venda por quilograma: embalado-Carolino (limite de trincas, seis por cento), 12$00; Gigante de primeira (limite de trincas, 12 por cento), 10$80; Gigante de segunda (limite de trincas, 22 por cento); 10$20 e a granel, 9$50; Mercantil (limite de trincas, 22 por cento), 8$50 a granel; corrente (limite de trincas, 50 por cento), 6$00, a granel.

Mantêm-se os preços máximos de venda ao público: Carolino, 12$00; Gigante de primeira, 10$80; Gigante de segunda, 10$20 (embalado) e 9$50 (a granel); Mercantil 8$50, e corrente, 6$00. Os preços máximos referidos do arroz dos tipos Carolino e Gigante podem ser acrescidos de vinte centavos por quilograma, quando glaceados.

Quanto às margens de comercialização dos retalhistas, na venda dos diferentes tipos de arroz, não poderão ser inferiores aos seguintes valores: Carolino, 1$60, Gigante de primeira, 1$40; Gigante de segunda 1$30 (embalado) e a granel 1$30; Mercantil, 1$00 e corrente, $70.

O arroz branqueado vendido a granel pelos industriais descascadores será embalado em sacos de 75 quilos ou de 50 quilos, nos quais deverão constar a identificação do fabricante, o tipo comercial do arroz e a fabricação. Não é permitida a venda a granel do arroz dos tipos Carolino e Gigante.

O mesmo diploma estabelece que nas embalagens deverá constar, obrigatoriamente, a indicação do tipo comercial, do peso líquido, do preço de venda ao público, da entidade responsável e, quando da designação de «estrangeiro».

Qualquer comprador legalmente habilitado para o exercício do comércio de produtos alimentares pode abastecer-se directamente nos industriais descascadores, ficando estes obrigados a satisfazer encomendas para entregas iguais ou superiores a mil quilos. Este limite não se aplica às cooperativas, cantinas e outras organizações que prossigam fins de promoção económico-social dos seus associados e de assistência, que poderão adquirir qualquer quantidade.

Chove no mercado de Ílhavo

ÍLHAVO, 7 A população desta vila continua a queixar-se — até agora sem qualquer resultado — pelo facto da área em que se encontra o mercado se transformar num vasto lamaçal, durante o Inverno, sem que as autoridades procedam às obras que se impõem. Como se isso não bastasse, a chuva invadiu, agora, o próprio edifício do mercado que é um dos mais frequentados da região. Do alto das montanhas de cimento que fazem parte integrante do monumental mercado da vila, que custou milhares de contos, escorrem rios de água que obrigam vendedeiras e freguesas a recorrer aos chapéus-de-chuva para não ficarem encharcadas.

A situação merece reparos a quantos aqui vivem, tanto mais que, apesar ser evidente, nada se fez para evitar os inconvenientes apontados, limitando-se as autoridades a afirmar que a responsabilidade é da firma construtora.

Desempregados duplicaram em dois anos

De acordo com informações da Direcção dos Serviços de Emprego, há presentemente 397 mil desempregados em Portugal, o que corresponde sensivelmente ao dobro dos que havia em Novembro de 1974. Este número inclui 55 mil refugiados das antigas colónias. Segundo as informações da direcção-geral, ms desempregados pertencem aos sectores da construção civil, indústria têxtil, vestuário e electrónica.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (Ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58 668, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Avanca, concelho de Estarreja, de uma linha aérea a 15 kV, com 357 metros, do apoio n.º 17 da linha Avanca-Ovar ao posto de transformação de Avanca-Rua Nova pertencente à Câmara Municipal de Estarreja.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58 672, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Alfena, concelho de Valongo, de uma linha aérea a 15 kV, com 19 metros, do apoio n.º 2 da linha para o posto de transformação de Alfena-Aldeia Nova ao posto de transformação de Alfena-Punhete da Câmara Municipal de Valongo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Alcácer do Sal em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-U. E. P.), a que se refere o processo 8/58 869, arquivo 45, para o estabelecimento na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal, de uma linha aérea a 30 kV, com 2298 metros, do apoio n.º 180 da linha LI 30-22 Alcácer-Vale do Gaio para o posto de transformação da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, no lugar de S. Romão do Sado [RA 30-22-7 Câmara Municipal Alcácer (S. Romão do Sado]).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de licenciamento, em 18 de Dezembro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

I.S.C.S.P. promete processo ao M.E.I.C.

Docentes, estudantes e funcionários do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas encerrado na noite de 28 do passado mês de Dezembro — vão processar o M. E. I. C. pelo encerramento da escola, decidiram ontem em assembleia realizada nas instalações do Instituto Superior de Economia. Por unanimidade, foram repudiados a «nota oficiosa» e o encerramento, com intervenção policial, do I. S. C. S. P. e exigida a «reabertura imediata da Escola e das instalações da Associação de Estudantes, Cantina e Secretaria». Foi ainda decidido pela assembleia desenvolver todos os esforços para manter a escola em actividade, ainda que essa actividade se venha a manter em instalações cedidas por outras escolas.

Também a propósito do encerramento do I.S.C.S.P. o Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, em circular datada de cinco de Janeiro afirma que «está pronto a assumir as suas responsabilidades para encontrar em conjunto com os outros sindicatos de professores do país, Associações de Estudantes, Conselhos Directivos e Sindicatos da Função Pública as forças de mobilização nacional capazes de anular esta medida do M. E. I. C. que constitui uma ameaça intolerável para todas as escolas e um ataque aos mais elementares direitos dos estudantes, professores e funcionários».

ECONOMIA DO PORTO:

PORTO, 7 — Em encontro com o reitor interino da Universidade do Porto, a Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia foi informada de que «a Escola reabrirá brevemente com uma Comissão de Reestruturação já homologada pelo M. E. I. C.». Na oportunidade os dirigentes da AEFEP manifestaram a inquietação dos milhares de estudantes quanto à situação daquela Faculdade que continua encerrada e guardada por forças da P. S. P.

A Direcção da Associação foi também informada de que a Faculdade de Economia não está inserida no âmbito das escolas que o M. E. I. C. considera em «degradação pedagógica». Entretanto, as células da U. E. C. e dos professores do P. C. P. da F. E. P. emitiram um comunicado em que salientam: «Torna-se cada vez mais claro, contrariamente a declarações oficiosas e ao vergonhoso inquérito realizado que o aludido impedimento de funcionamento do Conselho Directivo Provisório constituiu um mero pretexto para o encerramento da Escola pelo M. E. I. C. Só assim se compreende que a Escola se mantenha fechada depois das respostas favoráveis e das garantias dadas pelas suas estruturas representativas ao funcionamento da C. D. P.»

ESCOLA BENTO CARAÇA

ÉVORA, 7 — A Escola Bento de Jesus Caraça vai promover uma série de encontros para análise científica e técnica de importantes problemas de economia da actualidade portuguesa.

Assim, amanhã, a partir das 15 horas na sala do edifício do Palácio de D. Manuel, vai ser discutida a escalada dos preços. A entrada é livre. São convidados os professores Armando de Castro, o economista Carlos Carvalhas, membro da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças, e o dr. Vasco Cal ligado a questões sindicalistas. O debate terá como moderador um professor da Bento de Jesus Caraça.

Na segunda quinzena de Janeiro, com dia e hora ainda a marcar, será feita uma análise da situação agrária actual. Estará presente o ex-ministro da Agricultura, Lopes Cardoso.

Cerca de 112 mil desalojados ainda estão no desemprego

Corresponde a 144 997 agregados familiares o total de 429 716 desalojados das ex-colónias que vieram para Portugal entre Setembro de 1974 e Novembro de 1976.

O recenseamento, efectuado no princípio do mês de Dezembro, desenvolveu-se entre os desalojados instalados a expensas do Estado (hotéis, pensões, similares e centros de alojamento) e entre os restantes.

«Se houver um erro de diferença», acentuou o tenente-coronel Gonçalves Ribeiro alto-comissário dos desalojados à ANOP — «deve situar-se entre os 10 e os 15 por cento apenas.»

O número de desalojados activos, já exercendo profissão, ascendia na altura do recenseamento a 31 672. Em contrapartida, encontram-se desempregados 111 635 desalojados activos, dos quais apenas 24 902 instalados por conta do Estado.

Do total de 429 716 desalojados que naquele período vieram para Portugal, apenas 71 044 beneficiavam de alojamento por conta do Estado: 498 em hotéis de 5 estrelas; 3555 em hotéis de 4 estrelas; 8023 em hotéis de três estrelas; 47 712 em pensões e similares e 10 223 em centros colectivos. Os restantes 358 672 beneficiavam dos tradicionais esquemas de apoio concedidos pelo I. A. R. N.

Entretanto, e ainda segundo informação do tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, estão previstos para o ano de 1977 dois programas de construção de habitação para os desalojados: um, conduzido pelo Alto-Comissariado e outro no âmbito do Fundo de Fomento da Habitação.

O número de habitações que se espera construir, todas em materiais prefabricados e desde casas unifamiliares a prédios de três pisos, é de 11 700, das quais 6950 para desalojados e 4750 para a população residente.

Nesta altura, estão já atribuídos, a nível nacional, 8119 fogos, à excepção dos distritos de Viseu e da Guarda. Deste total, 5507 encontram-se já em fase de arranque e montagem.

O primeiro concurso para atribuição de casas às famílias terá lugar no final do primeiro trimestre de 1977.

Firma suíça pretende reprivatização da Torralta

Encontra-se em Lisboa o suíço Nelson Cammilleri que, conjuntamente com um advogado, veio, em nome da firma suíça Nuvest, tratar com a Torralta e com o Governo Português vários aspectos ligados aos investimentos dectores da Nuvest naquela empresa cujo montante é de várias centenas de milhar de contos.

Sabe-se, por outro lado, que a Nuvest se encontra igualmente interessada em negociar com o Governo a desintervenção na Torralta, garantindo o financiamento do relance da empresa, através de investimentos que podem chegar aos nove milhões de contos.

Cotesi

Decreto das quotizações não fez terminar a greve

Continua paralisada a empresa de têxteis sintéticos, «COTESI», de Grijó, Vila Nova de Gaia, por causa da lei das quotizações sindicais. Com efeito, o conflito arrasta-se desde a passada segunda-feira, continuando os trabalhadores dispostos a não abdicarem da cláusula contratual que obriga a entidade patronal a proceder aos descontos para os sindicatos.

Face à posição tomada ontem no Conselho de Ministros quanto ao problema, a entidade patronal da «COTESI» chamou esta manhã os membros da comissão sindical no sentido de saber se os trabalhadores mantinham a sua posição. A resposta, conforme nos disse um membro da comissão sindical, foi de que a luta continuava, até porque a operação de tais descontos não acarretava qualquer encargo para a firma. Entretanto, a comissão sindical convocou todos os trabalhadores presentes para um plenário e a resposta foi a mesma: não abdicar daquele direito.

Saliente-se que a paralisação da «COTESI» acarreta milhares de contos de prejuízos diários, pois trata-se de uma grande empresa do sector textil que labora sobretudo para a exportação.

Conforme nos sublinhou um membro da comissão sindical, os trabalhadores estão dispostos a retomarem prontamente o trabalho, logo que lhes seja garantido que serão efectuados os descontos para os sindicatos.

Panasqueira reduz produção

PANASQUEIRA, 7 — A redução progressiva da produção das minas da Panasqueira, aumenta hoje de 50 para 60 por cento, de acordo com a decisão tomada no decorrer de um plenário que teve lugar ontem à tarde. Conforme noticiámos, os trabalhadores das minas resolveram iniciar a redução e aumentá-la progressivamente até que a administração da empresa resolva encetar negociações sobre as suas reivindicações salariais.

Planta e guia de Lisboa

Vai ser posto à venda um novo mapa da cidade de Lisboa, actualizado, e acompanhado de um guia contendo os nomes das ruas e sua localização na planta. É um trabalho de «Edições Poseidon», com sede em Albufeira, graficamente cuidado e de grande utilidade.

vende-se

Furgon HANOMAG Diesel

bom estado 1970 contacte pelo tel.

654531/2/3

Coluna da Direita

Os ataques mais ou menos subtis contra a Democracia; as provocações mais ou menos claras ao 25 de Abril; a propaganda encapotada ou mesmo descarada do fascismo e a defesa directa ou indirecta do regresso aos «velhos tempos», proliferam em certa Imprensa reaccionária.

O conhecimento de certos exemplos significativos parece-nos da maior utilidade para os nossos leitores.

AS VELHAS RECEITAS

«Mário Soares continua a atropelar a gramática e a planar por esse mundo o seu analfabetismo e a sua inconsciência. Salve-se, porém, o país.

Daqui a três meses estamos sem reservas de oiro e de divisas. Não poderemos comprar lá fora nem uma côdea de pão. O sr. Mário Soares já se baixou aqui há dias ao ridículo de ir para o Tavares (!) pedir dinheiro emprestado ao Embaixador Carlucci de forma a que os circunstantes o ouvissem. Para ser Primeiro-Ministro baixar-se-á até aos extremos de resignar secretamente dos seus poderes constitucionais perante o Presidente da República. Toda a gente, para salvar o país, se compromete a aceitar-lhe as conversas em família na TV e a pagar-lhe as viagens ao estrangeiro. Precisamos é de salvar o país. Já! Precisamos de fazer uma última experiência: a de um governo minoritário que governe fortemente, controlado pelo Presidente da República.»

«A Rua 0-12-76

Ora aí está o que a extrema direita quer um governo minoritário que «governe fortemente», isto é um governo fascista que oprima de novo o povo português. Era bom... mas acabou se

DOUTORES E PADRES

«Um professor universitário, corrido de Portugal e acarinhado de braços abertos numa universidade estrangeira, como tantos, dá um testemunho lapidar. Não se trata de professor de aviário, como certos capitães-generais de Abril.

É mesmo doutor com todas as letras e conhecedor da metrópole e do ultramar. Eis o seu testemunho:

«A Revolução Soviética também derrubou a antiga ordem. Mas não derrubou um monumento. Não sujou um palácio. Não enjeitou qualquer dos actos de expansão moscovita.

Não libertou qualquer dos seus povos e territórios coloniais, que ainda conserva. (*E muitos mais anexou-acrescentamos*).

Aceitou a tradição nacional do domínio eslavo euro-asiático. E tratou de a afeiçoar ao novo esquema ideológico, em mira ao domínio universal».

É destes problemas básicos, que são factos da História Contemporânea, que partimos para o confronto com muitos outros tristes factos dos dois últimos anos de esperançosa e atraiçoada Revolução de Abril de 74.

Nós temo-los bem presentes, sabendo que a imensa maioria do Povo Português aponta como sua causa próxima e imediata a ideologia comunista, sem Deus e sem Pátria.

Continua o mesmo professor universitário:

«Em Portugal assistimos à confusão da Pátria com o regime derrubado; à negação da validade ecuménica da expansão, à destruição da imagem nacional dos sábios, poetas, heróis e santos: à humilhação dos símbolos de um passado secular.

Nenhum povo merece isto. Nenhum povo pode ser humilhado e ofendido, não por inimigos externos, mas por nacionais.

O povo português não tem de que arrepender-se. Pelo contrário, tem fundamentos indestrutíveis para se gloriar da contribuição que deu, para que o género humano possa ter hoje um sentimento planetário de interdependência e socialização.

Mal servido foi muitas vezes: mas, na relatividade de cada época, nenhum o excedeu em moderação». E basta.

Por hoje e para terminar: sentimos, louvamos e apoiamos, com ansiedade e esperança, a actuação clara e decidida de um jovem ministro, que procura pôr fim ao infame assalto ideológico às escolas. Quer apenas restituir-lhes um mínimo de respeito pela Pátria e sua História, iluminada e enobrecida pelo *Sol Português*.

Padre J. Afonso de Paiva
Em «Defesa da Beira 12/11/76

Eis como, do mesmo púlpito, um padre evoca Caetano para elogiar Cardia ?

Trabalho

"CASO SMIDA"

De como os patrões se aproveitam de certas leis

O que se está a passar na SMIDA é mais uma prova de como a legislação antioperária saída ultimamente dos gabinetes do Governo incentiva a recuperação capitalista e convida ao despotismo patronal, a pretexto da crise económica de empresas que, em muitos casos, depois de abandonadas pelos seus donos, só sobreviveram graças à capacidade e ao esforço dos trabalhadores.

A SMIDA — Manufactura de Madeiras, S. A. R. L. com instalações fabris e escritórios em Quintãs, concelho de Ilhavo, pertence a um grupo de empresas encabeçado pelo Banco Pinto de Magalhães. Atéao 25 de Abril, foi dirigida por administradores do grupo. Após o 25 de Abril, os administradores pediram a demissão e foram substituídos inicialmente por uma comissão formada por dois trabalhadores e um técnico de gestão nomeado pelo Banco, na altura já nacionalizado. Em Maio de 1976, o grupo empresarial nomeia uma nova comissão administrativa, dela arredando os trabalhadores.

Em 29 de Janeiro passado, os trabalhadores são surpreendidos pela distribuição de um extenso comunicado, no qual a administração marca para o dia 31 **(apenas dois dias depois)** um plenário em que os trabalhadores se teriam de pronunciar se aceitavam ou não o seu projecto de reestruturação do funcionamento da empresa. Este projecto inclui, nomeadamente, o regresso do engenheiro Belmiro de Azevedo para a presidência do Conselho de Administração. (Belmiro de Azevedo demitiu-se após o 25 de Abril e ausentou-se para o Brasil na companhia do capitalista Pinto de Magalhães, tendo porém regressado há cerca de dois meses.)

Nos dias anteriores ao plenário, larga campanha foi desencadeada por alguns dos actuais administradores junto dos trabalhadores, que foram sujeitos a pressões e ameaças várias. O projecto da administração viria assim a ser aprovado por maioria: 152 votos a favor, 22 contra e 22 abstenções.

«TRATAMENTO DE CHOQUE»

O projecto é em si uma espada suspensa sobre os trabalhadores. Basta referir que nele se defende, dado que «a situação financeira é gravíssima e necessita de um tratamento de choque (...) uma administração forte e com amplos poderes em todos os campos».

Esse «tratamento de choque» passa, conforme já foi dito, pela nomeação de «uma administração chefiada pelo engenheiro Belmiro de Azevedo, coadjuvado por um administrador residente». Logo a seguir (e para que não restem dúvidas...) propõe-se «que sejam aceites sem margem para dúvidas as condições com que o novo elenco se propõe administrar».

Entre estas condições, vale a pena atentar naquelas que se referem à constituição e atribuições da comissão de trabalhadores. Pondo-se logo a coberto da legislação sobre a matéria (já amplamente denunciada como anticonstitucional pelo movimento sindical), determina a administração que ela deverá ter um máximo de 5 elementos, e, mais ainda, que «não interferirá de qualquer modo na administração da empresa, durante o exercício de 1977, tendo todavia o direito de ser mensalmente informada da vida da mesma».

Confiante ainda no sentido antioperário, não só de leis recentes mas também de leis em elaboração, no capítulo referente à Comissão de Trabalhadores mais «determina» a administração da SMIDA o seguinte: «Dado que os estatutos actuais ultrapassam largamente aquilo que se prevê venha a ser definido na lei de controlo de gestão, deverão ser imediatamente suspensos, mantendo-se tal suspensão durante o exercício de 1977».

Esta insistência no ano de 1977, explica-se pela invocada «situação alarmante» da empresa, argumento encontrado para o já referido «tratamento de choque». Com efeito, e para o prazo mínimo de um ano é proposto aos trabalhadores um «contrato social», pelo qual, na prática, são retirados aos trabalhadores quaisquer direitos. Assim, proceder-se-á em breve às admissões, reclassificações, readaptações e mudanças de posto de trabalho que a administração julgar convenientes e «determina-se» que as ordens dos chefes terão de ser cumpridas integralmente. Aos trabalhadores resta, neste campo, apenas a possibilidade de, por escrito, reclamarem contra tratamentos que considerem «lesivos da sua honra, ou da sua competência profissional».

Neste estranho «contrato social», finalmente, de ameaça em ameaça (para esta administração será boicote, e portanto sujeito a sanção, tudo o que escapar à sua «disciplina»), avisa-se: «será igualmente considerado boicote à tentativa de recuperação da empresa qualquer tipo de manipulação feita por indivíduos ou grupos com objectivos de provocar a luta pela luta. O sentido deste aviso não engana ninguém, escusa comentários.

Entretanto, os trabalhadores, integrados nas suas organizações sindicais, é que não se mostram dispostos, por sua vez a deixar-se enganar, nem sequer pelos resultados de um plenário feito à pressão e que levou muitos dos seus camaradas, naturalmente receosos do futuro seu e dos seus, a ceder ao conteúdo ameaçador do projecto da administração. Em busca de condições para um cabal esclarecimento do que se passava, a comissão de Trabalhadores tentou ainda que o plenário, marcado tão celeremente, fosse adiado. Claro, que a administração não consentiu: o esclarecimento não lhe interessava — considera a CT, que, entretanto, já convocou uma reunião com a maioria dos sindicatos representados na SMIDA, com vista a uma análise da situação e à definição de medidas a tomar no futuro.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: Avenida da República, 29-27 — Telef. 57 40 73 — LISBOA

—x—

COMUNICADO

Recebeu o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em 23/12/76, um requerimento assinado por 1175 sócios que, devidamente identificados, evocando a alínea c) do Artigo 34.º dos Estatutos, pedia a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Geral para «por voto secreto e directo todos os trabalhadores manifestem a sua posição sobre a participação ou não do nosso Sindicato no 2.º Congresso da Intersindical»

Não podia o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deixar de informar convenientemente, de forma pública, o essencial da resposta que, por objecção dos Estatutos, se viu obrigado a apresentar aos requerentes. Dela se transcreve o fundamento do indeferimento:

«Como também já tivemos oportunidade de formalizar aos 640 signatários de um anterior requerimento, vê-se a Mesa da Assembleia Geral forçada a indeferir o presente requerimento pois que em data anterior, dia 6 de Dezembro de 1976, tinha já a Direcção solicitado ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do Artº 34.º dos Estatutos, para fins constantes na alínea j) do Art.º 32.º, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberação da matéria em causa. Aceite o requerimento, foi convocada, como é do vosso conhecimento, uma Assembleia Geral Extraordinária de acordo com o preceituado na alínea 3) do Art.º 17.º da Lei das Associações Sindicais, para o dia 14 de Janeiro.

No entanto, é-nos grato anunciar que o deferimento do pedido da Assembleia Geral Extraordinária apresentado pela Direcção e aceite pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral contempla, a nosso ver, de forma cabal, a ordem de trabalhos constante no vosso requerimento, pelo que, no próximo dia 14 do corrente, a classe terá oportunidade de se pronunciar por votação directa e secreta sobre a continuidade ou não na Intersindical e ainda, sobre a sua participação ou não no 2.º Congresso da Intersindical.

Lisboa, 4/1/77.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Carolino Santos

PREVIDÊNCIA

Demissão de vogal dos sindicatos na Caixa do Comércio

A propósito da publicação no «Diário de Lisboa» de 30-12-76 de uma notícia sobre o afastamento de um representante do Movimento Sindical da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência do Comércio, enviou-nos a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa uma nota de esclarecimento para publicação ao abrigo da Lei de Imprensa.

Segundo a nota, o referido sindicato, ao nomear um representante para a Comissão Administrativa da Caixa e exonerando outro, «não fez mais que usar dos direitos que legitimamente lhe assistem!», direitos esses conferidos pelo despacho do Ministério dos Assuntos Sociais de 26 de Setembro de 1974, que determina: «4. As Comissões Administrativas serão constituídas por quatro elementos: a)...; b) Dois vogais representantes dos beneficiários, designados pelos sindicatos interessados; 9. O mandato dos vogais representantes dos beneficiários é revogável a todo o momento pelos sindicatos que os designaram.»

Só que neste caso específico o uso abusivo dos direitos assim consignados pela Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, foi mais uma vez confirmado por representantes da União dos Sindicatos de Lisboa presentes na conferência de Imprensa, que o Grupo de Trabalho de Reformados da Intersindical deu ontem de manhã. De facto, são os «sindicatos interessados», e só esses, que podem demitir e substituir os seus representantes nas comissões administrativas das Caixas de Previdência. Mas a Direcção do Sindicato do Comércio decidiu exonerar e substituir um representante do Movimento Sindical na C. A. da Caixa do Comércio, unilateralmente, sem consultar os «outros sindicatos interessados», que são vários. Acontece também que os sindicatos interessados e a União dos Sindicatos de Lisboa tentaram entrar em contacto com a Direcção do Sindicato do Comércio, que parece não ter dado ouvidos às suas razões. Quer alguns dos «sindicatos interessados», quer os sindicatos presentes na reunião geral de sindicatos de 30 de Dezembro subscreveram moções de protesto contra a «atitude divisionista» da Direcção do Sindicato do Comércio e a ingerência do Governo no Movimento Sindical, já que o secretário de Estado da Segurança Social, eng.º Vítor Vasques, sancionou a exoneração e respectiva substituição.

Na conferência de Imprensa de ontem, os representantes da União dos Sindicatos de Lisboa informaram também os jornalistas sobre a prossecução do assunto. Os vogais sindicais da C. A. do Comércio, Júlio Calhau e João Sebastiana (exonerado e substituído) e a vogal dos trabalhadores da Caixa, Raquel Nobre, decidiram não dar posse ao representante indigitado pela Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, António Tereno. Em consequência, o eng.º Vítor Vasques demitiu também a vogal Raquel Nobre. A União dos Sindicatos de Lisboa espera que a Direcção do Sindicato do Comércio, António Sereno, actuação e que os trabalhadores da Caixa do Comércio tomem posição.

Rodoviários do Porto

Tentativa de desmobilização?

Realizam-se amanhã e depois as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Porto, que abrange cerca de nove mil associados. Funcionarão mesas de voto na sede do distrito (no próprio sindicato) e ainda em Penafiel, Santo Tirso, Carvalhos-Gaia, Matosinhos e Vila do Conde. Concorrem duas listas: «A» e «B».

Ontem à tarde, a lista «A», integrada por elementos da actual direcção, promoveu uma conferência de Imprensa que serviu para apresentar o seu programa.

«Vamos fazer tudo, se vencermos, para que haja eleições dos delegados sindicais no S. T. C. P.», afirmaram os componentes da lista, que consideraram que os seus colegas da lista «B» tentaram manipular os motoristas do serviço de transportes colectivos do Porto, com a tentativa de desmobilização da classe para o acto eleitoral.

Gualdino Reis, actual presidente do sindicato, e que recentemente foi réu num processo em que o sindicato era «acusado» de defender uma experiência de autogestão, afirmou que a unidade dos trabalhadores será mantida.

Acentuou depois que, da lista «B», fazem parte motoristas afectos ao patronato e que alguns deles deram provas de não defenderem os interesses dos seus colegas. Como exemplo, referiram o caso do cabeça da lista opositora, que há poucos meses frisaram participou num congresso do patronato.

A defesa de uma política salarial que permita diminuir as desigualdades e não seja ultrapassada pelo aumento do custo de vida, o cumprimento rigoroso do C. C. T., a defesa do emprego e a criação de novos postos de trabalho são, entre outros, os objectivos concretos dos elementos da lista «A», que preconiza ainda a participação activa dos trabalhadores na reestruturação dos transportes rodoviários.

Repúdio ao referendo nos Escritórios do Porto

Algumas centenas de trabalhadores de escritório reuniram-se, ontem à noite, no «Grupo dos Modestos», tendo aprovado, por unanimidade, uma moção na qual repudiam o referendo proposto pela direcção do sindicato para o próximo dia 10, «por ser antiestatutário e contrário à força maior dos trabalhadores — a unidade».

Foi também decidido exigir da direcção o respeito pelos estatutos e apelar para a abstenção ao voto. Segundo a moção, os trabalhadores exigem ainda que a mesa da assembleia geral convoque uma assembleia para análise da actuação da direcção neste campo e tomada de posição à filiação na Central Sindical Única saída do Congresso dos Sindicatos.

A propósito do mesmo referendo, o Núcleo dos Trabalhadores de Escritório da Base-FUTemitiutambémumcomunicado. Assim, para além de considerar que o referendo é «manipulador das consciências e pouco digno dos seus promotores», salienta que a participação nele constitui «uma forma de dar cobertura a mais um erro da miopia sindical da direcção, a qual, irresponsavelmente (ou não), compromete a unidade dos trabalhadores».

Trabalho

LEI DAS QUOTIZAÇÕES

"A machadada quando vem apanha todos por igual"

«Entendemos que o que o Governo pretende é arrombar com os Sindicatos, acabar com isto tudo, para depois governar sozinho. Não sabemos ainda se teremos de entrar na clandestinidade, mas antes disso com certeza que tomaremos algumas medidas. Vamos mobilizar os delegados sindicais, os trabalhadores em geral e, entretanto, aguardamos indicações da central sindical. Se desse palavra de ordem de greve, nós aderíamos. Só que a cúpula do Movimento Sindical, a Intersindical, ainda não fez nada.»

Esta foi a opinião expressa por um porta-voz da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa a propósito da aprovação pelo Conselho de Ministros de ontem do diploma que determina que só as associações sindicais podem proceder à cobrança das quotas dos trabalhadores nelas inscritos.

Um ligeiro inquérito a algumas direcções sindicais revela posições de estupefacção e repúdio, melhor dizendo, de quase não credibilidade nos métodos do actual Governo. Assim, Diamantino Elias, presidente do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas mostrou-nos esta manhã a sua estupefacção exlamando «é inconcebível». E acrescentou: «O Governo está a legislar de forma que os fascistas tinham pudor em o fazer». Ainda em reforço desta posição acrescentaria Diamantino Elias: «É das medidas mais graves que este Governo tomou até agora...»

Do ponto de vista do mesmo sindicalista, não se compreende que o Governo recuse o cumprimento dos Contratos Colectivos de Trabalho, acordados com a presença das três partes.

«Isto representa uma machadada tremenda no movimento sindical português e no nosso caso concreto dos ajudantes de farmácia vai tornar as coisas extremamente difíceis, visto que temos sócios espalhados por três sectores de actividade».

Quanto ao modo como as organizações sindicais encararão o problema, Diamantino Elias referiu o caso do seu sindicato que vai convocar uma assembleia geral e de um modo geral mostrou a sua convicção de que este caso deveria fazer movimentar e aglutinar os esforços de todos os sindicalistas, mesmo no caso dos que estão desavindos por pertencerem a «linhas sindicais» divergentes.

«É que», acentuou, «isto põe em perigo todo o movimento sindical...»

TÊXTEIS: «UM RECURSO DA CIP»

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul pela voz de um membro da sua direcção manifestou-nos «os mais vivos repúdio e repulsa», por esta medida do Governo «que demonstra de que lado está e o que dele podemos esperar».

«O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis pensa que isto foi mais uma prova de que o Governo atende os recursos feitos pela CIP, como o que foi entregue ao Conselho de Ministros, com data de 20 de Dezembro, e no qual a Confederação da Indústria Portuguesa se manifestava contra a posição do Ministério do Trabalho sobre a interpretação do Decreto 841-B/76».

E o sindicalista passou a ler-nos uma passagem desse recurso entregue pela CIP ao Governo: «Em face da referida interpretação do Ministério do Trabalho que a CIP considera como incorrecta em face da importância do assunto, solicitou-se ao Conselho de Ministros que procedesse à interpretação autêntica do diploma legal em causa».

No mesmo documento afirmava-se que «a CIP entende que o próprio acto do desconto é inconstitucional».

«Esta citação do documento da CIP», continuou o representante do Sindicato dos Têxteis, «demonstra que este Governo que não assenta nos trabalhadores mas sim na burguesia e no capitalismo, aceita o recurso da CIP quando rejeita o recurso que lhe foi enviado pelos trabalhadores, na sequência da reunião que efectuámos no Instituto Superior Técnico, no dia 28, para debate desta questão».

De seguida, o nosso entrevistado reafirmou a repulsa por este despacho do Governo, «que sem consulta aos trabalhadores decreta um diploma que dá uma interpretação errada do decreto, porque o Governo não tem que se intrometer num acordo entre trabalhadores e patronato».

«Vamos tomar medidas imediatas em face desta resolução governamental» informou-nos o mesmo membro da Direcção. Assim, será efectuada uma reunião geral de delegados hoje, em Moscavide, às 20 horas. Outras reuniões de delegados efectuar-se-ão na segunda-feira, às 20 e 30, na sede do Sindicato e no dia 19. Nos dias 12 e14 efectuar-se-ão plenários de trabalhadores nas próprias fábricas que culminarão com uma reunião geral de sócios, a realizar no dia 23.

Por outro lado, nos dias 15 e 16, os Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis de todo o País reunem-se para analisarem a questão das quotizações e decidirem sobre as medidas a tomar.

Ainda um comentário do porta-voz do Sindicato dos Têxteis do Sul: «Isto demonstra que não interessa aos trabalhadores dividirem-se, porque a machadada quando vem apanha a todos por igual».

CONSTRUÇÃO CIVIL: NÃO HÁ NOMES POSSÍVEIS

Por seu lado, Orlando Garcia da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil afirmou-nos:

«Não há nomes possíveis para classificar mais esta afronta aos trabalhadores. Chamar a este decreto-lei anticonstitucional, antioperária e anti-socialista já é pouco».

«Entendemos que esta matéria é da competência da Assembleia da República e não do Governo», prosseguiu. «Tudo faremos para que o diploma seja revogado. Mas não ficaremos entretanto de braços cruzados, agiremos a nível do Movimento Sindical, de que fazemos parte. Aguardamos a sua tomada de posição.»

Também um elemento da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Setúbal, embora ressalvando que a Direcção como órgão colegial não tinha ainda posição definida nos afirmou no entanto que aquela Associação Sindical certamente ia repudiar o diploma, que considerou ser um atentado contra a organização sindical, estando já convocada uma assembleia geral para discutir o assunto.

ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES

Também organizações de trabalhadores e assembleias sindicais tomaram posição relativamente a este diploma. O plenário de trabalhadores do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa decidiram «exigir do Governo Socialista que não capitule perante as pressões e chantagens da CIP que, desde sempre sonhou com amordaçar os sindicatos, revogando o Decreto-Lei 841/76 a favor de uma lei onde sejam efectivamente defendidos os interesses dos trabalhadores».

P.S. SOBRE A FACAR

Que os irmãos Carvalho sejam julgados

«Que sejam instaurados processos judiciais aos Carvalhos, para que eles sejam julgados, pelos tribunais competentes, pelos crimes de fraude e sabotagem económica que lhes são imputados. Que todos os perturbadores da disciplina laboral dentro da empresa sejam suspensos e feitos os respectivos processos. Que a intervenção estatal se mantenha, até que a Assembleia da República legisle sobre empresas intervencionadas pelo Estado». Estas as propostas feitas pelo Secretariado do concelho de Matosinhos e Comissão de Trabalho do Porto do Partido Socialista, após uma reunião que decorreu na sede daquele partido, em Leça da Palmeira.

Aquelas propostas constam de um comunicado que está a ser distribuído à população de Matosinhos, particularmente, junto das instalações da «Facar», no qual a sabotagem económica e as fraudes cometidas pelos irmãos Carvalho, durante vários anos, são denunciadas. No mesmo documento, os elementos do P. S. salientam que «os Carvalhos e a direita reaccionária fazem uma campanha contra a intervenção do Estado, introduzindo na empresa, por meio de familiares seus, a instabilidade laboral, pondo em risco o clima de trabalho e a produtividade que se conseguiram após a intervenção estatal».

Esta tomada de posição do P. S. foi enviada aos vários órgãos do Poder.

Apesar das indicações existentes de que estaria a preparar-se mais uma manobra dos ex-patrões para pressionar o Governo com vista ao seu retorno à empresa, a situação era calma esta manhã, na firma, segundo informação que nos foi dada por um membro da comissão directiva.

A C.I.P. que agradeça

Decidiu ontem o Governo interpretar por via legal a alteração introduzida à Lei Sindical há cerca de um mês, transferindo das entidades patronais para as associações sindicais a obrigação de liquidar e cobrar as quotizações dos trabalhadores sindicalizados. Coincidindo, em interpretação que terá força de lei, com as posições intransigentemente assumidas pela central patronal, com a Confederação da Indústria Portuguesa, o Governo perdeu a oportunidade de emendar a mão em sentido que decerto teria merecido a simpatia das diversas correntes sindicais, mesmo daquelas que de modo algum se podem considerar hostis à sua orientação político-laboral.

Na verdade, e por um lado, o Governo insiste em reafirmar o teor de uma disposição que o movimento sindical, na sua generalidade, tem considerado inconstitucional. Nesse sentido, é significativo o encontro realizado esta semana entre dirigentes federativos e elementos do Conselho da Revolução, onde o tema foi debatido, de acordo aliás com o teor de uma petição entregue na altura, pedindo a declaração de inconstitucionalidade do correspondente diploma legal, e que era subscrita por mais de duzentas organizações sindicais.

Por outro lado, o Governo vem delimitar o verdadeiro alcance da lei que fez publicar em 7 de Dezembro, ao estabelecer, em estranha sintonia com os interesses manifestados e reiterados pela CIP, que só as associações sindicais, «e só elas», podem proceder à cobrança das quotas dos seus associados. Com efeito, ao conferir natureza imperativa a tal disposição, o Governo vem, em definitivo, afastar as cláusulas de numerosos acordos e contratos colectivos já em vigor, impondo ao patronato aquela obrigação. Estas, segundo entendimento unânime dos sindicatos, e, até, dos serviços do Ministério do Trabalho, prevaleciam sobre a disposição legal correspondente, por força de outro artigo da mesma lei sindical que acolhia o princípio geral do «favor laboris». Em sentido bem diverso se pronunciava a CIP, em sentido bem diverso se pronunciou agora o Governo.

As consequências de tal medida são evidentes: os sindicatos terão de montar uma complexa estrutura administrativa e de tesouraria para liquidar e cobrar as quotizações, e irão deparar, nos seus contactos com os trabalhadores no local de laboração, com dificuldades crescentes criadas pelo patronato. Este não desdenhará aproveitar a oportunidade que lhe é oferecida pelo Governo para asfixiar a organização sindical e desmantelar a organização de classe tão duramente conseguida pelos trabalhadores portugueses.

O Movimento Sindical irá decerto actuar, em acção de defesa, como o fez até aqui. Quanto ao Governo, corre o risco de «ver voltarem-se contra si todas as forças sindicais, e com elas os trabalhadores», como advertia bem recentemente a direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa, no editorial do último número do seu boletim, direcção essa que não é difícil identificar com uma corrente sindical inspirada em posições do partido no poder.

Adquire assim significado ainda maior o próximo Congresso dos Sindicatos, que se tem pretendido venha a ser um ponto de encontro e debate para o reforço de todo o Movimento Sindical português, agora atingido de forma tão desassombrada por medidas que apontam para o seu enfraquecimento. Os factos dão cada vez mais razão a todos aqueles que se empenharam verdadeiramente na tarefa de aprofundamento da unidade dos trabalhadores enquadrados pela sua organização de classe, as estruturas sindicais, a central única, independente do patronato e do Estado.

E.L.

Recado ao Leitor

Propomos ao leitor que participe na valorização do seu jornal.

Propomos-lhe que contribua para a dignificação da actividade publicitária.

O «Diário de Lisboa» entende que a publicidade se justifica plenamente, quando é orientada por um critério de utilidade social.

O «Diário de Lisboa» considera que assim, a publicidade é um serviço prestado aos leitores.
Por isso vendemos espaço. Espaço útil.
Por isso solicitamos a participação dos leitores na utilização desse espaço.

Espaço que pode ser seu se aceitar as nossas regras de utilidade social e de qualidade.
Qualidade e serviço oferecido aos leitores que colocam o «Diário de Lisboa» no segundo lugar (em expressão nacional e em vendas) entre os quotidianos da tarde e o tornam (por exemplo) o mais lido por um público seleccionado, socialmente activo, entre os 15 e os 43 anos.

Secção de Publicidade do

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

QUOTIZAÇÃO

AVISO ÀS ENTIDADES PATRONAIS

Considerando que:

— O princípio da liberdade sindical está consignado desde 25 de Abril de 1976 com a entrada em vigor da Constituição da República nessa data;

— O Decreto-Lei n.º 841-B/76 revogando o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 215-B/75, mais não fez do que consagrar a legalidade constitucional (Art.º 57.º da Constituição).

— O Decreto-Lei n.º 841-B/76 não pretende, como aliás diz claramente no seu preâmbulo, impor um **regimen inovador;**

— As entidades patronais não tiveram a coragem, desde 25.4.76 de fazer impor a prática que agora pretendem, de não fazer os descontos das quotas sindicais;

Desta forma entraram, **de livre vontade** numa prática que constitui direito adquirido dos trabalhadores:

— Aliás, os mais elementares princípios da boa-fé exigem a continuação dessa prática, que só poderá ser alterada com o acordo expresso dos trabalhadores organizados no Sindicato.

— Que a liberdade sindical, consagrada na Constituição e no Decreto-Lei 841-B/76 é uma conquista dos trabalhadores **contra** as BUROCRACIAS SINDICAIS E NÃO DEMOCRÁTICAS — mas que essa liberdade é um problema dos trabalhadores em que não se admitem ingerências de entidades patronais (n.º 4 do art.º 57.º da Constituição).

O Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa considerando por outro lado que certo patronato reaccionário está a espalhar que não deve ser feito o desconto das quotas, procurando com a instantaneidade da medida, lançar o caos nas finanças dos Sindicatos, alerta as entidades patronais dispostas a ter um comportamento normativo em harmonia com a Constituição que devem proceder a esse desconto em conformidade com a vontade dos trabalhadores.

Para evitar conflitos desnecessários, este Sindicato em relação à empresas que ainda não fizeram a remessa das quotizações dos nossos sindicalizados, deliberou aguardar até 10 de Fevereiro de 1977, pela regularização da remessa das quotizações em atraso.

PELO CUMPRIMENTO
DA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL!
PELA DEMOCRACIA!

Lisboa, 4 de Janeiro de 1977

A DIRECÇÃO

PUB

CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL

ACTIVIDADES GRÁFICAS, CARTONAGENS E AFINS

Convocam-se todos os trabalhadores abrangidos por este Contrato para o plenário que se efectua no próximo dia 10 do corrente, pelas 21 horas, na Voz do Operário, sita na Rua da Voz do Operário — Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos.

— Análise e deliberação sobre as formas de luta a adoptar em defesa do C. C. T. Vertical.

Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa
— Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçado, Artigos de Pele, Malas, Correaria e Similares do Centro e Sul de Portugal
— Federação dos Transportes Rodoviários
— Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos
— Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa
— Sindicato Nacional dos Cobradores e Profissões Similares
— Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas
— Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa
— Federação das Indústrias Celulose, Papel, Cartonagem e Afins
— Sindicato dos Electricistas do Sul
— Sindicato dos Telefonistas e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa
— Federação Regional dos Sindicatos dos Empregados de Escritório do Sul e Ilhas Adjacentes
— Sindicato dos Trabalhadores de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos Centro e Sul.
— Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares.
— Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes

EXTERNATOS

MARQUÊS DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93
Tel. 82 02 21 / 83 46 58

ALVARES CABRAL
Avenida Grão Vasco, 1
(Benfica) Tel. 70 69 74 / 5

PREPARATÓRIO-LICEAL
(GERAL E COMPLEMENTAR)

ADM. UNIVERSIDADE
(EXAMES «AD HOC» — Maiores de 25 anos)

Nacional

O ECONOMISTA FRANCÊS Ch

Estas mu que nos

Christian Palloix, economista, veio a Portugal dar conferências em Lisboa, no Porto, em Coimbra. Professor da Universidade de Grenoble, na França, Christian Palloix têm-se dedicado sobretudo ao estudo das firmas multinacionais. Publicou, entre outros — **L'Economie Mondiale Capitaliste** e **As Firmas Multinacionais e o Processo de Internacionalização**, resultado de uma investigação aturada sobre estes temas.

Quisemos ouvi-lo a propósito destas multinacionais que nos fazem a vida negra. Encetámos, pois, a conversa.

«DL — Christian Palloix, você é, por assim dizer, um especialista em firmas multinacionais. Focou, na conferência que deu outro dia, este problema sob um ângulo surpreendente e quase de esperança — as poderosas multinacionais não serão assim tão poderosas como parece. Quer dizer-nos como vê esta questão actual (penso no Chile, etc.)?

Antes de mais é preciso não esquecer que, historicamente, as sociedades multinacionais não constituem um fenómeno novo. Já antes de 1914 existiam as principais firmas multinacionais que encontramos hoje. À excepção, bem entendido, das firmas como IBM criadas na base de uma tecnologia nova — a informática, a electrónica. Mas as firmas multinacionais já fazem parte da história do capitalismo desde 1860. O que de facto é interessante é pôr a questão: porquê actualmente somos tão atraídos pelas multinacionais? Porque são elas denunciadas por todo o lado? E sublinhar que, até agora, esta denúncia no fundo se tem identificado com um verdadeiro reconhecimento do próprio jogo das multinacionais.

Por outro lado, um segundo elemento: as firmas multinacionais *produzem* uma informação de que nós somos prisioneiros. Quer dizer: as firmas multinacionais, através de revistas como «Fortune», «Business Week» e, em geral, em revistas de negócios que se encontram correntemente, fazem-nos crer que empregam cem mil, duzentos mil, trezentos mil assalariados à escala internacional, portanto que criam emprego. Dizem-nos que o seu volume de transacções cresce de ano para ano, portanto que participam no crescimento económico; dizem-nos que transferem tecnologia, portanto fazem-nos crer que difundem o progresso técnico; fazem-nos crer que investem, portanto, que elas próprias mobilizam recursos financeiros para investir num determinado país, etc. É verdade que reconhecem que fazem lucros, mas isso é relativamente secundário.

Ora nós, mesmo denunciando as firmas multinacionais, participamos neste movimento de reconhecimento do aspecto benéfico das multinacionais — criam emprego, participam no crescimento económico, etc. Isto é: são um mal, mas um mal necessário. Todo o Mundo tem que passar por elas.

Ora o que eu contesto — através de um itinerário de investigação económica e política — é esta capacidade das firmas multinacionais de criar emprego, de participar no crescimento, isto é, de estar na origem do progresso técnico ou do crescimento económico. O que constatamos, e é importante sublinhar, é que as firmas multinacionais submetem elementos preexistentes, não criam nada. É um pouco radical o que eu digo, mas elas não criam nada: submetem recursos financeiros. Isto é, nem as firmas multinacionais participam com a totalidade do capital financeiro, como muitas vezes não participam com nada numa dada formação social. Quer dizer: se Portugal quer que as firmas multinacionais venham instalar-se em Portugal, terá de ser Portugal a mobilizar os recursos financeiros para permitir os investimentos destas firmas no País.

Em segundo lugar as firmas multinacionais não criam emprego porque o seu principal objectivo é submeterem colectivos de trabalho preexistentes, como por exemplo no têxtil, ou submeterem uma mão-de-obra capaz de suportar um trabalho em cadeia ou um trabalho extremamente delicado como na informática ou na montagem de componentes electrónicos, ou um trabalho sobre peças minúsculas, geralmente uma mão-de-obra feminina previamente formada para este tipo de trabalho. O que é verdade para o têxtil e para a informática é igualmente verdade para a indústria automóvel. Esta por exemplo tenta hoje «alargar-se» ao nível internacional porque o trabalho em cadeia se torna insuportável nas formações sociais do centro, nos países altamente industrializados: os trabalhadores imigrados organizaram-se em França, por exemplo, para lutar contra o trabalho em cadeia. As firmas multinacionais esperam portanto que, estabelecendo fábricas de montagem em cadeia em Portugal, os trabalhadores serão mais controlados politicamente e porão menos problemas do que em França. Elas vêm pois submeter colectivos de trabalho preexistentes.

Depois as firmas multinacionais submetem verdadeiros espaços económicos previamente organizados, sejam transportes, sejam infra-estruturas, etc. As firmas multinacionais vão montar máquinas e hangares, isto é, edifícios destinados às mercadorias. Mas todo o espaço económico à volta é literalmente submetido pela empresa. Já para não falar dos problemas de poluição, de ecologia, que se põem e que são bem conhecidos mas não me parecem os mais importantes.

Para mim o mais importante é a principal *poluição* da firma multinacional. Situa-se esta *poluição* ao nível das relações sociais de produção. Claro que as batalhas ecológicas são batalhas importantes, mas parecem-me secundárias em relação às lutas ao nível das relações sociais.

Em seguida as firmas multinacionais submetem meios de equipamento disponíveis à escala internacional, elas não os criam no país. Por exemplo, não as vejo virem criar em Portugal uma secção de bens de equipamento, fábricas de máquinas-ferramentas de comando numérico, que são o último grito da técnica. Ou dotar verdadeiramente Portugal de uma indústria nuclear, ou de informática, autónomas e independentes, com centros de investigação, laboratórios, etc. O que visam as firmas multinacionais é pura e simplesmente valorizar o seu capital. É tudo.

Portanto, as firmas multinacionais entram em relação com um certo número de formações sociais, de países, num processo de submissão para, insisto no termo, submeterem elementos dessas formações sociais, para lhes sugarem as riquezas. Mas as firmas multinacionais não criam nada. Podemos portanto perguntar-nos se as firmas multinacionais são ou não necessárias.

Aceito perfeitamente que tenha razão. Mas como dizia o Sancho «pero que las hay, las hay» e essas bruxas ou firmas multinacionais existem e não vejo facilmente como nos livraremos delas e do poder quase absoluto de controlo que exercem sobre nós.

Bem, era um pouco a discussão que tivemos sobre o que representavam as firmas multinacionais como coacção ao nível internacional. Pode, por exemplo, Portugal passar sem as firmas multinacionais?

É uma questão difícil pois há evidentemente uma estrutura internacional que está em mãos das firmas multinacionais. Mas, mais uma vez, não devemos exagerar o poder das firmas multinacionais. As firmas mas multinacionais. As firmas multinacionais a partir do momento em que nos querem convencer que criam emprego, que estão na origem do processo de crescimento, que são elas que transferem tecnologia, etc., querem convencer-nos que possuem um poder absoluto sobre a economia internacional, o que constitui uma força de dissuasão importante em relação aos trabalhadores. Isto é, os trabalhadores dizem: se não temos no nosso país tal ou tal multinacional, se não entramos na órbita das multinacionais, não teremos emprego; que vai ser de nós, etc. É uma arma ideológica extremamente poderosa que utilizam as firmas multinacionais. Não devemos cair na armadilha. Isto porque há concorrência entre as firmas multinacionais e podemos introduzir-nos no meio delas. Claro as firmas multinacionais controlam um certo número de coisas ao nível internacional. Controlam a tecnologia, controlam as patentes e licenças, controlam um certo número de recursos de que se apropriaram. Isto é, o seu processo de submissão, o facto de terem submetido elementos um pouco por todo o lado, dá-lhes um poder. Isto porque o Mundo está dividido politicamente, não há uma verdadeira frente de luta, não se pôs ainda em questão, de uma maneira radical, a firma multinacional. A partir do momento em que submeteram elementos, é evidente que as firmas multinacionais utilizam esses elementos como força de dissuasão em relação a outras formações sociais. As firmas multinacionais são, sem exagerarmos a sua importância, uma realidade. Mas é possível introduzir-nos no meio das contradições das firmas multinacionais e jogar com elas.

Christian Palloix durante a sua recente estadia

Não poderia exemplificar um pouco, concretizar? Que países têm podido fazer esse jogo, manobrar no seio desse mar de tubarões, sem terem lá deixado a pele? Isto até ajudava a tornar este discurso menos teórico.

Bem, temos o caso da Argélia que nos mostra como nos podemos meter no meio das contradições das firmas multinacionais. Então esqueça também que nos podemos apoiar num certo número de países socialistas.

Mas a Argélia. A Argélia ao nível do petróleo confrontava-se com o cartel do petróleo. O que ela fez foi jogar com as companhias independentes, firmas como a Getty, a El Paso; jogou igualmente com a sua produção de gás para se meter no meio do jogo das multinacionais, obter um certo número de contratos ao nível internacional e conseguir um estatuto que lhe permite, graças ao con-

Nacional

CHRISTIAN PALLOIX FALOU AO "D.L."

Multinacionais oprimem

Entrevista de Fernando António Almeida

trolo dos seus próprios recursos, tratar de igual para igual, com um certo número de firmas.

De igual maneira a Argélia joga com as firmas alemãs e as firmas japonesas concorrentes, com os países de Leste, para o fornecimento de bens de equipamento. Aproveita ao máximo a concorrência internacional. Pelo facto de não haver firmas multinacionais ou suas filiais implantadas na Argélia nem por isso este país se encontram em piores condições. A Argélia assegura completamente as suas expor-

dia em Lisboa

tações e as suas importações. Isto prova bem que se não devem exagerar as possibilidades de controlo das multinacionais sobre a economia mundial. Há um certo número de contradições e é preciso saber aproveitá-las. E isto é já um problema político. É o problema de um Governo que assegure plenamente a sua responsabilidade.

Quando a Argélia faz um contrato com a Hoescht ou com a Bayer, por exemplo, a Argélia fica constantemente senhora da operação. Não quero com isto dizer que tudo o que faz a Argélia é bem feito, mas é facto que existe um processo em marcha que permite a um país tornar-se relativamente independente das firmas multinacionais sem deixar de tratar com elas. Tem é que não se deixar cair na lógica das firmas multinacionais. Se há um poder político que se apoia nos trabalhadores, existem elementos para um Governo obter um certo número de concessões das firmas multinacionais. Se é certo que dependemos delas no domínio da tecnologia, dos bens de equipamento e que temos de entrar em relação com elas, o que é importante é a maneira como vamos estabelecer essa relação.

Gostaria agora de desviar o problema para um campo um pouco diferente. Os países do bloco socialista têm certamente relações com as firmas multinacionais. Como se situam essas relações?

É verdade que as firmas multinacionais estão implantadas num certo número de países socialistas e mesmo, praticamente, através de filiais. O que é importante porém, apesar disso, é que os países socialistas são senhores da sua produção. É um caso parecido com a Argélia: os países socialistas tiveram que enfrentar-se às firmas multinacionais, fizeram com elas um certo número de acordos. Claro que sobre este problema temos muito pouca documentação. Mas há na Imprensa económica um certo número de artigos interessantes do género «Como fazer negócios com os países socialistas» que nos ajudam a penetrar neste campo. É o caso de «Business Internacional» em que aliás a China e a U.R.S.S. são considerados no mesmo plano, como clientes. Como fazer negócios, como fazer lucros, melhor dito.

Mas o que me parece interessante é que a partir do momento em que os países socialistas não desenvolveram um processo de trabalho que lhes seja próprio, próprio ao socialismo, com forças produtivas próprias ao socialismo, as tecnologias capitalistas tornaram-se tecnologias dos países socialistas também. Portanto é normal que existam elementos comuns. Mas apesar disso e penso na RDA, no campo dos bens de equipamento , os países socialistas começaram a ser capazes ao nível internacional de fornecer fábricas chave-na-mão, isto é, inscreverem-se na concorrência internacional e são um factor de dissuasão em relação às firmas multinacionais nas negociações. As máquinas-ferramenta da RDA fazendo face às máquinas-ferramenta da RFA é um elemento interessante da concorrência internacional, perfeitamente dentro das normas internacionais. Este novo tipo de concorrentes permite, por exemplo, a Portugal, numa perspectiva socialista, abastecer-se no quadro de uma concorrência internacional que se renova.

Ora os países socialistas participando desta concorrência exercem uma coação sobre as firmas multinacionais. Se não existissem os países socialistas as multinacionais teriam as mãos muito mais livres. Isto é um elemento objectivo que é preciso reconhecer.

Na conferência que fez outro dia no I.S.C.S.P. desenvolveu o tema da implantação das firmas multinacionais na bacia mediterrânica. Podeeria referir--se aa este assunto agora, asssunto quue de cccertoo mooodo e mmuito pportuguuês?

ecer.

Na conferência que fez outro dia no I.S.C.S.P. desenvolveu o tema da implantação das firmas multinacionais na bacia mediterrânica. Poderia referir-se a este assunto agora, assunto que de certo modo é muito português?

Insisti sobretudo na minha conferência sobre um facto extremamente importante, aquilo que os economistas burgueses classificam uma «bacia de mão-de-obra». Houve desde sempre uma imigração muito importante vinda de Portugal, da Espanha, da Jugoslávia, da Grécia, e agora dos países magrebinos e da Turquia, para os países capitalistas avançados. Daqui a tentação da França para utilizar esses recursos de mão-de-obra na sua operação de «alargamento». O que lhe interessa, e às firmas multinacionais, são precisamente esses colectivos de trabalho presentes na bacia mediterrânica, que fazem prefigurar se por acaso um certo número de lutas se não desenvolver o desenvolvimento de um processo de industrialização do tipo Hong Kong/Singapura. Isto é, assistir a um desenvolvimento daquilo que chamamos zonas francas de produção, com colectivos de trabalho funcionando com salários muito baixos sobre a produção de bens de consumo de grande série, com um processo de circulação internacional acelarado. Para dar-lhe um exemplo: os *jeans* que são fabricados em Espanha, em Marrocos e julgo também que em Portugal, etc. O preço de custo desses *jeans* é por unidade uns 10 ff. Ora eles são vendidos em França a uns 120 ff. Isto é, nesta cadeia assim formada, o que interessa é utilizar os colectivos de trabalhadores que se vão espremer, que se vão explorar ao máximo, para produzir bens que vão ser vendidos fora. Temos o modelo Hong Kong/Singapura que se arrisca a desenvolver na bacia mediterrânica. Isto independentemente do «alargamento» da indústria siderúrgica, da indústria poluidora da indústria automóvel o trabalho em cadeia da indústria petroquímica, já tão espalhada nessa região.

Ora é este o sonho de homens como Anwar Es Sadate criar no Egipto uma zona franca para atrair os investimentos estrangeiros e fazer do país um Hong Kong em larga escala. É também o sonho de um Burguiba na Tunísia e de certo modo o de um Hassan II em Marrocos. Não sei qual virá a ser o destino de Portugal em tudo isto, mas talvez se arrisque a ter um papel idêntico, isto é, oferecer ao capital internacional colectivos de trabalhadores para serem explorados, para estarem à sua mercê.

As firmas multinacionais fazem apelo às burguesias nacionais, aos Governos locais, para que lhes ofereçam uma mão-de-obra, uma força de trabalho servis.

É a razão porque na zona mediterrânica não é uma questão de petróleo nem de petrodólares se concentra o mais alto desenvolvimento do comércio mundial da actualidade.

Na sua conferência falou também no domínio exercido pelas firmas multinacionais que se identificam com um numero cada vez menor de países, como se a tendência fosse para restringir cada vez mais o número de países que controlam o processo.

Não, não é bem isso. O que se observa sobretudo e uma hierarquização cada vez maior das diferentes formações sociais. Isto é: há formações sociais tais como os E.U.A., a RFA, o Japão, que detêm o domínio da produção dos bens de equipamento e que através deste domínio são capazes de ordenar todo o processo de trabalho à escala internacional. São de facto estas formações sociais que fornecem os elementos/máquinas do processo de trabalho, que o permitem controlar e controlar toda a sua evolução, não só através das máquinas/ferramentas, mas através da informática, através dos automatismos, dos telecomandos que ordenam todo o processo de trabalho actualmente. Enquanto isso, formações sociais como a França estão cada vez mais «despegadas» deste movimento. Assim se compreendem as lutas cada vez mais ferozes em França à volta do tema da independência nacional objectivamente a França está cada vez mais «despegada» industrialmente.

Por exemplo a actual «grande ilusão» do alargamento francês em direcção do Médio Oriente. O Governo Giscard/Chirac e, agora, Barre, fez crer em grandes operações/milagre em direcção do Médio Oriente. Mas para entregar fábricas chaves-na-mão por exemplo no Irão ou no Iraque, a França tem que importar da Alemanha bens de equipamento, o que tem um efeito multiplicador sobre as importações. Isto é quanto mais se exporta, mais se é obrigado a importar. Este efeito acelerador sobre as importações não vai resolver o problema da balança comercial francesa, em razão do sistema político francês. Para realizar a independência nacional francesa é preciso conquistar o sector da informática, etc., da produção de bens de equipamento.

Ora, para aproveitar este exemplo. eu não veio uma França ou uma Alemanha virem dotar Portugal de uma secção de bens de equipamento que permita a Portugal pensar a sua independência nacional. Será Portugal que se dotará a si próprio, através de uma vontade política. Não será o capital internacional que lha fornecerá.

A
PUBLICIDADE
BEM UTILIZADA

- contribui para a redução de gastos de energia e do consumo de combustíveis
- ajuda a economizar tudo que não constitui consumo indispensável
- estimula as economias, os depósitos a prazo e outras formas de poupança
- contribui para a prevenção de acidentes, doenças e surtos epidémicos
- participa na generalização de hábitos de higiene e na defesa da salubridade pública
- cria o gosto pela leitura e pelo aproveitamento cultural e artístico dos tempos livres
- divulga as vantagens da educação física e da prática dos desportos
- sugere programas de utilização dos tempos livres e de gozo das férias
- ensina regras de alimentação e a preferir os melhores alimentos
- defende e orienta o consumidor
- melhora as condições de tráfego e de ambiente, das estradas e dos centros urbanos
- valoriza as qualidades dos produtos
- explica as vantagens de utilização dos serviços
- é uma arma na batalha pelo desenvolvimento económico e social do País

as campanhas de publicidade devem pois ser

bem concebidas
estudadas cientificamente
orientadas num sentido de utilidade social
distribuídas pelos meios e veículos
mais apropriados

ENTREGUE AS SUAS CAMPANHAS
A UMA BOA
AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

SERVIÇOS TÉCNICOS

ANÚNCIO

Conduta elevatória Vale de Milhaço — Reservatório do Raposo Troço de Montante

Faz-se público que se encontra aberto concurso público para a arrematação acima referida, sendo de trinta dias o prazo de apresentação das propostas, o qual será contado a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário da República».

O acto público do concurso realizar-se-á, pelas 10 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo de trinta dias fixado neste anúncio, na secretaria dos Serviços Municipalizados de Almada.

A base de licitação é de 9 500 000$00.

O depósito provisório, que será efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, ou nas suas respectivas filiais, é de 237 500$00 e o definitivo, de 5 % sobre o valor da adjudicação.

Os concorrentes devem ser titulares do alvará de empreiteiros de obras públicas da V categoria, 3.ª subcategoria, e da classe correspondente ao valor da obra apresentada.

Publique-se.

Almada, 31 de Dezembro de 1976.

O Presidente do Conselho de Administração
José Manuel da Costa Morgado
(Engenheiro)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

SERVIÇOS TÉCNICOS

ANÚNCIO

Sistema de captação e adução de Vale de Milhaço 1 (ampliação) condutas CE_1, CE_2, CE_3, CG_1

Faz-se público que se encontra aberto concurso público para a arrematação acima referida, sendo de trinta dias o prazo de apresentação das propostas, o qual será contado a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário da República».

O acto público do concurso realizar-se-á, pelas 10 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo de trinta dias fixado neste anúncio, na secretaria dos Serviços Municipalizados de Almada.

A base de licitação é de 3 850 000$00.

O depósito provisório, que será efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, ou nas suas respectivas filiais, é de 96 250$00 e o definitivo, de 5 % sobre o valor da adjudicação.

Os concorrentes devem ser titulares do alvará de empreiteiros de obras públicas da V categoria, 3.ª subcategoria, e da classe correspondente ao valor da obra apresentada.

Publique-se.

Almada, 31 de Dezembro de 1976.

O Presidente do Conselho de Administração
José Manuel da Costa Morgado
(Engenheiro)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

SERVIÇOS TÉCNICOS

ANÚNCIO

Sistema de captação e adução de Vale de Milhaço 1 (ampliação equipamento electromecânico dos furos de captação

Faz-se público que se encontra aberto concurso público para a arrematação acima referida, sendo de trinta dias o prazo de apresentação das propostas, o qual será contado a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário da República».

O acto público do concurso realizar-se-á, pelas 10 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo de trinta dias fixado neste anúncio, na secretaria dos Serviços Municipalizados de Almada.

A base de licitação é de 5 000 000$00.

O depósito provisório, que será efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, ou nas suas respectivas filiais, é de 125 000$00 e o definitivo, de 5 % sobre o valor da adjudicação.

Os concorrentes devem ser titulares do alvará de empreiteiros de obras públicas da VI categoria, 8.ª subcategoria, e da classe correspondente ao valor da obra apresentada.

Publique-se.

Almada, 31 de Dezembro de 1976.

O Presidente do Conselho de Administração
José Manuel da Costa Morgado
(Engenheiro)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

SERVIÇOS TÉCNICOS

ANÚNCIO

Sistema de captação e adução de Vale de Milhaço 1 (ampliação) reservatório R_3 (3000 m³)

Faz-se público que se encontra aberto concurso público para a arrematação acima referida, sendo de trinta dias o prazo de apresentação das propostas, o qual será contado a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário da República».

O acto público do concurso realizar-se-á, pelas 10 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo de trinta dias fixado neste anúncio, na secretaria dos Serviços Municipalizados de Almada.

A base de licitação é de 6 250 000$00.

O depósito provisório, que será efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, ou nas suas respectivas filiais, é de 156 250$00 e o definitivo, de 5 % sobre o valor da adjudicação.

Os concorrentes devem ser titulares do alvará de empreiteiros de obras públicas da V categoria, 3.ª subcategoria, e da classe correspondente ao valor da obra apresentada.

Publique-se.

Almada, 31 de Dezembro de 1976.

O Presidente do Conselho de Administração
José Manuel da Costa Morgado
(Engenheiro)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

SERVIÇOS TÉCNICOS

ANÚNCIO

Sistema de captação e adução de Vale de Milhaço 1 (ampliação) condutas CE_2, CG_2, CG_3

Faz-se público que se encontra aberto concurso público para a arrematação acima referida, sendo de trinta dias o prazo de apresentação das propostas, o qual será contado a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário da República».

O acto público do concurso realizar-se-á, pelas 10 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo de trinta dias fixado neste anúncio, na secretaria dos Serviços Municipalizados de Almada.

A base de licitação é de 3 600 000$00.

O depósito provisório, que será efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, ou nas suas respectivas filiais, é de 90 000$00 e o definitivo, de 5 % sobre o valor da adjudicação.

Os concorrentes devem ser titulares do alvará de empreiteiros de obras públicas da V categoria, 3.ª subcategoria, e da classe correspondente ao valor da obra apresentada.

Publique-se.

Almada, 31 de Dezembro de 1976.

O Presidente do Conselho de Administração
José Manuel da Costa Morgado
(Engenheiro)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

SERVIÇOS TÉCNICOS

ANÚNCIO

Sistema de captação e adução de Vale de Milhaço 1 (ampliação) casetas dos furos de captação e reservatórios R_1 e R_2

Faz-se público que se encontra aberto concurso público para a arrematação acima referida, sendo de trinta dias o prazo de apresentação das propostas, o qual será contado a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário da República».

O acto público do concurso realizar-se-á, pelas 10 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo de trinta dias fixado neste anúncio, na secretaria dos Serviços Municipalizados de Almada.

A base de licitação é de 2 120 000$00.

O depósito provisório, que será efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, ou nas suas respectivas filiais, é de 53 000$00 e o definitivo, de 5 % sobre o valor da adjudicação.

Os concorrentes devem ser titulares do alvará de empreiteiros de obras públicas da V categoria, 3.ª subcategoria, e da classe correspondente ao valor da obra apresentada.

Publique-se.

Almada, 31 de Dezembro de 1976.

O Presidente do Conselho de Administração
José Manuel da Costa Morgado
(Engenheiro)

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diario da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (Ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58 673, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar, de uma linha aérea a 15 kV, com 333 metros, do apoio n.º 1 da linha para o posto de transformação de Silva & Sistelo, Lda., ao posto de transformação de Rio Tinto-Castanheira da Câmara Municipal de Gondomar.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP-SUL), a que se refere o processo 8/27 610, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Palmela, de modificação da linha mista para o posto de transformação n.º 15-2-002 S. João, de 6 para 15 kV, passando a derivar do apoio n.º 11 da linha mista LI 15-34 S. Sebastião-Azeitão, com aumento de comprimento, constituída por 2 troços, um troço aéreo com 1033 metros, e um troço subterrâneo com 340 metros (RA 15-34-2 S. João).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP - Norte), a que se refere o processo 8/58 670, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Valbom, concelho de Gondomar, de uma linha mista a 15 kV com 138 metros do apoio n.º 12 do prolongamento da linha de Campanhã a Zebreiros e da linha para a fábrica de fiação de Crestuma ao posto de transformação de Valbom-Monte da Câmara Municipal de Gondomar.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Anadia em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58 746, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Vilarinho do Bairro, concelho de Anadia, de uma linha aérea a 15 kV, com 1384 metros, do apoio n.º 20 da linha para o posto de transformação de Bemposta ao posto de transformação de Vilarinho do Bairro - Azenha, da Câmara Municipal de Anadia.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 21 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Gondomar em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República» o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP (ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58 745, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Melres, concelho de Gondomar, de uma linha aérea a 15 kV, com 1040 metros, do apoio n.º 9 da linha para o posto de transformação de Melres-Vilarinho & Moreira, ao posto de transformação de Melres-Moreira, da Câmara Municipal de Gondomar.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 21 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Ponte da Barca em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58 879, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Ermida, concelho de Ponte da Barca, de uma linha aérea a 15 kV, com 2233 metros, do apoio n.º 15 da linha para o posto de transformação de S. Miguel-Lourido para o posto de transformação de «Ermida» da Câmara Municipal de Ponte da Barca.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de licenciamento, em 30 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

Estrangeiro

CHINA

O "Bando dos Quatro" poderá ser julgado amanhã

Os quatro antigos dirigentes chineses, denominados de Bandó dos Quatro ou Grupo de Xangai e em cujo número se inclui a própria viúva do presidente Mao poderão vir a ser julgados amanhã, data em que se completa um ano sobre a morte do antigo primeiro-ministro, Chu En Lai.

A Rádio do Tibete, citada pela ANOP/UPI, afirmou ontem à noite que o julgamento dos Quatro será público, e se destinará a vingar a morte de Chu En Lai. A rádio acrescentava que o julgamento se faria no dia do aniversário da morte de Chu e que os «criminosos» seriam julgados em frente do retrato do «estimado e amado primeiro-ministro Chu».

A rádio, numa emissão consagrada à memória de Chu En Lai, afixou que ele constituiu um «obstáculo insuperável» às tentativas dos «quatro» para tomarem o Poder e «suportou os embates dos ataques do grupo».

Contudo não há qualquer informação oficial em Pequim que o julgamento venha a efectuar-se.

Na opinião dos observadores em Pequim as declarações da rádio, segundo a qual esses «criminosos históricos» só merecem a morte, apenas reflectem o desejo popular de ver os «quatro» a prestar contas dos seus «crimes» perante as «massas».

Verifica-se que o «ódio popular» para com a viúva de Mao e os seus três mais dilectos associados se amplia cada dia que passa, e ao aproximar-se o aniversário do desaparecimento de Chu En Lai.

Cartazes de grandes caracteres na Universidade Peita de Pequim fizeram um pedido algo semelhante ao formulado pela rádio Tibete: que os «quatro» sejam «forçados a ajoelhar-se» no sábado defronte de um retrato de Chu En Lai.

No centro de Pequim, frases bombásticas em grandes caracteres multiplicam-se acusando Chiang Ching e os outros três radicais de terem «perseguido» o primeiro-ministro Chu En Lai e exigem que as suas «cabeças de cão» sejam «esmagadas».

Outros «slogans» vistos nas universidades e dentro de algumas unidades de trabalho, reclamam que os «quatro» sejam «mortos» e desejam-lhes «mil e uma mortes».

Mas também aqui, tendo em conta a pecularidade do espírito chinês, trata-se muito mais da expressão de um sentimento popular numa linguagem realista do que um sinal que a sra. Chiang Ching e os seus cumplices estejam destinados a morrer no patíbulo.

A Imprensa oficial consagrou várias páginas na sexta-feira à descrição do modo como a «quadrilha dos quatro» tinha «perseguido» o primeiro-ministro Chu En Lai em vida.

O «Diário do Povo» acusa em particular um grupo radical de Guardas Vermelhos da Revolução Cultural Proletária, o «516», de ter provocado, à força de o espicaçar, uma crise cardíaca ao primeiro-ministro Chu En Lai.

Cartazes como este enchem as ruas de Xangai. Caricaturas diversas dos «quatro» indicam o ódio contra a viúva de Mao e os outros três dirigentes presos com ela

Patrões ingleses apresentam "Alternativa 77"

. Os patrões ingleses, agrupados numa confederação (Confederação das Indústrias Britânicas), apresentaram ontem os seus projectos para 1977. Objectivos indicados pela CIB: redução da taxa inflacionária a 5 por cento nos próximos 18 meses e obtenção de meio milhão de novos postos de trabalho. Contudo, entre os objectivos confessados e os verdadeiros visados vai uma certa distância. Significativo é que nas propostas dos patrões ingleses há uma coincidência quase linha por linha com as exigências do Fundo Monetário Internacional.

Do plano dos patrões, denominado «Acção 77» (mas que poderia apelidar-se de «Alternativa 77») destacam-se algumas propostas sobejamente eloquentes: que seja eliminado o sistema de negociação salarial colectiva; que o governo corte 850 milhões de dólares das despesas públicas no Orçamento de 78/79 e até um total de 5.100 milhões de dólares no de 1980; que o governo acabe com os seus planos de fazer incidir um imposto sobre a riqueza, que sejam abolidos os controlos sobre dividendos e que os patrões passem a gozar de maior flexibilidade para negociar novos acordos salariais com os sindicatos; que os patrões passem a duplicar os seus lucros actuais, a fim de fazerem mais investimentos com vista a aumentarem as exportações; que os impostos sejam reduzidos e que o controlo dos preços seja abolido.

Várias opções para a economia dos E.U.A.

Durante mais de três horas, Jimmy Carter, reunido com os seus mais directos colaboradores, examinou ontem uma série de opções para relançar a economia norte-americana e criar novos empregos. Os resultados obtidos serão hoje submetidos aos dirigentes democráticos, durante uma reunião que decorrerá em Plains, à qual comparecerá também o vice-presidente eleito, Walter Mondale. Sabe-se já, por indicação do próprio Carter, que o programa contém medidas de redução dos impostos, a curto e a longo prazo, além das anunciadas medidas de combate ao desemprego.

A 13 dias do dia da posse, Jimmy Carter não escondeu que os seus conselheiros divergiam quanto a uma fórmula rígida, mas que apresentaria aos dirigentes do Partido Democrático várias opções e que estes poderiam escolher. Se o consenso for alcançado na reunião de hoje, detalhes do programa poderão começar a ser revelados a partir de amanhã. É certo, entretanto, que o programa aumentará o défice do orçamento deste ano. Só que Carter faz questão de sublinhar que o seu programa de relançamento não se compara com o défice orçamental que herdou de Gerald Ford.

Por outro lado, a agência de controlo de armas dos Estados Unidos desmentiu ontem que tenha procedido ao congelamento dos fornecimentos de urânio enriquecido à RFA e citou um «memorandum» datado de 4 do corrente, no qual estão mencionados os envios, em Dezembro, de um total de 103,3 quilos daquele material atómico para um reactor da R. F. A. e mais 17,16 quilos para outros três reactores do mesmo país. O desmentido choca-se com afirmações de fontes oficiais e privadas da Alemanha Federal, que insistem em reclamar contra a prática de congelamento que, dizem, estaria sendo posta em prática pelos E. U. A. Como reforço das suas opiniões, citam outros tantos exemplos.

Já na base de Pendleton, na Califórnia, recomeçaram as audições referentes aos processos que envolvem 14 negros do corpo de «marines», acusados de terem «ousado» resistir à Ku-Klux-Klan. Os negros estão presos por ordem do general comandante da base que afirmou: «Os Ku-Klux-Klan são bons rapazes e verdadeiros soldados». Três membros desta organização racista e nazi já foram transferidos enquanto um cabo negro, E. Henry, que apenas se defendeu dos ataques, foi condenado a trabalhos forçados e ao pagamento de uma pesada multa.

P.C.I. apoia posição dos sindicatos

O Partido Comunista Italiano deu hoje o seu apoio à posição assumida pelos sindicatos de recusa às propostas governamentais no sentido de reduzir a aplicação dos aumentos automáticos de salários, que se registam de três em três meses por indexação em relação à alta do custo de vida. Esse apoio vem expresso na edição de hoje do «L'Unita», órgão oficial do P. C. I. numa entrevista com um dos mais conhecidos economistas comunistas italianos Giorgio Napolitano.

Recorde-se que o actual Governo minoritário de Giulio Andreotti carece de abstenção dos comunistas no Parlamento para poder sobreviver. Daí que sejam de grande peso as advertências de Napolitano quanto a eventuais medidas unilaterais do Governo para combater a inflação e defender a lira. Napolitano declarou a esse respeito que seriam «inadmissíveis» as «exibições de força a decisões unilaterais do Governo.

Dirigentes sindicais fizeram lá idêntica advertência e a Imprensa italiana fala mesmo da hipótese de uma greve geral, se Governo e sindicatos não chegarem a acordo. O Governo está manietado nesta questão pelas exigências do Fundo Monetário Internacional, o qual só concederá um empréstimo ao país, se houver um acordo sobre restrição de salários.

Em face da situação, certos observadores dão como muito provável a queda breve do Governo.

Nova Comissão da C.E.E. anunciada em Bruxelas

O novo presidente da Comissão da C. E. E. Roy Jenkins, considerou esta manhã em Bruxelas que a resolução do problema da pesca (na zona marítima de 200 milhas) assim como as difíceis questões agrícolas, serão dois dos assuntos mais importantes a tratar pela nova Comissão de Bruxelas.

Numa curta conferência de Imprensa, no final de uma sessão maratona de 14 horas da Comissão Europeia consagrada unicamente à repartição das pastas, Jenkins limitou-se a dizer que os primeiros contactos com os seus doze colegas não puseram grandes dificuldades e que a coesão da nova Comissão parecia estar garantida. A distribuição das pastas dos treze membros da nova Comissão das Comunidades Europeias, é a seguinte: Guido Brunner (liberal, alemão) Energia, Investigação Científica e Educação; Richard Burke («fine gael», irlandês) Fiscalização, Protecção dos Consumidores, Transportes e Relações com o Parlamento Europeu; Claude Cheysson (socialista, francês) — Cooperação para o Desenvolvimento; Etienne Davignon (democrata-cristão, belga) — Mercado Interno e Assuntos Industriais; António Giolitti (socialista, italiano) — Coordenação dos Fundos (regional e de orientação agrícola) e Política Regional; Finn Olav Gundelach (diplomata dinamarquês) Agricultura e Pesca; Wilhelm Haferkamp (socialista, alemão) — Negócios Externos.

Schmidt louva Suárez

O chanceler alemão Helmut Schmidt, presentemente em visita à Espanha, manifestou ontem a sua «admiração» pela política que Adolfo Suárez vem praticando como primeiro-ministro, saudando-o como «um dos dirigentes de maiores êxitos na Europa». Esta homenagem significa que o chefe do Governo espanhol ganhou o apoio de um dos países mais ricos da Europa e que poderá contar com a R. F. A. nas pretensões de entrada no Mercado Comum e na N. A. T. O. O encontro entre Suárez e Schmidt durou duas horas e teve a assisti-lo o ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, Marcelino Oreja Aguirre.

Por outro lado, Juan Carlos foi considerado pelo vice-presidente do Governo espanhol, general Gutierrez Mellado, como «o primeiro soldado», depois de exortar os militares à união, numa mensagem aos altos comandos militares, durante os actos comemorativos da Festa Militar, tradicional pelas afirmações políticas que sempre produz.

Enquanto isso, o P. C. E. afirmou que está pronto a lançar uma campanha em favor do regresso de Dolores Ibarruri, «La Pasionária», a presidente do partido, que permanece exilada em Moscovo. Dolores pretende voltar à Espanha no próximo mês, pondo fim a uma ausência que se prolonga desde 1939, aceitando, inclusive, a clandestinidade no seu país. Um telegrama da IPS diz que «La Pasionária» será candidata nas próximas eleições.

Agente da C.I.A. foge para leste

As revelações de um funcionário dos serviços secretos americanos que se passou para Leste e entregou às autoridades checoslovacas uma quantidade de informações preciosas estão a constituir matéria de uma série de emissões pela televisão checoslovaca, tendo a primeira sido difundida na quinta-feira à noite.

A France Presse informa que a identidade do funcionário não foi revelada por razões de segurança. Esta série de emissões destinadas a desvendar os objectivos da propaganda ocidental hostil aos países socialistas começou com um violento ataque à República Federal Alemã pelo facto de vários criminosos de guerra nazis viverem nesse país, sem terem sido condenados.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

PUB

PORTUGAL presente

na «EUROPEAN FASHION FAIR»

NOVA IORQUE, 6 a 9/3/77

Consciente da importância e projecção da «European Fashion Fair», decidiu o Fundo de Fomento de Exportação levar a efeito a organização duma representação do sector de confecções a nível nacional, no referido certame, que terá lugar em Nova Iorque, de 6 a 9 de Março próximo.

As firmas interessadas em expôr no «stand» de Portugal, deverão contactar até ao próximo dia 11 de Janeiro a Direcção de Serviços de Feiras e Exposições — Av. 5 de Outubro, 101 — Lisboa.
Tel: 777772 ou 777768

Espectáculos

Cenas & Cenários

● MÚSICA LATINO-AMERICA NA IBERLIVRO

A Iberlivro (Largo da Trindade, 7) apresenta hoje à noite, com início às 21 horas, uma sessão musical com o folclorista argentino Chopo Alvarez. Investigador e excelente intérprete da música folclórica da Argentina e do Altiplano Boliviano, Chopo Alvarez é também um profundo conhecedor do som secular da Cordilheira dos Andes, da voz dos pastores, dos mineiros, dos remanescentes do Império Inca e do sofrido povo latino-americano. A apresentação de Chopo Alvarez na Iberlivro surge como uma agradável coincidência e um recomendável complemento ao conhecimento das gentes e do modo de ser, e de viver dos latino-americanos, á pouco vistos na tela do Universal, durante a apresentação de «A Coragem do Povo». «O Inimigo Principal» e «Sangue de Condor», todos de autoria do cineasta boliviano Jorge Sangines.

«Diferentíssimo» é o «show» de Rui Castelar que ontem à noite se estreou na «bôite» «Porão da Nau» e que estará em cena duas vezes por semana. Participam: Amadeu Fernando, Carlos Faria, Lila d'Oliveira, Mamy, Telma Santos, José Vicente, Madalena Cathy, sob a direcção e coreografia de Amadeu Fernando, com sonoplastia de Paulo Martins e Eduardo Helder, e efeitos especiais de luzes de Luciano Pires e Fernando Teixeira. Desenhos de Jorge Rosa.

EM MARÇO EM BERLIM

Um festival e um congresso para assinalar o 150.º aniversário da morte de Beethoven

. Um festival, um congresso internacional e uma cerimónia pública, promovida pelo Conselho de Ministros da RDA, assinalarão este ano em Berlim a passagem do 150.º aniversário da morte de Beethoven, falecido a 27 de Março de 1827.

No dia 20 de Março inaugu-ram-se em Berlim um festival em honra do grande compositor e um Congresso Internacional sobre Beethoven. O festival durará uma semana e o congresso, três dias. No dia 26 do mesmo mês, realizar-se-à um acto público de homenagem à memória de Beethoven, promovido, como acima dissemos, pelo Conselho de Ministros da República Democrática Alemã.

O primeiro-ministro da RDA, Willi Stoph, preside à comissão encarregada das homenagens nacionais a Beethoven. Constituida por 52 elementos, nela se integram destacados representantes da vida política e social, bem como musicólogos artistas e trabalhadores da RDA.

«Em Beethoven homenageamos um dos homens mais eminentes do humanismo clássico, o qual, com as suas geniais criações, traçou a visão audaciosa de uma sociedade livre da exploração e da opressão, sociedade essa que o socialismo viria a realizar» — palavras de Willi Stoph sobre Beethoven, ao anunciar as realizações comemorativas da morte do compositor. Willi Stoph recordou, a propósito, que Engels viu na obra de Beethoven a culminação da música de todo um período histórico do desenvolvimento da arte. «A luta permanente pela solução da contradição entre o ideal artístico revolucionário e a realidade da vida conferiu à sua música a força que infundiu valor e decisão às aspirações sociais progressistas da sua época e de épocas posteriores» — acrescentou Willi Stoph. Por fim, o primeiro-ministro da RDA salientou que «um objectivo político fundamental da classe operária que exerce o poder consiste em fazer abranger no significado do interncionalismo proletário e do patriotismo socialista as profundas relações existentes entre a herança progressista do passado — e as conquistas do presente».

Críticos de Nova York deram o prémio do melhor filme a "All the President's men"

Os críticos cinematográficos de Nova Iorque concederam três dos sete prémios anualmente atribuídos às melhores películas à versão filmada do «best-seller» sobre o escândalo Watergate, cujo título é «All the President's Men».

Augusto Figueiredo e Orlando Costa em «Músicas Mágicas» a apresentar pela Cornucópia nos domingos de manhã no Teatro da Trindade. O primeiro espectáculo desta série está previsto para este fim-de-semana

Além do galardão concedido ao melhor filme do ano, Alan Pakula obteve o prémio para a melhor realização, e Jason Robards, que desempenhou o papel do director executivo do «Post», Benjamim Bradlee, foi votado o melhor actor secundário.

Repetindo a sua façanha de 1971 e 1974, a actriz norueguesa Liv Ullman ganhou o prémio da melhor intérprete feminina pela sua actuação na película realizada por Ingmar Bergman «Face to Face».

Por outro lado, os críticos nova-iorquinos consideram Robert de Niro como o melhor actor pela sua interpretação em «Taxi Driver» e Talia Shire como a melhor actriz secundária pelo papel desempenhado em «Rocky». Como melhor argumento foi premiado «Network», sátira aos bastidores da Televisão realizada por Paddy Chayefsky.

Devido a compromissos inadiáveis, **«VITORIA EM ENTEBBE»**, anunciado para o **Eden**, será agora estreado nos cinemas **BERNA** e **ROXY**

til

TEATRO INFANTIL DE LISBOA

MANECAS NA IDADE DA PEDRA

NO TEATRO ABC

AMANHÃ, às 16 h.
DOMINGO, às 11 h.

Subsidiado pelo S. E. C.

Bilhetes desde 15$00

GRÁTIS ATÉ 6 ANOS

«OS OPERÁRIOS DO NATAL»

ESPECTÁCULO INFANTIL PARA TODAS AS IDADES

O SEU FILHO MERECE VER «OS OPERÁRIOS DO NATAL»

A M A N H Ã
ÀS 16 HORAS

PREÇOS POPULARES

ADÓQUE

LARGO MARTIM MONIZ
TEL. 87 44 76
(METRO DO SOCORRO)

Televisão

Canal da Crítica

A TV QUE NÃO VÊ. (PORQUÊ?)

Mário Castrim

Na rubrica «os homens, os livros e as coisas», Joaquim Manuel de Magalhães chamou a atenção dos telespectadores para um grande poeta do nosso tempo: Eugénio de Andrade

Evidentemente não se pode imaginar que o assunto fique encerrado. A atenção de Joaquim de Magalhães (cujo programa na Televisão Portuguesa tem sido um constante apelo ao conhecimento dos nossos valores literários) não pode encerrar-se com os minutos que ontem se dedicaram ao poeta. A Televisão tem o dever de levar até ao povo português, na máxima força, os poetas, os escritores, os artistas que sofreram o natural silêncio, o isolamento, a agressividade do fascismo. Decorre daqui a necessidade de transformar o programa, necessariamente restrito, de Joaquim de Magalhães, num aperitivo para atenção mais demorada, mais convincente.

Importa, digamos, que estas dívidas comecem a ser pagas não pelo esforço guerrilheiro deste ou daquele colaborador, mas de forma organizada, sistemática, global. Se nos lembrarmos que o *Telejornal* deu um breve apontamento da homenagem que no Porto organizaram ao grande poeta, muitos dias depois da homenagem ficaremos na verdade com a impressão de que a actual RTP está pouco voltada para cumprir eficazmente uma função cultural.

Já cá se sabia, aliás...

OBRA COLECTIVA

Incluiu Joaquim de Magalhães no seu programa um poema de Eugénio de Andrade dedicado ao escultor José Dias Coelho, assassinado pelo agente da P. I. D. E., António Domingues. Leu esse como poderia, por exemplo, ler o poema dedicado a Catarina Eufémia, outra mártir da resistência antifascista. Certamente pareceram despropositadas as considerações de Joaquim de Magalhães relacionadas com esse poema. O importante não será realçar a ausência de demagogia, de referências explícitas, de aproveitamento grosseiro ou daquilo que Joaquim de Magalhães considera tal. O importante é recordar que a poesia e a intervenção política são valores que de forma alguma se contradizem, que a poesia é uma árvore que pode dar fruto sem deixar de ser poesia ser, pelo contrário, mais poesia ainda, nesse caso.

Claro que a publicação de tal poema, por parte de Joaquim de Magalhães, não é fruto do acaso. Ela aparece como uma forma de intervenção, de esclarecimento, de apelo à opinião pública para o julgamento do assassino, para a avaliação do crime e das circunstâncias históricas que o rodearam.

A intervenção do poeta alargou-se, com esta dimensão que Joaquim Magalhães lhe acrescentou. A provar que a poesia é uma responsabilidade colectiva.

OVNI E O RESTO

A poesia, isto é, a verdade essencial. Em que a Televisão Portuguesa não gosta muito de colaborar.

Durante a reportagem da última sessão do julgamento de António Domingues, o repórter Mário Cardoso recordou como seria importante que o povo português soubesse o que se passou naquele julgamento. Tem razão. Não lhe faltaria a ele e a outros profissionais, certamente, o desejo de proceder à cobertura do acontecimento. Só que os responsáveis pela programação são outros...

Sem dourar a pílula: o comportamento da Televisão, ao longo de todos estes processos (a rede bombista, a libertação dos «pides», os julgamentos, etc.) tem sido perfeitamente abominável, repugnante, desmobilizador ao mais alto grau. Estamos em presença de uma verdadeira demissão. Se preferirem, em vez de *demissão*, podem pôr *traição* e a ideia ainda fica mais completa.

Quer dizer: longe de fazer, como lhe competia, o processo do regime fascista, a Televisão silencia, lava pilaticamente as mãos, passa uma esponja amável sobre os dramáticos acontecimentos que, subitamente, refervem na memória! Só agora, por iniciativa de um profissional mais consciente, descobre que há um povo a ouvir, descobre que há uma mulher, Margarida Tengarrinha, com muito para contar ao povo português. Fernando Luso Soares, que ontem fugazmente vimos, não foi nunca à Televisão dizer o muito que sabe sobre a organização terrorista, perdão, olhó disparate, sobre a organização *cívica* que era a P. I. D. E.

A Televisão Portuguesa não pode. Não tem tempo. Os seus Telejornais guarda-os ela para espreitar os OVNI's que aparecem no céu de Portugal, para garantir que seguirá atentamente esses fenómenos mesmo quando se trata do planeta Vénus, que olhos pacóvios elevaram, no referendo nacional do obscurantismo, à categoria de OVNI...

A Televisão Portuguesa não

Continua na pág 18

Hoje

Eduardo VII

I PROGRAMA

1.º Período

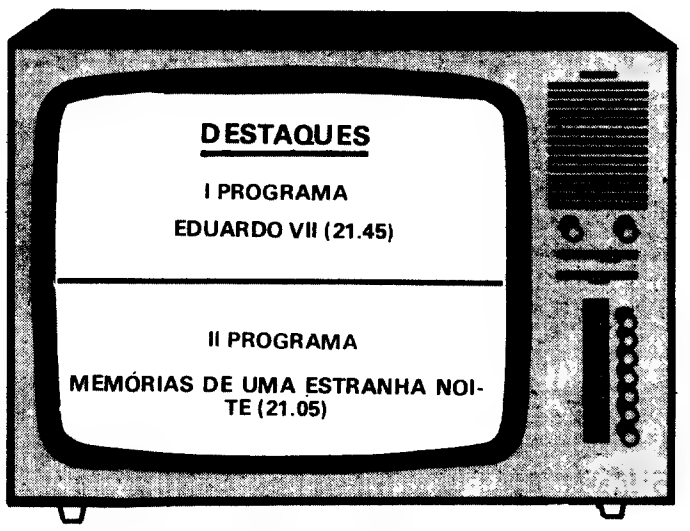
13.30 Ciclo Preparatório TV
18.05 Fecho.

2.º Período

18.30 Abertura e **Barbapapa; Diário das Fábulas e a Criação das Aves.**
19.00 Abre-te Sésamo». «A supresa» e «O miúdo perdido e a Polícia» são 2 grandes temas deste episódio.
19.30 Tropicália. «Manuel Bandeira Do Recife ao Beco da Lapa». Evocação do grande poeta.
20.00 Momento Desportivo. Debate de problemas do desporto.
20.30 Telejornal 1.ª edição.
21.00 Momento Político. Programa da Secretaria de Estado da Comunicação Social.
21.15 Melomania. Um programa de João de Freitas Branco e de Augusto Cabrita.
21.45 Eduardo VII. 1.º episódio com Annett Crosbie, Robert Hardy, Alison Leggatt, James Watlwick e Joseph O'Conor. Realização de John Gorrie.
Eduardo VII é a história da vida de um homem, dos seus dramas, romances, tragédias, vitórias e frustrações. Esta série de treze episódios é uma produção qualificada da TV britânica.
23.15 Telejornal
23.30 Fecho.

II PROGRAMA

20.30 Telejornal.
21.05 Memórias de uma Estranha Noite. Intérpretes: Antal Pager, Miklos Srakats, Maria Suluok e Eva Ruttkai. Realização de Jozesf Gyorffy.
23.00 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

14.00: Abertura, Telejornal 1.ª edição e Retrospectiva Balanço das competições desportivas, **14.30**: Ballet Bourmeister. **15.15**: A Bela Mariana. **15.45**: Ida e volta. **16.15**: O povo e a música Danças de balão. **16.45**: Janosik Série polaca. **17.40**: Gentes, mercados e músicos. **18.10**: A bota das sete léguas. **18.45**: Animação. **19.15**: O mundo tribal. **20.30**: Telejornal 1.ª edição **21.30**: Espaço 1999. **22.25**: Espectáculo de Sérgio Mendes e Brasil 77; **23.20**: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telejornal. **21.30**: Animação. **22.00**: Cinemateca Maria do Mar Filme português realizado por Leitão de Barros de 1930. **23.20**: Fecho.

INSTALADO NA ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES (JUNTO AO CINEMA IMPÉRIO)

SÓ ATÉ DOMINGO

TODAS AS NOITES, AS 21.30 HORAS
AMANHÃ — MATINÉE, ÀS 16 30 HORAS
DOMINGO — MATINÉES, ÀS 15 E ÀS 18 H.

CIRCO MARIANO

(O VOSSO CIRCO) EMP. HENRY TONY

AMANHÃ ÀS 16 H 30 – ANIVERSÁRIO DE HEIDI
BRINDES A TODAS AS CRIANÇAS
VENHAM VER em TODOS os ESPECTÁCULOS a ALEGRIA das CRIANÇAS e ADULTOS

HEIDI, PEDRO, AVÔ ALP E YUKI
COM A COLABORAÇÃO DA FARINHA PREDILETA
2 — PARELHAS DE PALHAÇOS — 2
«OS ELIZABETH'S E CAMPOS FILHOS»
Pela 1.ª vez em Portugal, vindos directamente de Inglaterra
«OS ELEFANTES BEBÉS»

cooperativa teatro popular
Apresenta na
ACADEMIA ALMADENSE
Rua Capitão Leitão, 64
Telef. 275 21 27 – Almada

que a interpreta ao lado de
ROGÉRIO PAULO
DORA LEAL
E
MARIA DULCE que conta a história de fio a pavio à frente de um grande elenco

3.as-4.as e 5.as. 21.30
6.as e sábados — 20.30-23.00
Domingos — 16.00-21.30

2.as FEIRAS DESC. DA COMP.a

Direcção Musical do maestro
VITOR BONJOUR
Maquetas com a colaboração de
ROGÉRIO RIBEIRO
Cenografia de HERNÂNI e
RUI MARTINS
Não acons., men. 13 anos

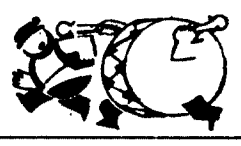
MARIA VITÓRIA
TELEF. 36 17 40

UM ÊXITO!

HENRIQ. SANTANA
em «A Ópera dos Sem Vintém»

● HOJE E TODOS OS DIAS ●
2 SESSÕES: ÀS 20.30 e 22.45 H.
Aos DOMINGOS e FERIADOS «MATINÉES», às 16 horas
ÀS 2.as FEIRAS: DESCANSO —
A MELHOR REVISTA DOS ÚLTIMOS ANOS!
A NOVA PLURALIREVISTA

Não acons. m/18 a.
O BOMBO DA FESTA!



A atracção YUKIE
com SALVADOR e IVONE SILVA e LYGIA TELLES
À frente de um grande elenco e um corpo de baile internacional!

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
Diariamente às 21.30 h.
O Muro
Inspirado em «AS AVENTURAS DE JOÃO SEM MEDO» de José Gomes Ferreira
Domingo só «matinée» às 18 h.
2.as Feiras — Descanso da Companhia
PREÇO ÚNICO - 40$00
Condições especiais
PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVÃ
Telefone 76 26 24

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS – CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786 - 831271
Avenida S. João de Deus, 13-B Rua Macau, 8

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Mortágua em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República» o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-EP-Norte), a que refere o processo 8/58 652, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Trezoi, concelho de Mortágua, de uma linha aérea a 15 kV, com 697 metros, do apoio n.º 21 da linha para o posto de transformação de Mortágua, ao posto de transformação de Trezoi-Sula da Câmara Municipal de Mortágua.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 18 de Dezembro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Desporto

FUTEBOL INDISCIPLINADO

Castigos: duas centenas e tal

«Por injúrias ao árbitro, com acumulação de faltas», o profissional Quaresma, do Beira-Mar, foi punido com cinco jogos de suspensão pelo Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol. É um dos castigos mais pesados dentre os decididos pela Comissão na sua última reunião. Outros assim, por motivos idênticos, sofreram Simões, do Gil Vicente, Pimenta, de «Os Limianos» e Vítor Passos, do Vianense (este, um júnior, saliente-se). Punição ainda mais severa, para Moreira, do Lousanense. Isto para falarmos somente de jogadores.

Porque há treinadores, e dirigentes igualmente punidos com alguma severidade, além de clubes com campos interditos por alguns jogos. Destes é exemplo o Famalicão: «por comportamento incorrecto de uma parte do público com arremesso de pedras que causaram lesão física no árbitro e ainda com acumulação e sucessão de faltas», foi interdito o campo do Famalicão por três jogos oficiais e multado o clube em 3 mil escudos.

Dirigentes: foi punido com um mês de suspensão um dirigentes do Chaves, e, com dez, outro, da Oliveirense. Motivo: injúrias e comportamente incorrecto perante equipas de arbitragem.

Voltando aos catigos aplicados a jogadores, referiremos apenas aqueles que se referem a profissionais que trabalham em clubes da I Divisão. Soares e Garcês, ambos, do Beira-Mar, sofreram três jogos de suspensão («injúrias à equipa de arbitragem»).

Para outro do Beira-Mar, Abel, e ainda pelos memos motivos, repreensão por escrito. Consequência do Vitória de Setúbal-Beira-Mar, onde os aveirenses estiveram em foco. Consequência do Braga-Estoril, onde quem se excedeu, mais foi Rui Paulino: o guarda-redes do Estoril «apanhou» três jogos de suspensão.

A relação de castigos aprovados na última reunião da CD da FPF. Na impossibilidade de os referirmos exaustivamente: contas feitas por alto indicam-nos que o número excede as duas centenas, incluindo repreensões e advertências.

A Taça em sorteio

O sorteio da terceira eliminatória da segunda fase da Taça de Portugal em futebol realiza-se no próximo dia 11 às 18 e 30 na sede da Federação Portuguesa de Futebol. À sorte, os adversários de trinta dos trinta e um concorrentes do continente ainda em prova. Ao trigésimo primeiro caberá uma equipa açoriana.

Esta equipa, que entrará na Taça em representação do arquipélago, ainda não se sabe qual é. Um telegrama proveniente de Ponta Delgada diz apenas que realizou-se entretanto na Associação de Futebol de Ponta Delgada o sorteio para apuramento do representante dos Açores e o resultado foi que a equipa representando a Associação de Angra deverá defrontar a representante da Horta, primeiro, dia 23 do corrente na Terceira, segundo, oito dias depois, no Faial.

Equipas do Inatel na U.R.S.S. e no Eire

Uma selecção de voleibol de Lisboa do Inatel desloca-se entre os próximos dias 23 e 30 do corrente à União Soviética, onde disputará alguns jogos — anunciam as relações públicas daquela instituição.

A viagem de um acordo entre soviéticos e portugueses quando, recentemente, representantes do Conselho Central das Sociedades Desportivas dos Sindicatos Soviéticos estiveram em Portugal.

Cabe ao prof. Augusto Raposo a responsabilidade técnica pela representação portuguesa, que será preparada fisicamente por Fernando Monteiro.

Entretanto, partiu ontem para o Eire (Irlanda) uma equipa de atletismo do INATEL. A representação portuguesa encontra-se em Dublin para participar na Terceira Semana Internacional de Desportos e Cultura.

A delegação é chefiada pelo prof. Américo da Fonseca e integra, além de um dirigente, três atletas: Albertino Pinto, Vladimiro Raposo e José Nisa.

A presença em Dublin inaugura o intercâmbio desportivo e a «National Athletic and Cycling Association of Irlanda.»

Boavista - Atlético joga-se amanhã à tarde

O encontro Boavista-Atlético correspondente à 13.ª jornada do «nacional» da I Divisão foi antecipado para sábado, no Estádio do Bessa, às 15 horas.

Foram ainda antecipados para o mesmo dia e mesma hora nos campos dos clubes visitados um encontro da II Divisão (Sanjoanense-Peniche) e dois da III Divisão (Lusitano de Vildemoinhos-Aliados de Lordelo e Seixal-Torralta).

Decisão sancionada pela FPF, abrange outros casos do «nacional» de juniores actualmente em disputa e alarga-se ainda a locais onde deverão realizar-se diversos encontros dos «nacionais» de juniores, II e III Divisões.

Humberto Coelho não assinou

O futebolista português Humberto Coelho deve regressar hoje a Paris sem assinar contrato com clube brasileiro Internacional, de Porto Alegre. Humberto Coelho deslocara-se anteontem ao Brasil para expor aos dirigentes do Internacional as suas condições particulares para proceder à assinatura, mas acabou por adiar uma resolução — que, no entanto, poderá ainda vir a ser positiva.

«Tenho de olhar pelo meu futuro, pois a vida de futebolista é muito curta» — palavras do ex-benfiquista e actual internacional da selecção portuguesa, segundo «O Mundo Desportivo» na sua edição de hoje.

A transferência de Humberto Coelho estava acordado entre o Internacional de Porto Alegre e o Paris Saint-Germain, clube que o futebolista actualmente representa.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CARNES DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL

A todos os trabalhadores em Carnes dos Distritos de Lisboa e Setúbal

A Direcção do nosso Sindicato *DENUNCIA!*

Camaradas:

Mais um Decreto-Lei antioperário foi feito pelo Governo dito «Socialista» a juntar a tantos outros que, durante este espaço de tempo marcam uma cuidada manobra para derrubar as conquistas alcançadas pelos Trabalhadores após o 25 de Abril de 1974.

A revogação do Artigo 21.º do Decreto-Lei N.º 215-B/75, que atribuia às entidades patronais a cobrança e o envio da quotização dos trabalhadores para os seus Sindicatos, é mais uma cedência perante a burguesia e visa o esmagamento das estruturas organizativas dos trabalhadores: *Os seus Sindicatos.*

Camaradas:

Os Sindicatos são uma forma de organização dos próprios trabalhadores para a defesa e luta dos seus direitos, quando estes entram em choque contra o seu inimigo de classe, representado pelo Governo que lhes cobre e defende os meios de exploração e opressão: *o patronato.* Tomemos como exemplo casos como a luta pelos C.C.T.; as lutas diárias contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho; pelo direito a férias e 13.º mês, etc.; a luta por dignas condições de trabalho, etc., etc.

Como tal a burguesia não pode ver com bons olhos esta nossa forma de organização e tenta esmagá-la a todo o custo.

Face a esta medida antioperária do Governo dito «Socialista», põe-se:

— Que sejamos nós, trabalhadores, a responder de uma forma organizada à manutenção económica das estruturas por nós criadas, criando em todas as zonas onde se fixam os nossos locais de trabalho e nas próprias empresas, comissões sindicais, comissões de apoio à luta sindical e para recolha da quotização.

A Direcção do nosso Sindicato aponta esta nova forma de organização como a mais indicada para fazer frente às manobras e leis antioperárias e levar esta nova forma de organização directamente à Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses.

Oponhamos às manobras da burguesia e seus servidores a força organizada dos trabalhadores.

EM FRENTE COM A ORGANIZAÇÃO DE COMISSÕES SINDICAIS!
EM FRENTE COM A ORGANIZAÇÃO DE COMISSÕES DE APOIO AO SINDICATO!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Lisboa, 4 de Janeiro de 1977.

A DIRECÇÃO

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Ponte da Barca em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-UEP) e a que se refere o processo 8/58 915, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Vila Chã, concelho de Ponte da Barca de uma linha aérea a 15 kV, com 3294 metros, do apoio n.º 27 da linha para o posto de transformação de Vila Chã-Seixos, para o posto de transformação de Vila Chã-Portuzelo da Câmara Municipal de Ponte da Barca.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de licenciamento, em 29 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP (ex-UEP - Norte), a que se refere o processo 8/58 744, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Valongo, de uma linha aérea a 15 kV, com 344 metros, do apoio n.º 2 da linha para o posto de transformação de Valdachas ao posto de transformação de Valongo-Boavista da Câmara Municipal de Valongo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 30 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Valongo em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-UEP) e a que se refere o processo 8/58 772, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Alfena, concelho de Valongo, de uma linha aérea a 15 kV, com 500 metros, do apoio n.º 5 da linha para o posto de transformação de Alfena-Aldeia Nova ao posto de transformação de Alfena-Calvário da Câmara Municipal de Valongo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 30 de Dezembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

Desporto

XADREZ:

Durão vai à frente no torneio de Zamora

O português Joaquim Durão subiu ontem ao primeiro lugar do Torneio Internacional de Xadrez que está a decorrer na cidade espanhola de Zamora. Durão obteve mais um triunfo, desta feita sobre o valenciano Carlos Garcia. No entanto, é mínima a distância que separa o mestre português do segundo classificado.

O xadrezista português é agora um sério candidato à vitória final. Outros candidatos de que se fala são o colombiano Jorge Gonzalez e o espanhol (de Leon) Miguel Nepomuceno.

Treinador Caraballo deixou o Atlético

O treinador Caraballo deixou o Atlético. Foi uma decisão da direcção do clube alcantarense, desde há algum tempo apontada como provável, face aos fracassos que a equipa de futebol tem registado no Nacional da I Divisão da época que decorre. A orientação técnica da equipa foi passada a quatro jogadores: Melo, Fraque, Wilson e Norton de Matos — responsáveis pela equipa já no desafio de amanhã contra o Boavista, no Bessa.

Entretanto, não se confirma que Medeiros deixe o Estoril. O treinador do clube da Costa do Sol terá reconsiderado a decisão que oportunamente se anunciou e continua como técnico à frente da equipa.

LÁ FORA

EUROPA DE LESTE: TROCA COM O MUNDO

Durante todo o ano de 1976 subiu a mais de mil o número de delegações trocadas entre os estados socialistas da Europa de Leste e outros países tanto da Europa Ocidental como de outros continentes. Os números (por alto) constam de uma informação colhida pela Tass junto do Comité dos Desportos da URSS, em Moscovo, e ilustra a asserção de que o ano findo assitiu a um alargamento e a uma intensificação dos laços desportivos entre a União Soviética e o resto do mundo.

FUTEBOL BRASILEIRO SEGUNDO ZE MOREIRA

O maior «defeito» do futebol brasileiro: «a falta de uma preparação física adequada» — segundo Zezé Moreira, que foi técnico da selecção nacional. Moreira, que actualmente entreina o Cruzeiro, de Minas Gerais, formula esta crítica (algo severa) numa análise ao futebol que actualmente se pratica no Brasil. «Aqui espera-se que o talento individual dos jogadores solucione tudo» diz ele:

Desta forma, seremos definitivamente superados pelos europeus». Palavras ainda do técnico que foi da «canarinha»: «É necessário aliar o talento individual ao jogo colectivo e à preparação física adequada».

NADIA COMANECI

Nadia Comaneci: foi também designada «a melhor atleta do ano» na tradicional classificação feminina elaborada pelos jornalistas desportivos da Prensa Latina. A ginasta romena, lembra-se ganhou três medalhas de ouro nos Jogos Olímpicos de Montreal no Verão do ano passado.

Depois de Nadia, na clasificação da PL: Kornelia Ender (nadadora da RDA), Tatiana Kazankina (atleta da URSS) e Irena Szewinska (atleta da Polónia).

«OS MELHORES» PARA OS EE UU

O americano Bruce Jenner foi designado «o melhor atleta do ano» pela agência Associated Press, em resultado da tradicional consulta anual a comentadores desportivos dos Estados Unidos. Jenner obteve 237 votos. Na base, a medalha de outro ganha nas Olimpíadas de Montreal, com a vitória no decatlo. O segundo classificado foi um ídolo do futebol americano: Tony Dorsett. Teve 105 pontos. Com 47 e 23 ficaram em terceiro e quarto respectivamente o basquetebolista Morgan e o nadador John Naber. Em senhoras, o primeiro lugar para a romena Nadia Comaneci.

TATIANA

Tatiana Averina, vencedora de quatro medalhas de ouro nas provas de patinagem nos Jogos Olímpicos de Inverno, disputados em Innsbruck, parece ter fracturado um tornozelo durante um treino realizado em Medeo, na Ásia Central, anuncia a agência Tass. A patinadora foi transportada para Moscovo, onde o primeiro diagnóstico indica a fractura do tornozelo. Não se sabe ainda qual o tempo de inactividade a que Tatiana Averina terá de se sujeitar.

XADREZ: OLÍMPIADAS 78

A A Federação Iraniana de Xadrêz renunciou à organização das Olimpíadas de Xadrês (FIDE), e bem assim à assembleia geral da Federação Internacional. As Olimpíadas estão marcadas para 1978, e deveriam realizar-se em Teerão. Agora, é provável que a responsabilidade pela organização seja assumida pela Holanda. A FIDE sedia-se em Amesterdão, cidade para onde os jogos serão transferidos.

VLAEMINCK: TOXICÓMANO

Um médico, um veterinário e um membro do pessoal de manutenção de uma clínica foram condenados em Bruxelas a diferentes penas de prisão por facilitarem drogas ao ciclista belga Eric Vlaeminck. Habituado aos estimulantes com que ganhava corridas, o ex-campeão do mundo de ciclo-cross «arrastava-os» na sua toxicomania diz um telegrama da EFE, divulgado ontem pela ANOP. O facto produziu grande consternação nos meios desportivos da Bélgica.

Vai realizar-se entre 1 e 6 de Março que vem o Rali Portugal-Vinho do Porto. Para revelar pormenores sobre a prova, que conta para o Mundial de condutores, os responsáveis pela organização deram ontem no ACP uma conferência de Imprensa. O Rali terá uma extensão de 2 450 quilómetros e quatro etapas: Estoril-Póvoa do Varzim; Póvoa-Póvoa; Póvoa-Estoril (com diversas provas de classificação), e Estoril-Estoril (ibd). Representando diversas marcas, vêm correr várias equipas estrangeiras

universal Às 15, às 19 e às 21 h

Uma sátira feroz da equipa "CHARLIE HEBDO"

Às 17 e às 23 horas, «OS MÁRTIRES DO AMOR»
Um filme de JAN NEMEC

A MAIOR PRENDA DE NATAL
CANTINFLAS NA FUNÇÃO PUBLICA!

RIOMA FILMS, S. A.
Apresenta
o Seu Artista
Exclusivo
MARIO MORENO

COLUMBIA PICTURES

PARA TODOS

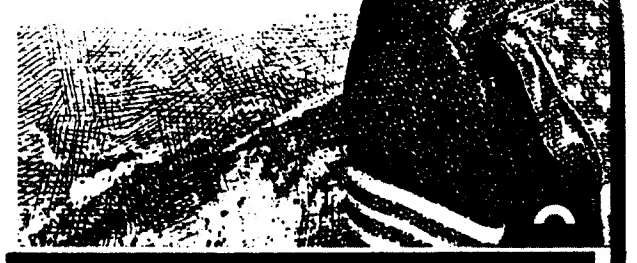
CELIA CASTRO · LUCIA MENDEZ · ANGEL GARASA
HECTOR SUAREZ
MIGUEL M. DELGADO · JACQUES GELMAN
JORGE STAHL JR. GUSTAVO C. CARRION
PANAVISION EASTMANCOLOR

4.ª SEMANA DE EXITO MONUMENTAL

easy Rider

MELHOR FILME de um novo realizador FESTIVAL DE CANNES

UMA OBRA FUNDAMENTAL DE VISÃO INDISPENSÁVEL.
— JORNAL NOVO —



easy Rider
Com PETER FONDA DENNIS HOPPER

8.ª SEMANA SATELITE

Nao Aconselhavel a Menores de 18 Anos

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES BARBEIROS, CABELEIREIROS E OFICIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

CONVOCATÓRIA

De harmonia com o que se encontra determinado nos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Extraordinária, a reunir na próxima Quinta-feira, dia 13 de Janeiro, às 21.30 horas, no Clube Estefânia, na Rua Alexandre Braga, 24-A, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. — Participação ou não no Congresso de todos os Sindicatos;
2. — Tomada de posição sobre as recentes medidas anti-sindicais.

Lisboa, 4 de Janeiro de 1977 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
António Pinto Ferreira

Geral

Quatro mortos na estrada de Sintra

Quatro mortos e um ferido em estado grave é o trágico balanço de um acidente ocorrido ontem ao fim da tarde na Estrada de Sintra, perto de Rio de Mouro, após um choque entre um automóvel e um camião-betoneira.

O acidente verificou-se quando um automóvel, que rodava no sentido de Lisboa, entrou na faixa contrária indo chocar de frente contra o camião-betoneira, cujo condutor nada pôde fazer para evitar a colisão. Assim, e com intervalos curtos, os ocupantes da viatura ligeira vieram a falecer, com excepção de um deles, cujo estado é considerado, no entanto, desesperado.

Entretanto a Brigada de Trânsito da G. N. R. procura esclarecer as razões que motivaram a colisão que fez perder a vida a João Manuel Cavaco Santana, condutor da viatura, e cuja morada se desconhece; José Alberto Jesus de Almeida, de 20 anos, residente em Corroios, Seixal; Vicente Rui Varela Pereira, de 21 anos, residente em Vale de Milhaços, Seixal. Desconhece-se o nome do outro jovem falecido, chamando-se António Carlos Lampreia Quintanas o ferido que se encontra no Hospital de S. José.

Detenção relacionada com tráfico de viaturas

PORTO, 7 — Suspeitas relacionadas com a apreensão de um automóvel pertencente a Alvaro Alves da Fonte, retornado, natural de Alijó (Vila Real) está na origem de uma participação da Guarda Fiscal do posto de Quintanilha (Bragança) enviada à Polícia Judiciária do Porto.

Essas suspeitas, segundo a participação, baseiam-se nos factos seguintes: falsas declarações quanto ao objectivo da viagem daquele retornado ao estrangeiro, grande actividade em Espanha, patenteada nos carimbos do passaporte, fuga à lei no tocante à importação de veículos, desconfiança de os livretes apreendidos servirem para a duplicação de viaturas, já introduzidas no nosso País e fuga ilegal de capitais para o estrangeiro.

Centro de Cultura Popular do Porto

PORTO, 7 — Realizou-se na sede do Centro de Cultura Popular do Porto a eleição dos corpos gerentes para o corrente ano.

A lista, aprovada por unanimidade e aclamação, é encabeçada pelo major Delgado da Fonseca (Assembleia Geral) Alzira Moreira de Pinho (Direcção) e Manuel da Fonseca (Conselho Fiscal).

BARES · BOITES
RESTAURANTES TÍPICOS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease: sousse**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T. 261461/164526/264596/ 264621/264945**

Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

está de forma nenhuma à altura das necessidades históricas do nosso país. É uma anedota. Uma miséria. Um brinquedo perigoso (cada dia mais ridicularizado) nas mãos inábeis dos parentes, dos rosas, dos serucas, dos balsinhas, dos soares, dos blancos, etc., autêntico *gang* da mediocridade, objectivamente ao serviço do obscurantismo e da desinformação.

A Televisão é, hoje em dia, um perigoso factor de desestabilização no sentido da recuperação (ideológica e política) de uma arma contra os interesses essenciais do nosso povo. Haverá quem, mais tarde, torça a orelha. Que já não deitará sangue, (ou deitará, o que é mais grave).

PUB

Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

A pedido da Direcção, convoco a Assembleia Geral do Sindicato para reunir em sessão extraordinária no dia 15 de Janeiro de 1977, às 15 horas, no Auditório da FIL, sita na Rua da Junqueira — Lisboa, com a seguinte **ordem de trabalhos:**

Discussão e aprovação das Teses do Congresso

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
a) António Luís Eça Tavares

Lisboa, 5/Janeiro/977

PUB

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO URBANISMO E CONSTRUÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROJECTOS

ANÚNCIO

Concurso 4 de selecção de gabinetes ou equipas de técnicos para a elaboração de projectos de execução para concurso de construção de habitações de carácter económico a construir na área do plano integrado de Almada — Monte de Caparica.

Concurso 4 – Contrato 4.1 – 730 fogos e unidades comerciais

1.º – Concorrente n.º 6 – G.P.A.
2.º – Concorrente n.º 1 – Arquitectos Associados
3.º – Concorrente n.º 3 – Cipro

Concurso 4 – contrato 4.2 – 570 fogos e unidades comerciais

1.º – Concorrente n.º 5 – Projectistas Associados
2.º – Concorrente n.º 2 – Arqt.º Justino de Morais
3.º – Concorrente n.º 4 – Getecno

O PRESIDENTE DO JÚRI

Nuno Fisher Lopes Pires
Ten. Cor. de Eng.ª

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado ou limpo e o vento era fraco de Nordeste

TEMPERATURAS EXTREMAS

BRAGA
Máxima ..... 11,8°
PENHAS DOURADAS
Mínima ..... 06,4°

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu limpo ou pouco nublado; vento fraco de Nordeste; formação de geada forte nas terras abrigadas do interior

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	7°
COIMBRA	8°
PORTALEGRE	5°
LISBOA	6°
FARO	6°
FUNCHAL	14°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
4.12	4,0 m	9.47	0,9 m
16.32	3,8 m	21.57	1,0 m
DIA 8			
4.46	4,0 m	10.24	0,9 m
17.07	3,8 m	22.30	1,0 m
DIA 9			
5.21	4,0 m	11.04	1,0 m
17.44	3,8 m	23.16	1,1 m

AMANHÃ

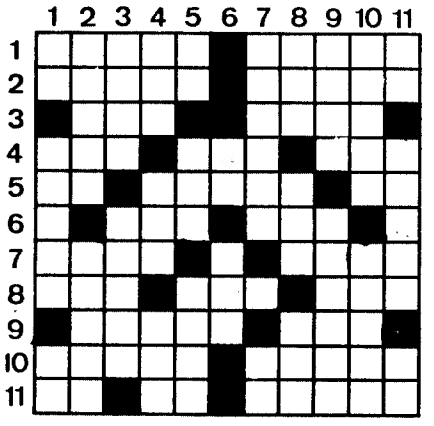
NASCER ÀS 7.55
OCASO AS 17.32

DIA 12 DIA 19 DIA 27 DIA 4

Palavras Cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11644



HORIZONTAIS:

1 Solo. Afio.
2 Plantio de amieiros. Pesquisar.
3 Cidade de França. Membros de aves.
4 Em as. Figura que simboliza o povo americano. Vazia.
5 Érbio (s. q.). Molhar com baba. Aparência.
6 Dádiva. Nome de homem.
7 Mau. Cidade santa da Arábia.
8 Artigo. Rio da Suiça. Oferecer.
9 Cidade da Itália Meridional. Oceano.
10 Concederia. Girar.
11 Artigo definido. Letra grega. Freguesia do concelho de Guimarães.

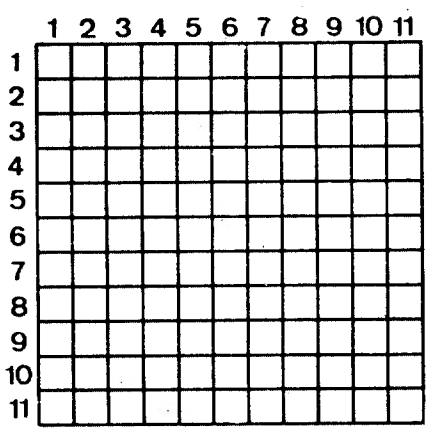
VERTICAIS:

1 Basta. Escrava (pop.). Oferece.
2 Suster com estacas ou ligar a estas as videiras. Caixões funerários.
3 Esteiros. Inspirar (fig.).
4 Título honorífico na Índia. Bondoso. Zombar.
5 O mais. Figura que simboliza o povo americano. Nome de homem.
6 Prefixo que designa afastamento. O sustento.
7 Cair à cama. Batráquio.
8 Ruins. Álcool de melaço. Maior.
9 Rei da Baviera que atacado de loucura foi enclausurado no castelo de Fustenried. Coberto de iodo.
10 Fatia. De preços elevados.
11 Sufixo que designa estado. Arrostar. Nome que os egípcios davam ao Sol.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o PROVÉRBIO dele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7704



HORIZONTAIS:

1 Vila e sede de concelho Santarém. Cidade de França.
2 Lançar fogo a. Em grande quantidade.
3 Lei. Encolerizas.
4 Braço de mar. Duzentos em romano. Antes de Cristo.
5 Desta sorte. Esmonca.
6 Embriagués (pop.).
7 Soltar balidos. Tratam por tu.
8 Árvore de Ceilão e Malaca que produz uma valiosa madeira, de cor negra. Ramo de árvore (prov.).
9 Porco. Contracção dos pronomes pess. compl. te e o. (Inv.).
10 Arara. Rio de Portugal. Medida de líquidos da Holanda.
11 Arbusto trepador de Angola. Licença.

VERTICAIS:

1 Toucinho fresco. Formosas.
2 Prendeis. Prefixo que designa afastamento. Batráquio.
3 Deslumbradas. Latadas.
4 Rio da Suiça. Relativo a iris ocular (Med.).
5 Agora. Habito. Ofereça.
6 Ruim.
7 Escarnecer. Abreviatura que se usa em música.
8 Nome de homem. Vila e conc. do distrito de Viseu.
9 Zombarás. Besuntas.
10 Acometo. Actínio (s. q.). Artigo definido.
11 Isolados. Fundador do Islamismo.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7703

HORIZONTAIS:

1 A. ALEGRIA.
2 Cais. Ar. Ri.
3 Nas. Pasma.
4 As. Pescar.
5 Ota. Rea. Cru.
6 Rima. Ria.
7 Morena. Cm.
8 Oscilara.
9 Tasca. Arena.
10 Ali. Caçar.
11 Assamos.

VERTICAIS:

1 NÃO. MATA.
2 Castro.
3 Aas. Airosa.
4 Li. Mescla.
5 Esperançais.
6 Ase. Aí.
7 Rascar. Laca.
8 Irmã. Içaram.
9 Arca. Reco.
10 Canas.
11 NINGUÉM. AR.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11643

HORIZONTAIS:

1 Désposta.
2 Amora. Somos.
3 Cama. Apás.
4 Arí. Som. Aia.
5 Ente. Airó.
6 Arnaldo.
7 Varia. Aosta.
8 Im. Rs.
9 Sia. Mal. Mós.
10 Tanta. Amaça.
11 Alais. Serás.

VERTICAIS:

1 Maça. Avista.
2 Maré. Amial.
3 Dominar. Anã.
4 Era. Trio. Ti.
5 Sa. Sena. Mas.
6 To. Má.
7 Os. Mala. Lãs.
8 Toa. Idos. Me.
9 Amparos. Mar.
10 Oaio. Troca.
11 Assa. Passas.

Provérbio: A ALEGRIA NÃO MATA

farmácias de serviço

LISBOA

ATÉ ÀS 22 HORAS

AGUIAR, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A (Telf. 764629-768343).
ALAMEDA, Alam. Linhas de Torres, 201-B (Telf. 790942).
ANUNCIADA, Rua do Vigário, 74 (Telf. 866360).
BRANCO, Av. Duque de Loulé, 61-65 (Telf. 45048).
CHINDE, R. Agostinho Lourenço, 6-B (Telf. 890331).
DALVA, Avenida Duque d'Ávila, 125 (Telf. 45225).
DÉLIO, Rua Açores, 32 (Telf. 572388).
EUROPA, Av. Gen. Roçadas, 27-A/B (Telf. 843880).
EUSIL, Rua Barão de Sabrosa, 104 (Telf. 841912).
FERRÃO, R. Mouraria, 12 (Telf. 860464).
FINDOR, Rua D. Maria Pia, 514 (Telf. 687949).
GUERRA, Rua Andrade, 32-36 (Telf. 845513).
GALENO, Av. Óscar Monteiro Torres, 38-A (Telf. 774920).
HIGILUX, Rua Pedrouços, 50-52 (Telf. 610280).
JANEIRO, Av. Álvares Cabral, 100 (Telf. 661453).
LIBERAL, Avenida da Liberdade, 219 (Telf. 43641).
LÍBIA, Av. da Igreja, 4-B/C (Telf. 891681).
LUPI NOGUEIRA, Rua Creche, 4-10 (Telf. 631631).
MADRE DEUS, Rua Margem, 15-B (Telf. 382470).
MARQUES, Est. Benfica, 648 (Telf. 700096).
REBOCHO, Rua Ten-Cor Ribeiro dos Reis, 12-B (Telf. 743871).
RODRIGUES E AIRES, Rua da Lapa, 52-54 (Telf. 662246).
SAGRES, Av. Luís Bivar, 69-71 (Telf. 547213).
SALUTAR, Rua B, 75-A/B (B.º Liberdade) (Telf. 683694).
URBANO DE FREITAS, Rua Silva Carvalho, 1-9 (Telf. 662838).
VÉRITAS, Rua da Misericórdia, 135 (Telf. 327564-327563).
ZEMA, Rua General Justiniano Padrel (Telf. 832580).
ZINA, P.ª Casas Novas, lote 66 (Telf. 311216-310172).

PERMANENTE

AGUIAR, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A (Telf. 764629-768343).
ANUNCIADA, Rua do Vigário, 74 (Telf. 866360).
CHINDE, R. Agostinho Lourenço, 6-B (Telf. 890331).
LIBERAL, Avenida da Liberdade, 219 (Telf. 43641).
REBOCHO, Rua Ten-Cor Ribeiro dos Reis, 12-B (Telf. 743871).
RODRIGUES E AIRES, Rua da Lapa, 52-54 (Telf. 662246).
SALUTAR, Rua B, 75-A/B (B.º Liberdade) (Telf. 683694).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. Comb. G. Guerra, 29 (Telef. 2112081)
ALCABIDECHE
Carvalho __ Até às 21 horas
PORTO SALVO
Porto Salvo __ Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central __ Até às 24 horas e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Telef. 260085). Até às 21 horas
NOVA OEIRAS
Leal __ Até às 21 horas
PAREDE
Junqueiro __ Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira (Telefs. 2622313/267314) __ Até às 22 horas
PAÇO DE ARCOS
Godinho, (Telf. 2432039) Até às 22 horas.
OEIRAS
Central, (Telf. 2430058) Até às 24 e das 0 às 9 horas.
NOVA OEIRAS
Leal
PAREDE
Aisir (Telf. 2472948) Até às 24 e dos 0 às 9 horas.
S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro (Telf. 263052). Até às 24 e das o às 9 horas.
MONTE ESTORIL
Ostenave (Telf. 260391). Até às 21 horas.
CASCAIS
Marginal (Telf. 280078) Até às 21 horas.
Nova (Telf. 281044). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Helénica, R. Elias Garcia, 25 (Telef. 933613). Serviço permanente; **Amadora,** P. 28 de Maio, 3-A (Telef. 935518). Até às 22 horas; **Carmele,** R. Elias Garcia, lote 28 (Telef. 933613). Até às 22 horas; **S. Jorge,** R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Telef. 938703). Até às 22 horas
DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (Telef. 971121). Até às 22 horas
QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (Telef. 950043)
CACÉM
Central, R. Elias Garcia, 55 (Telef. 2940034)
MEM MARTINS
Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (Telef. 2914103)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telef. 980456)
SINTRA
Marrazes, Vila (Telef. 2930155)
COLARES
Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa 8 (Telef. 204250)
ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (Telef. 2766498)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional, 244-A (Telef. 2040141)
BARREIRO
Piçarra, Av. do Bocage, 65-A (Telef. 2074771)
COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, Est. das Barrocas, 50-A (Telef. 2494182)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Telef. 239029)
MONTIJO
Diogo, R. Almirante Reis, 50 (Telef. 2310032)
SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Telef. 2233028)
SETÚBAL
Costa, L. da Misericórdia (Telef. 22760); **Brasil,** P. do Brasil (Telef. 24788)
SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

PORTO

(De dia e só até às 22 horas)

NACIONAL, Rua Senhora da Luz, 156 (Foz) (Telf. 680833).
S. DINIZ, Rua de S. Diniz, 428 (Telf. 482281).
SOEIRO, Rua Santos Pousada, 71 (Telf. 51370).
VITÁLIA, Praça da Liberdade, 34 (Telf. 24133).
ALBERTO FERREIRA, Rua da Estação, 100 (Telf. 51302).
ANTERO DE QUENTAL, Rua Antero de Quental, 520 (Telf. 485048).
HERCULANO, Rua Alexandre Herculano, 384 (Telf. 27943).

(De dia e toda a noite)

BOAVISTA, Rua da Boavista, 601 (Telf. 25443).
ANTUNES, Rua do Bonjardim, 485 (Telf. 27936).
COSME, Rua de Costa Cabral, 584 (Telf. 4815511).
PEREIRÓ, Rua da Preciosa, 35 (Telf. 681027).

COIMBRA

SANTA CRUZ, Rua das Padeiras, 94 (Telf. 23569).

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

CIRCO MARIANO
Al. D. Afonso Henriques
21.30 (6 anos)
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»
COMUNA
21.30 (13 anos)
«O Muro»
A. B. C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Cada Cor seu Paladar»
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»
S. LUÍS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»
MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«Uma Estranha Forma de Amar»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.45 (18 anos)
«Do Teatro ao Cais do Sodré»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me Dói»

LISBOA/Cinemas

JARDIM
21.15 (18 anos)
«Delícias Francesas»
CINE AUDITÓRIO
21.15 (10 anos)
«Tora! Tora! Tora!
PROMOTORA
21.15 (13 anos)
«Com Jeito vai...na Farra»
RESTELO
21.15 (18 anos)
«É Preciso Viver Perigosamente»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Machíssimo»
CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Requintes de Amor»
CINEARTE
21.15 (18 anos)
«O Último dos Duros»
EUROPA
21.15 (6 anos)
«Jerry, Primeiro Turista no Espaço»
MONUMENTAL
21.15 (6 anos)
«O Ministro e Eu»
VOX
21.15 (6 anos)
«O Soldado do Aventureiro»
PALÁCIO FOZ
21.00 (18 anos)
«Vento do Oeste»
ROYAL
21.15 (18 anos)
«Yakusa»
OLÍMPIA
«Os Teatros Eróticos de Paris» (18 anos)
LUMIAR
21.15 (13 anos)
«A Bofetada»
CALEIDOSCÓPIO
21.15 (6 anos)
«Branca de Neve e os Sete Anões»
PARIS
21.15 (18 anos)
«Iniciação de Flossie»
SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«Easy Rider»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Os 5 Dias de Milão»
AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«O Comboio do Inferno»
AMADORA
Cinestúdio
21.15 (13 anos)
«Mili»
MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Com Jeito Vai na Pândega»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«E Tudo o Vento Levou»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
Teatro revista «A Grande Jogada»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (13 anos)
«Fim-de-semana de Gritos»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«Punhos Mortais do Kong Fu»
ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«A Ronda do Amor»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«O Implacável»
CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«O Justiceiro da Noite»
CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Fogo Real»

PORTO/Teatros

SA DA BANDEIRA
21.30 (13 anos)
«As Coisas que o Padre Faz»

PORTO/Cinemas

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Saxe Motel»
TRINDADE
21.30 (13 anos)
«A Barraca»
ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»
SALÃO BEBE
21.15 (13 anos)
«A Flauta Mágica»
BATALHA
21.15 (13 anos)
«Os Malucos em Hong-Kong»
OLÍMPIA
21.15 (13 anos)
«Carambola»
CARLOS ALBERTO
21.15 (13 anos)
«Um Homem uma Cidade»
JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (18 anos)
«Um Detective Sem Importância»
RIVOLI
21.15 (13 anos)
«Corrida de Malucos»
COLISEU
21.15 (13 anos)
«Viva Rama Viva Krishama»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Como quando e com quem?»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A História de Fernão Capelo Gaivota»
ESTÚDIO 400
21.15 (18 anos)
«A Organização»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«As Férias Grandes»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Por Quem Vamos Morrer»

cinemas

ALVALADE
Tel. 894846 — 14.00, 16.30 e 21.15

Os prados floridos, as montanhas, os vastos horizontes, são o pequeno mundo de

HEIDI

8.ª semana

um filme de Werner Jacob

Para todos

APOLO 70
Tel. 763319

Hoje estreia às 21.15
Ficção científica ou o epitágio de humanidade

À BEIRA DO FIM

de Richard Fleischer

Não acons. a menores de 18 anos

SERPICO

de Sidney Lumet

AVIS
Tel. 47163 — 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
Com Les Charlots
10.ª Semana
OS MALUCOS EM HONG-KONG

BERNA
Tel. 776098

Hoje estreia às 21.15
O mais audacioso salvamento deste século

VITÓRIA EM ENTEBBE

Com Helmut Berger, Linda Blair, Kirk Douglas
Não acons. a menores de 13 anos
Às 14.00, 16.30, 19.00
Ultimas exibições de
GENTE COMO EU E VOCÊ

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 295693 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

O espectáculo de Natal por excelência

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

Um filme de Walt Disney
5.ª semana
Falado em Português

PARA TODOS

CASINO ESTORIL
Tel. 2645/1.264996 — 17.00 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

O IMPLACÁVEL

C/Jean-Paul Belmondo e Bruno Cremer

CASTIL
Tel. 630194

Estreia às 21.15

A MINHA MULHER AGRADA-TE... ADORO A TUA

Interdito a menores de 18 anos
15.00, 17.00, 19.00,
Não acons. a men. de 13 anos

Les Charlots

OS MALUCOS EM HONG-KONG

CONDES
Tel. 32[illegible]23 — 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A missão impossível

O RAID RELÂMPAGO DOS COMANDOS

C/Charles Bronson

ÉDEN
Tel. 320768 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Alain Delon em

ZORRO

4.ª Semana

Um filme de Duccv Tessari

Não acons. a menores de 13 anos

ESTÚDIO
Tel. 538134 — 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a meno. de 13 anos
PROCESSO DIMITROV
5.ª semana
de Cristo Christov
O Julgamento do Século!

ESTÚDIO 444
Tel. 779096 — 14.30, 16.45, 19, 21.15

(Interdito a men. de 18anos)
FESTA PRIVADA
7.ª Semana
c/ Isle Damsgard
6.ª Semana

IMPÉRIO
Tel. 555134[illegible] — 15.15, 18.30, 21.15

Malcolm McDowelle
Christopher Plummer

O DUELO DAS ÁGUIAS

(Aces High)

Real de Jack Gold

Não acons. a menores de 18 anos

3.ª semana

LOUVRE
Tel. 80[illegible] — 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

OH! MEUS AMIGOS

Pietro Fermi

2.ª Semana

MONDIAL
Tel. 538743 — 15.15, 18.30, 21.15

Para todos

ONDE ESTÁ O ÓSCAR?

Com Louis de Funès

O JOÃO V — ESTREIA
Tel. 971794 — 21.15

Não acons. m/ 18 anos

HARRY...O VIGARISTA

c/ James Caburn e Michael Sarrazin

NIMAS
Tel. 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

Meio ano de lotações esgotadas

O Chile de Allende e Pinochet

ODEON
Tel. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15

Int. a men. de 18 anos
2.ª Semana
ESQUADRÃO DO DRAGÃO
Com os grandes ídolos das artes marciais

PATHÉ
Tel. 821933 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Int. a men. de 18 anos

A INICIAÇÃO DE FLOSSIE

Este filme pode ser considerado pornográfico

POLITEAMA
Tel. 323805 — 14.15, 16.30, 19.00

Para todos

O SOLDADO AVENTUREIRO
3.ª semana
com Bud Spencer

RESTAURO
Tel. 610376 — 21.15

É PRECISO VIVER PERIGOSAMENTE
Não acons. a menores de 18 anos
Às 00.15 Int. a menores de 18 anos
OS 4 CAVALEIROS DO KUNG FU

ROMA
Tel. 727778 — Estreia, às 21.15

REMÉDIOS DE AMOR
C/Birgit Bergen, Enzi Fuchs
Interdito a men. 18 anos
Às 15.30, 18.30
OS MALUCOS EM HONG-KONG

ROXY
Tel. 48560 — Hoje estreia às 21.15

O mais audacioso salvamento deste século

VITÓRIA EM ENTEBBE

C/Helmut Berger, Linda Blair, Kirk Douglas
Não acons. a menores de 13 anos
Hoje às 14.00, 16.30, 18.45
Ultimas exibições de
GENTE COMO EU E VOCÊ

S. JORGE
Tel. 5411[illegible] — 15.15, 18.15, 21.15

VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

3.ª semana
5 Óscares o Melhor Filme do Ano!

TIVOLI
Tel. [illegible] — 15.15, 18.30, 21.15

O espectáculo de Natal por excelência!

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

Um filme de Walt Disney

Falado em Português

4.ª Semana

UNIVERSAL
Tel. 7744[illegible] — 15, 19, 21

O ANO 01

Um filme de Alain Resnais, Jacques Doillon e Jean Rouch
Não Acons. a M/ 13 anos

Às 17 e 23 h.

OS MÁRTIRES DO AMOR

Grupo C

Ciclo cinematográfico **AVENTURA**
Filme:

VENTO DO OESTE
Realizador: Frank Perry (U.S.A.)

Sessões: 15, 18 e 21 horas
Bilhetes: Esc. 5$00
Não acons. m/ 18 anos

rádio

1.º Programa

16.00: Noticiário (E.R.C.); **17.00**: Canções da Europa; **17.30**: Orquestras; **18.00**: Música portuguesa; **19.00**: «A Agricultura que nós temos»; **19.45**: Música instrumental; **20.00**: «Jornal da Noite»; **20.30**: Conjuntos Instrumentais; **21.00**: 10.º Episódio do folhetim «as minas de S. Francisco», de Fernando Namora, Numa adaptação de Jorge Ferreira da Silva; **21.18**: Música instrumental; **21.30**: Biografias dos galardoados com a «Ordem da Liberdade»; __ Brnto Jesus Caraça; **22.00** «Contraponto»; **00.00**: «Último Jornal»; **00.15**: «Jazz»; **00.03**: Música variada.

2.º Programa

16.00: Intercâmbio musical: Festival de Salzburgo de 1976 __ em gravações cedidas pela Radiodifusão Austríaca. __ Sonata N.º 10, em sol maior, op. 96 p/piano e violino, de Beethoven __ Rondó, de Kreisler __ «Souvenir», de Kupkovic e __ Marcha, de Kreisler; **16.43**: «O canto das florestas», de Schostakovitch; **17.25**: Solos de Piano: __ Kreisleriana op. 16, de Schumann; **18.00**: Orquestras de Câmara: __ concerto em mi bemol maior P/trompete e orquestra, de Thelemann, __ Concerto Brandeburguês n.º 6 em si bemol maior, de Bach; **18.35**: Três canções de Grieg pelo soprano Kirsten Flagstad; **18.45**: Poema sinfónico «Don Quixote», de Richard Strauss; **19.30**: Música regional portuguesa; **20.00**: Duas obras de Beethoven: __ Sonata n.º 3 21, em Dó Maior, op. 53 «Asldstein», __ Quarteto n.º 9 em Dó Maior, op. 59 n.º 3 pelo Quarteto Amadeus; **21.00**: O maestro Leonard Bernstein interpreta: obras de Debussy e Charles Ives: __ Suite «Ibéria», pela Orquestra Filarmónica de Nova Iorque.
__ Sinfonia n.º 2, pela Orquestra Filarmónica de Nova Iorque: **22.00**: Música Vocal: __ Profecias das sibilas, de Orlando DI Lassus,; **22.30**. Sonata em Sol Menor op. 65, de Chopin; **23.00**: Intercâmbio musical: **13.º festival internacional de música para órgãos em magadino, 1976** __ gravações cedidas pela Rádio Suíça Italiana. __ Obras de Girolamo Frescobaldi __ Samuel Scheidt e Georg Muffat; **2335**: A cantata «Carmina Burana», de de Carl Orff; **00.37**: Sonata n.º 4 em dó menor para violino e cravo, BWV 1017, de Johann Sebastian Bach; **01.00**: Fecho.

3.º PROGRAMA Local (187,5 m)

18.00: Entardecer; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **19.30**: Romance de uma cidade (repetição); **20.15**: A Voz da Esperança; **21.00**: Fecho

4.º PROGRAMA Emissão total em estereofonia

19.00: Em órbita; **20.00**: Programa da noite; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 17363
LISBOA PORTUGAL

EANES AO CORPO DIPLOMÁTICO

Corresponder "ao apelo de uma paz que não resulte do esmagamento das divergências"

«Correspondemos ao apelo de Sua Santidade o Papa, pela paz. A paz é porventura o anseio mais enraizado na alma do homem moderno uma paz que não resulte do esmagamento das divergências, mas que derive do estabelecimento paciente de situações de justiça», afirmou ontem o Presidente da República, general Ramalho Eanes, ao receber no Palácio da Ajuda, os membros do corpo diplomático acreditado em Lisboa, que lhe apresentaram os tradicionais cumprimentos de Ano Novo.

Noutras passagens Ramalho Eanes sublinha: «Nós os portugueses enfrentamos o ano de 1977 conscientes das dificuldades que nos esperam e animados de vontade de as resolver salvaguardando os valores essenciais da nossa identidade nacional e da convivência numa sociedade assente na justiça e na liberdade.»

E mais adiante: «Somos uma Pátria de entre as mais antigas da Europa e nunca a nossa projecção no Mundo que ajudámos a conhecer e a construir afectou a essência do que nos define como povo, nem as vicissitudes da nossa História alguma vez abalaram a nossa vocação ecuménica. Propensos por natureza ao entendimento e à cooperação estamos empenhados em activar a construção de uma nova ordem entre as nações que assente na solidariedade e persiga a paz.»

Em nome do corpo diplomático, o seu decano, mons. Angelo Felicci, saudou o Presidente Ramalho Eanes e fez votos para que o novo ano seja mais uma escalada na vida da nação portuguesa, e referindo-se depois ao projecto de uma nova era histórica, ao serviço de todos os portugueses, o Núncio Apostólico afirmou que «este projecto para o futuro evidencia a vontade de construir uma sociedade nova, mais humana, mais verdadeira, mais justa e mais fraterna. Ele implica a defesa e a promoção dos valores e dos direitos humanos, a reconciliação entre todos, a edificação da paz, quer social quer entre as nações».

RTP prepara programa sobre ex-P.I.D.E./D.G.S.

Embora a notícia ainda não esteja confirmada, tudo leva a crer que o público português vai ter ocasião de conhecer o que se passava dentro da P. I. D. E./D. G. S. e, sobretudo, de saber como actuavam os agentes cujos louvores são agora «levados em conta» pelos tribunais incumbidos de os julgarem.

De acordo com informações obtidas esta manhã, a RTP está em vias de organizar um programa sobre a P. I. D. E./D. G. S., em que participarão quatro antigos presos políticos que, certamente, não terão esquecido o que lhes aconteceu: Manuel Alpedrinha, Francisco Lyon de Castro, Edmundo Pedro e José Maria do Rosário.

Inútil será dizer que este programa pode contribuir para que o País faça uma ideia do que era a P. I. D. E./D. G. S. e de como actuavam os seus agentes para com quem a justiça portuguesa revela, agora, uma clemência que está a levantar protestos em todo o País.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM NOVEMBRO: 45 382

Que Azeite!
Que zeitinho!
Azeitíssimo
Copaz.
o Azeite.

Seixas em julgamento

Continuação da pág. 1

para ali foi mandado depois de 40 dias de «frigideira». Manuel Alpedrinha (10 anos de Tarrafal) conta: «O Seixas levou-me quando estava doente, da enfermaria. Quis-me fazer carregar uma saca de 80 quilos, o que recusei. Madou-me depois 20 dias para a «frigideira», de onde segui directamente para uma horta. Aqui obrigaram-me a cavar com um homem, de cavalo marinho, à minha frente. Depois foi mandado para a «brigada brava». O trabalho foi, com uma picareta, cavar um terreno cheio de pedras, sobre um calor tórrido, sem nenhuma utilidade. Acabei por desfalecer, regressando depois à enfermaria.» Na «brigada brava» começaram por participar algumas dezenas de presos. No fim só dois resistiam!

António Nunes, outro ex-marinheiro (16 anos de Tarrafal), contou como Seixas o espancou, depois de ter inventado uma tentativa de fuga da «frigideira». «No fim conta ele estava negro do pescoço até às pernas».

Acácio Tomás de Aquino, pedreiro com 13 anos de Tarrafal, foi torturado pelo Seixas ainda antes de este ir para o Tarrafal. Depois, no «Campo da Morte Lenta» sofreu as sevícias da equipa especial comandada pelo ex-inspector e dirigida superiormente pelo comandante do campo, capitão João da Silva. Também ele foi de uma vez retirado da enfermaria, onde estava com baixa, pelo Seixas, juntamente com mais 18 doentes, para ir «trabalhar».

O depoimento da dr.ª Alcina Bastos reportou-se ao período anterior à ida do «pide» Seixas para o Tarrafal. No Porto, onde se iniciou a carreira sanguinária do torcionário, muitos antifascistas foram torturados. Alcina Bastos conta, como ouviu, o que Seixas fez ao seu pai. Depois de inanimado no chão à custa de espancamentos, o «pide» deu-lhe um pontapé na cara, partindo-lhe os dentes e dizendo ao mesmo tempo: «Este cão já está arrumado, é o que acontece aos que não falam». Cena que se passou na presença de outros presos. A advogada falou também dos casos do dr. José Domingues dos Santos e do padre Cruz Dinis, cujos depoimentos já foram publicados no nosso jornal. Referiu-se ainda, entre outros, a Armando Soares, espancado na PIDE. Seixas, com um cavalo-marinho cortou-lhe parte da mão!

No entanto, o «pide» Seixas não será julgado por nenhum destes crimes. A ineficiência e forma leviana como foi conduzido a instrução dos processos dos ex-agentes da PIDE fez com que a grande maioria destes crimes fique impune. E o Decreto-Lei 349/76, do Conselho da Revolução, é uma porta aberta para que o «pide» Seixas saia em liberdade.

Este homem foi torturado por Seixas. «Deixou-me impotente» — diz ele

As testemunhas de defesa foram ouvidas também ontem. Que o Seixas era bom, que não tinha má fama e arranjava empregos para toda a gente lá no bairro, afirmaram. Lúcio Feteira foi a excepção. Mostrou-se pelo menos reverente perante a PIDE. Afirmou que sempre que lá ia, «era tratado com muita urbanidade». Disse ainda o capitalista Tomé Feteira «A Pide defendia a segurança do Estado e no meu caso tinha culpas no cartório».

O julgamento do Henrique Seixas continuará na próxima quinta-feira, às 16 e 30. Poderá vir a ser ouvido como declarante, o padre Cruz Dinis, uma das vítimas do torcionário.

«TIROU-ME A POTÊNCIA»

Baixo, gordo, barba quase branca por fazer, boné na cabeça e autocolante ao peito, Libertário João Grilo era um dos manifestantes que ontem à tarde protestaram em frente ao Tribunal de Santa Clara contra Seixas e o modo como está a ser conduzido o julgamento dos «pides».

Misturando em partes iguais raiva e desalento, ele chega, pára, e, sem que ninguém pergunte, fala: «Este cabrão que está a ser julgado, tirou-me a potência».

Com 57 anos, 40 dos quais a vender lotaria, e outros 12 (alternados) passados na prisão de Caxias e em Peniche, Libertário conheceu Seixas em 1973. E recorda: «Uma noite, fui interrogado por ele e por um tal doutor Freitas. Não sei como nem porquê, durante o interrogatório, adormeci. Não me lembro de nada. Não sei o que me fizeram. Quando acordei era impotente».

Libertário João Grilo procurou médicos que nada puderam fazer em seu benefício. Não tem traços de operação cirúrgica nem sente dores. Diz que «vibra como os outros homens», «mas que não consegue». Odeia Seixas e a P. I. D. E.

No passado dia 5, foi até ao Tribunal de Santa Clara e quis depor. Quis dizer para alguém o que Seixas lhe havia feito. Na porta, foi barrado por um guarda de serviço.

Ontem, remoendo a sua raiva, lamentando a sua impotência provocada por Seixas e pelo «doutor Freitas», não se cansava de repetir: «Tudo isso me mete nojo. O povo está a ser enganado. Agora não quero mais nada».

tome nota

O ABAFARETE

Sabemos que o inspector da Polícia Judiciária responsável pela investigação de assaltos a estabelecimentos bancários vai enviar ao Conselho de Imprensa um protesto pelo facto de «A Luta» ter noticiado a possibilidade de poder ter sido abafado o processo relacionado com os assaltos aos bancos de Sesimbra e Palmela, no caso de o ex-ministro da Indústria e Tecnologia o ter desejado. O que não sucedeu.

Admite-se até a possibilidade de ser processado judicialmente aquele jornal, pelo mesmo motivo.

Abafar crimes e escândalos não pode ser prática num regime democrático. Ou pode?

PROCESSOS JORNALÍSTICOS

O diário da manhã «O Dia» foi o único jornal a noticiar, em título a quatro colunas da primeira página, que «Por intervenção de Octávio Pato junto da C.M.L., o «muro» da Embaixada da R.D.A. continua a desafiar a lei».

O diário da manhã «O Dia» foi, por isso, o único jornal a desmentir a «notícia», desta vez em página interior, asseverando, à guisa de desculpa, que se fundamentara em fonte que lhes merece «o maior crédito». Vê-se.

Novo adido em Bucareste

O tenente-coronel de Infantaria Fernando Hugo Franco Bélico de Velasco, foi nomeado adido das Forças Armadas Portuguesas junto da Embaixada Portuguesa em Bucareste, substituindo naquele cargo o brigadeiro Hugo dos Santos, actual comandante da Região Militar do Centro.

Jornalista reintegrado

Dos jornalistas suspensos do «Diário de Notícias», após os acontecimentos relacionados com o 25 de Novembro, foi reintegrado naquele matutino, nos princípios do mês corrente, o redactor José Luís Fernandes.

Presentemente, encontram-se cinco jornalistas ainda por reintegrar: Ernesto Sampaio, David Lopes, Mário Resendo, Mário Ventura Henriques e Figueiredo Filipe.

Governo desafia Sindicatos

Continuação da pág. 1

forma como frequentemente são tratados nos órgãos de comunicação social, factos relativos à actividade do Governo e acontecimentos relevantes da vida nacional e são publicadas as correspondentes notícias».

Sublinhando, a «patente falsidade e natureza alarmista» frequente de tais notícias, ou no mínino o seu desproporcionado relevo, o comunicado considera-as «factor de desestabilização geradora de intranquilidade, quando não de dificuldades sérias à acção governativa, nomeadamente no plano externo, onde essas notícias, por indução, frequentemente estão na origem de apreciações injustificadas e hostis ao nosso país e respetivas instituições democráticas. Em muitos casos, não é sequer possível duvidar do claro propósito de destruição das instituições democráticas, ou seja da própria liberdade de que, para o efeito, se faz abusivo uso».

O comunicado cita, como exemplos, notícias vindas em «O Século», nomeadamente as referentes a declarações de Eanes e Costa Brás sobre a alegada formação de novo Governo, e considerando que «o direito à informação inclui o de ser informado com objectividade e com rigor» o Governo resolveu propor à A. R. medidas que ponham cobro «à utilização dos órgãos de Informação para a divulgação de ideologias fascistas e antidemocráticas, bem como para a criação artificial de um clima de instabilidade e alarmismo» e frisou que «na esfera da sua competência tomará também as providências adequadas».

INDEMNIZADOS OS PROPRIETÁRIOS DO «REPÚBLICA» TRABALHADORES: NADA

O Primeiro-Ministro propôs refere ainda o comunicado a publicação de um livro negro sobre o fascismo, «tendo em conta que o combate ao ressurgimento da ideologia fascista passa pelo esclarecimento da opinião pública acerca dos crimes, violências e abusos praticados durante quase meio século em Portugal, pelo regime derrubado a 25 de Abril de 1974».

Relativamente ao «Caso República» o Governo depois de um pequeno historial, em que dá a sua versão (semelhante P. S.) dos factos entende recusar quaisquer indemnizações aos trabalhadores e encarar o pedido de indemnização da «empresa do jornal 'República'» pelos prejuízos sofridos por facto a que não deu conta, na base dos compromissos anteriormente assumidos pelo Conselho da Revolução e pelo VI Governo e da lei, e em paralelismo com o tratamento dado ao caso da Rádio Renascença». Registe-se que, entre outros, deverão beneficiar com tais indemnizações, Gustavo Soromenho, actual administrador de «A Luta», o ministro da Justiça, Almeida Santos e o industrial Tomé Feteira, que eram accionistas do jornal.

O Conselho aprovou ainda dar conhecimento ao C. R. e determinar eventual acção disciplinar aos Ministérios responsáveis pelos processos de saneamento e reclassificação dos ex-governantes fascistas, Leite Pinto, Bastos Soveral, José Pires Cardoso, Costa André, Galvão Teles, Daniel Barbosa e Franco Nogueira. O facto da comissão responsável ter arquivado os processos, por não terem sido instruídos durante o prazo legal, é considerado pelo Govero «de altamente lesivo dos mais elementares princípios de justiça material».

RTP em vésperas de ser penhorada

Por não ter pago o imposto para a Defesa e Valorização do Ultramar referente aos anos de 1970 a 1972, a RTP está em vésperas de ser penhorada.

A contribuição da RTP para a «defesa e valorização do Ultramar», nos anos indicados é de 7 840 151 contos, verba que a RTP não pagou, tendo requerido, em Outubro, a suspensão da instância. O requerimento apresentado, porém, foi indeferido, devendo dar-se andamento ao mandado de penhora.

Assim, a RTP está em vésperas de ser penhorada. Será que vão levar em linha de conta e considerar «atenuantes» os serviços que ela prestou à causa da defesa do Ultramar? É que 7 840 151 contos é muito dinheiro para ser retirado aos programas, agora que a RTP diz que pretende melhorar os seus serviços.